



REVISTA

COMPROMISSOS

Relatório de Gestão | 2019-2021

BRASÍLIA – DEZEMBRO DE 2020

SENADO FEDERAL



Sumário

Desafios vencidos; compromissos cumpridos	7
---	---

Capítulo 1

Compromisso com o Parlamento	9
Senado foi o primeiro parlamento do mundo a realizar votação virtual	10
Planejamento e esforço coletivo deram nova cara à troca de legislatura	12
Parlamento mais fácil de entender	15
Interlegis avança na capacitação e diversifica suas ferramentas	17
e-Cidadania: Aprovado primeiro projeto de origem popular	19

Capítulo 2

Compromisso com a excelência na prestação de serviços	21
Senado inova e otimiza admissão de servidores comissionados	22
Resultados mostram acerto do Processo Seletivo Interno	24
Inovação administrativa otimiza fluxos e aumenta eficiência	26
Data center paralelo garante serviços de TI a qualquer tempo	29

Capítulo 3

Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores	31
Confraternização com prestação de serviços fazem o sucesso do Reencontro ...	32
Biênio de mudanças no SIS traz melhorias aos beneficiários	34
Autismo: Senado é modelo de acolhimento	37
Circuito Saúde registrou marca de 600 atendimentos em apenas um dia	39
Com temáticas diversas, oficinas culinárias ensinam, divertem e integram	41
Imunização de colaboradores contra gripe já virou tradição	43
Outubro Rosa: informação, prevenção e mamografias gratuitas para colaboradoras da Casa	44

Capítulo 4

Compromisso com a igualdade	47
Cota em contrato terceirizado para vítimas de violência doméstica se espalha pelo país	48

Escritoras do Brasil resgata trajetória feminina na literatura nacional	51
Com Plano, Senado organiza ações de combate à discriminação racial	54
Formação cidadã é parte da relação com estagiários e jovens aprendizes	57

Capítulo 5

Compromisso com a livre disseminação de ideias	61
Manhã de Ideias: gestão de portas abertas completa seis anos	62
Livro traz memórias de quem ajudou a construir o Senado.....	64

Capítulo 6

Compromisso com a transparência	67
Boletim internacional da DGer chega a 170 países	68
Proteção de dados: Senado se preparava para mudanças bem antes de a lei entrar em vigor	69
Orçamento Fácil – animações explicam temas complexos de um jeito leve e intuitivo	71

Capítulo 7

Compromisso com a responsabilidade na utilização de recursos públicos	73
Setores mostram avanços após curso sobre contratações	74

Capítulo 8

Compromisso com a sustentabilidade	77
Quatro ações socioambientais da Casa são escolhidas como exemplos de boas práticas	78
Num ano, gestão de energia reduziu em 90 toneladas emissão de CO2	81
Rede Legislativo Sustentável enriquece troca de experiências	83
Esponjas usadas passaram a ter destinação correta no Senado	85
Doação de resíduos eletrônicos poupa meio ambiente, gera emprego e renda e estimula educação	86
Carros híbridos ganham vagas e tomadas elétricas.....	88
No Viveiro, visitantes têm aula de educação ambiental.....	90

Capítulo 9

Compromisso com a acessibilidade	93
Espaços físicos mais acessíveis a colaboradores, parlamentares e visitantes	94
Senado fortalece cooperação entre órgãos por acessibilidade e inclusão	97

Usuários aprovam primeira versão acessível da Constituição na internet	99
--	----

Capítulo 10

Compromisso com a memória	101
Museu do Senado: trinta anos serão comemorados em grande estilo	102
Palestra, exposição e oficina lembraram os 110 anos de Burle Marx	105
“Arquivo S”: iniciativa populariza acesso a informações históricas do país	107

Capítulo 11

Compromisso com a comunidade	111
Após nove anos de ricas experiências, Jovem Senador adia para 2021 edição comemorativa	112
Senado mais que dobra volume de livros doados em 2019	115
Senado iluminado: projeção de cores na cúpula revela apoio a causas importantes	117
Liga do Bem – cinco anos de alegria e solidariedade	120

Capítulo 12

Especial Coronavírus	125
Em meio a dificuldades, colegas compartilharam emoções e aprendizados	126
Psicólogos da Casa oferecem atendimento a colaboradores durante pandemia	129
Equipe de eventos reinventa ações de comunicação interna em 2020	131

Capítulo 13

Senado em Números	135
Qualidade de Gestão	136
Governança de Contratações	136
Economias de Gastos e Sustentabilidade	140
Equidade de Gênero	147
Acessibilidade	153
Qualidade de Vida	154
Visão Orçamentária do Senado	155

Desafios vencidos; compromissos cumpridos

Prezada leitora, prezado leitor, entregamos aqui a segunda edição da revista *Compromissos*, dedicada ao balanço da gestão do Senado no biênio 2019-2020. Dois anos que, dispostos dessa forma, não mostram o quão diferentes foram, entre si, para a humanidade. A pandemia que assola o planeta deixa marcas e reflexões profundas, e ao longo dessa edição é possível notar seus reflexos, influências no fazer de nossa administração, de nossos colaboradores. Não poderia ser diferente.

Por isso, cabe-nos aqui, antes mesmo de prosseguir, manifestar o mais profundo pesar pelas perdas humanas ocasionadas pela covid-19 e desejar, para o tempo mais breve possível, a produção e adoção de uma alternativa imunizadora para a população mundial.

Ao afetar em tudo a dinâmica da sociedade, a doença nos desafia na busca de soluções, e muito já se falou de seu efeito paralisador. Pois o Senado, como centro decisório de questões nacionais, não poderia parar. E a partir do trabalho prévio, um

alicerce tecnológico construído em anos anteriores, conseguimos providenciar, em menos de uma semana a partir da decretação da pandemia, um sistema de deliberação remota que virou exemplo, dentro e fora do país. Aqui, contamos os detalhes desse processo.

Também compartilhamos histórias de superação pessoal e profissional que asseguraram a produtividade de nossos colaboradores que, em sua grande maioria, trabalham a partir de suas casas desde meados de março último. Ferramentas de TI, cursos virtuais, assistência especializada. Nas próximas páginas, você saberá um pouco mais dessa rede de apoio, inclusive psicológica, criada para cuidar das pessoas, proteger o público interno e externo e manter os serviços prestados e o trabalho legislativo neste ano tão complexo. Os números e gráficos comparativos da administração da Casa nos últimos anos — especialmente presentes no Capítulo 13 — evidenciam o êxito dessas iniciativas.

Leitores da primeira edição, lançada em dezembro de 2018, já sabem que a revista é dividida em editorias

que remetem a princípios firmados pelo Senado em sua Carta de Compromissos, de 2015. Na presente publicação, além dos 11 capítulos, adicionamos um extra que informa sobre medidas tomadas ao longo do ano em razão da crise sanitária. E encerramos com o *Senado em Números*, o 13º e último capítulo, que traz um resumo estatístico de nossa gestão no biênio.

Por outro lado, em 2020, completei cinco anos à frente da Diretoria-Geral do Senado, cargo que passei a ocupar em março de 2015. Frente ao que já foi relatado, estou certa de que a melhor comemoração possível foi responder aos desafios que este ano tão atípico nos apresentou. É bem verdade que vimos comemorando anualmente a evolução gerencial e as conquistas, reconhecidas dentro e fora do país. Aqui, ao revisitar os dois últimos anos, detalhamos tais feitos, que se estendem por setores como o de compras e contratações, sustentabilidade, equidade, entre outros, e também os planos para cada área.



Aliás, muitas dessas metas já estão estipuladas, e equipes vêm trabalhando, com ou sem crise, para cumpri-las. Destaco, aqui, o pioneiro Plano de Equidade de Gênero e Raça, lançado em setembro de 2019 com uma série de passos que podem e devem nos levar a um ambiente laboral livre de preconceito, discriminação e assédio. Sobre tudo, um espaço de respeito e de equidade. Outros caminhos estão dados, em outras áreas, com o mesmo objetivo: manter o Senado como referência no setor público.

Evidentemente, não há gestor que guarde consigo todas as receitas, mas caminhamos até aqui nutridos da satisfação de testemunhar os avanços alcançados pela administração do Senado. Ao mesmo tempo, refletimos sobre o amanhã, sabedores de que a crise em tela nos desafia para além do distanciamento social e da angústia coletiva. O chamado novo normal, ou o que vier derivar do panorama atual, nos cobrará em termos políticos, econômicos e, principalmente, sociais.

Nesse sentido, convido-lhe a conhecer o que temos feito. O balanço a seguir evidencia virtudes do Senado Federal para além de sua missão legislativa constitucional. Mostra o olhar e a prática administrativa na

direção do cuidado com as pessoas, da humanização das relações, da transparência, da inovação e da responsabilidade nos gastos públicos.

Uma ótima leitura e, sim, um excelente ano de 2021 para todos e todas.

Ilana Trombka

Diretora-geral do Senado Federal



Capítulo 1

Compromisso com o Parlamento

Senado foi o primeiro parlamento do mundo a realizar votação virtual

Nove dias após a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretar a pandemia de covid-19 e o distanciamento social começar a vigorar no Brasil, o Senado alcançou um marco e virou exemplo para o mundo: foi o primeiro parlamento a realizar uma sessão de debate e votação inteiramente virtual. O feito foi ressaltado pela diretora-geral, Ilana Trombka, ao agradecer aos colegas envolvidos no esforço inédito.

— Hoje demos um exemplo para o mundo. Vamos continuar deliberando a distância e construindo soluções para enfrentar essa crise e acelerar as matérias urgentes — disse.

O diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), Alessandro Albuquerque, relata que o pedido partiu do secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, que precisava de uma solução que permitisse manter as atividades legislativas. A resposta, afirma, foi juntar sistemas já

existentes num aparato que privilegia segurança e agilidade.

— Não desenvolvemos nada do zero. A gente compôs, com imaginação

e com competência, soluções a partir das ferramentas já existentes — disse Alessandro.



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, preside sessão remota

TECNOLOGIA

A base do sistema foi montada para permitir debate com vídeo e áudio com até 600 participantes. O SDR pode ser acessado por meio de celulares ou computadores conectados à internet, com câmera frontal. A autenticação de cada debatedor é verificada em duas etapas, e as sessões são gravadas na íntegra. Para dar ainda mais segurança, a cada votação o parlamentar recebe uma senha instantânea.

As sessões virtuais têm sido presididas a partir de uma sala no Prodasen. De acordo com Alessandro, o local foi escolhido porque oferece segurança operacional, inclusive contra a ação de ataques cibernéticos, além de contar com geradores e um telão que mostra os debatedores.

Em uma dessas sessões, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, agradeceu aos senadores e deputados pelo esforço diário em manter as atividades e o ritmo das votações, o que demonstra o compromisso do Legislativo em deliberar matérias para minimizar os efeitos do coronavírus no Brasil. O apoio dos parlamentares, segundo ele, foi fundamental para que a implantação da modalidade fosse reconhecida como uma experiência de sucesso em todo o mundo.

— Poucos países têm conseguido debater e votar matérias em seus Parlamentos e o Brasil tem sido referência, como tem sido destaque em todos os encontros nacionais e internacionais sobre legislativos — disse.

INTERESSE EXTERNO

Nos últimos oito meses, as sessões remotas têm ocorrido toda semana na Casa. Mesma frequência de contatos de outros parlamentos interessados no modelo, que foi elogiado pela União Interparlamentar, organização com sede em Genebra, na Suíça,

que reúne mais de 140 legislativos dos cinco continentes.

O SDR também recebeu elogios do ParlAmericas, entidade com sede em Ottawa, no Canadá, que promove a diplomacia entre os Parlamentos do continente americano. Em cinco meses, o Manual de Transferência da Tecnologia do SDR teve 3.840 downloads nos cinco continentes. Além disso, o Senado brasileiro tem participado de eventos internacionais remotos nos quais soluções como essa são apresentadas e debatidas.

Um desses encontros, ocorrido em julho, foi o webinar promovido pela Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP). O evento virtual teve como tema “A adaptação dos serviços par-

lamentares em tempos de crise”. Na ocasião, coube ao secretário-geral da Mesa adjunto, Waldir Bezerra Miranda, apresentar o SDR aos colegas de Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

— O evento foi bastante interessante e produtivo por possibilitar a troca de experiências sobre como cada parlamento da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] se adaptou ao desafiante cenário mundial de pandemia. É sempre muito rica a troca de experiências — explicou Waldir.

Aqui no Brasil, servidores de assembleias e câmaras de vereadores já foram até treinados para lidar com a plataforma, cuja tecnologia é cedida pela Casa.



Ilana Trombka agradeceu esforço conjunto de colegas envolvidos na implementação do SDR

Planejamento e esforço coletivo deram nova cara à troca de legislatura

A cada quatro anos ocorre a troca de legislatura no Congresso Nacional. É quando Câmara e Senado empossam novos parlamentares, que, por sua vez, estruturam seus gabinetes por meio da nomeação de assessores. Mas, e se cada gabinete tiver assegurado, desde o primeiro dia de trabalho, um mínimo de servidores necessários ao seu funcionamento? E se esses profissionais puderem ser treinados com antecedência e começarem as atividades sabendo como é a rotina de uma casa legislativa?

Pensando nisso, a Diretoria-Geral (DGer) do Senado planejou e executou uma série de ações que tornaram a posse da 56ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 2019, um exemplo de boa organização e de eficiência na prestação de serviços.

É normal a Casa se preparar para receber os recém-chegados. A diferença, desta vez, foi o grau de antecedência e o alcance da preparação. Tudo começou quatro meses antes, em outubro, com o trabalho conjunto de diversos setores. Na época, foram definidos quatro eixos de atuação: seminário de apresentação do Senado; instalações físicas e equipamentos; evento de posse; e nova sistemática de admissão de pessoal.

SEMINÁRIO

Ainda em novembro, aqueles que integrariam os gabinetes a partir

de fevereiro foram apresentados às rotinas parlamentares. Um seminário de boas-vindas, chamado “Conhecendo o Senado”, reuniu, durante três dias, 137 pessoas, entre assessores e muitos dos parlamentares eleitos no mês anterior. Como explicou a diretora-geral, Ilana Trombka, o objetivo foi apresentar a Casa aos novos colegas.

— Iniciamos com a ambientação deles no Senado com a explicação de toda a estrutura existente, desde os pilares que dão base a um mandato parlamentar até as ações que favorecem a transparência e a atividade legislativa — afirmou.

INSTALAÇÕES

Para explicar a dinâmica de uma organização complexa como o Senado, a Diretoria-Geral preparou um tutorial e um sistema de tira-dúvidas (FAQ), uma mão na roda para informar os novos colegas sobre atendimento, criação de e-mail institucional, carga patrimonial, cotas parlamentares, emergência médica, manutenção de gabinetes e outros serviços. Depois, já com a presença dos assessores, foram realizados treinamentos para colocá-los a par das ferramentas de suporte à produção legislativa e outras.

Marcos Oliveira



Assessores e alguns dos parlamentares eleitos participaram do seminário “Conhecendo o Senado”

Diretor-executivo de Gestão, Marcio Tancredi lembra o grau de complexidade que envolveu esse segundo eixo de trabalho: “Por meio de uma ação intensiva, reunimos servidores de várias áreas para instalar equipamentos, resolver dúvidas, fazer ajustes em gabinetes e orientar sobre o uso dos sistemas”.

CERIMÔNIA

Se nas etapas anteriores o Senado já havia mobilizado equipes de pelo menos quatro secretarias — de Pessoal, de Infraestrutura, de Relações Públicas e de Tecnologia da Informação —, o dia da posse envolveria também colegas da Secretaria de Polícia Legislativa (SPol), além de vigilantes.

De novo, o esforço conjunto, uma vez que o controle de acesso nas portarias e nos espaços internos da Casa é apoiado pelo trabalho da Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing (SRPPM), que meses antes enviou os convites e checou a presença dos participantes.

ASSESSORES EMPOSSADOS

O quarto item desenhado como eixo de atuação merece capítulo especial. Coordenado pela Diretoria-Executiva de Gestão (Direg), um mutirão multidisciplinar empossou servidores recém-nomeados e garantiu, assim, o pleno funcionamento de todos os gabinetes desde o dia da posse dos senadores.

Foram montados sete postos de atendimento no auditório do Interlegis, com o apoio das secretarias de Tecnologia da Informação (Prodasen), de Infraestrutura (Sinfra), de Patrimônio (SPATR) e de Polícia Legislativa (Sepol). Matheus Medeiros, coordenador de Administração de Pessoal (Coapes), comemorou o objetivo alcançado.

— Como tínhamos a meta de entregar (no dia 1º de fevereiro) dez



Rampa do Congresso Nacional preparada para a posse dos senadores

posses para cada novo senador, para que ele tivesse sua equipe básica já montada, decidimos criar um espaço alternativo, que pudesse receber essas pessoas e atendê-las com a velocidade que o parlamentar espera que elas estejam contratadas — afirmou.

O ritmo de trabalho foi intenso, lembra Matheus. Em apenas um dia foram empossados cerca de 260 ser-

vidores comissionados, que puderam agendar atendimento por e-mail. Outro fator que otimizou o processo foi a delegação prevista no Ato da Diretoria-Geral nº 2/2019, que deu ao coordenador da Coapes o direito de garantir o exercício aos novos servidores.

— Automaticamente, as informações migravam para o nosso sistema de RH e em cerca de uma hora

o servidor já podia ir buscar o crachá. Assim, não houve necessidade de uma correria no gabinete — explicou o coordenador. Ainda segundo Matheus, o uso da assinatura digital para a posse, a partir de tecnologia desenvolvida pelo Prodasen, foi decisivo:

— Os coletores de assinatura já dispensam que a gente imprima um termo de posse. Conseguimos fazer tudo digitalmente. Já os documentos pessoais que eles trazem, nós os digitalizamos. Fizemos tudo num processo eletrônico. Ao todo, em torno de 15 minutos, eles são empossados e estão disponíveis para os senadores.

Para o chefe do Serviço de Atendimento ao Usuário (Seatus), Washington Reis, entre os principais anseios da equipe estava o de “oferecer a excelência no atendimento aos colegas, desde a recepção até o momento de tomar posse”. Deu certo. O resultado surpreendeu as assessorias. A servidora Inaiara Golob, que na época chefiava o gabinete do senador Fabiano Contarato (Rede), considerou admirável o atendimento aos colegas contratados.

— Foi outro universo. Fomos muito bem atendidos por profissionais bem treinados. Como todo cidadão gostaria de ser atendido no serviço público — ressaltou, afirmando que acompanhou os colegas com o intuito de oferecer o suporte necessário.

João Alfredo Ximenes Campos, que integra a equipe do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), também ficou surpreso com a agilidade do processo: “O Senado está de parabéns. Foi rápido, eficiente e funcionou muito bem.”

Com automação, Prodasen assegurou agilidade

O esforço bem-sucedido das exonerações e nomeações em série em curto espaço de tempo foi especialmente comemorado pelo Prodasen, responsável pela automação de processos com base em fluxo de tarefas. O diretor da secretaria, Alessandro Albuquerque, lembra que esse trabalho foi iniciado em 2015, fruto de uma pesquisa de satisfação.

— Uma das reclamações mais frequentes era de que os gabinetes parlamentares tinham de falar com muitas áreas para solicitar acesso a sistemas e demais recursos de TI. Naquele momento, iniciamos esse projeto. São identidades digitais. Você [usuário ou usuária], do ponto de vista digital, também existe enquanto login, que pode deter várias ações e permissões associadas (sistemas, drive U, impressoras, e-mail). Em parceria com a Direg e com a SEGP, nós automatizamos esses acessos, com base no perfil criado ao se cadastrar como parlamentar ou como colaborador.

GESTÃO AUTOMATIZADA

Outra ferramenta essencial para o sucesso do mutirão no início de 2019 foi a atualização do Sistema de Gestão de Cargos Comissionados (GCC) (Leia mais no Capítulo 2). O

sistema automatizou toda a parte operacional e, com isso, facilitou a vida dos gestores nos gabinetes, que hoje conseguem controlar contratações até pelo smartphone, e da equipe da SEGP, responsável pelos registros funcionais dos mais de seis mil servidores efetivos e comissionados.

Como explicou o então coordenador-geral de Pessoal, Henrique Gonçalves Cardoso, exonerações de servidores e novas nomeações significam enorme impacto. Segundo ele, quando um novo parlamentar assume é criado um gabinete novo. O processo de desligamento é trabalhoso e todas as áreas envolvidas precisam estar preparadas. Ele dá como exemplo o setor de pagamento.

— Todas as folhas de pagamento devem ser checadas. Entre outras atribuições, é preciso conferir se há débito junto ao plano de saúde, na biblioteca etc. Tudo isso tem que ser checado com calma antes da publicação no Diário Oficial. Cabe ainda ao setor de pagamento fazer os cálculos das verbas rescisórias. Em paralelo, é preciso atender os servidores nomeados, já que o novo gabinete precisa ter uma estrutura mínima para entrar em funcionamento — resalta.

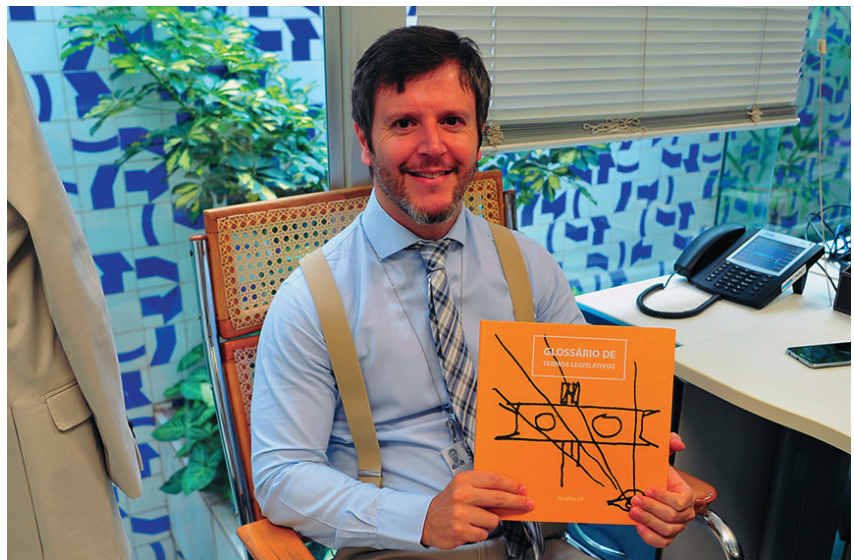
Parlamento mais fácil de entender

Parceria entre Senado e Câmara unifica numeração e nomenclatura de matérias e cria glossário legislativo



Um trabalho minucioso, feito a várias mãos, resultou em duas boas soluções para ajudar os cidadãos a acompanharem o processo de construção de leis. Desde o início de 2019, os usuários têm à disposição um glossário de termos legislativos e contam com a numeração e a nomenclatura unificadas nas proposições que tramitam nas duas Casas do Congresso.

Essas matérias, chamadas bicamerais, eram um desafio para o público, porque ao serem aprovadas numa casa, ganhavam numeração e sigla diferentes quando eram protocoladas na outra. O esforço para acabar com incômodos como esse partiu do Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.



Rodrigo Brum, servidor da Casa, explicou processo de produção do material

Durante esse trabalho, o Senado teve que mudar mais de trinta sis-

temas; e a Câmara, mais de quarenta, explicou Rodrigo Brum, que na época

atuava como assessor da Secretaria-Geral da Mesa (SGM) do Senado.

— Se alguém investigar, verá o tamanho do trabalho que o Prodasen, a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara e as SGMs tiveram. Foram praticamente seis meses de negociação e seis meses de implantação. É um trabalho bem grande.

Primeiro, foi negociada a nomenclatura das matérias bicamerais e sua regra de numeração, separando uma série para cada tipo — projeto de lei ordinária, projeto de lei complementar, proposta de emenda à Constituição ou decreto legislativo. A partir daí, os setores de tecnologia da informação do Senado e da Câmara definiram uma ferramenta que numera automaticamente essas proposições, assim que são apresentadas por deputados ou senadores.

Profissionais que cobrem o dia a dia do Congresso, como Bernardo Bitar, do portal Ranking dos Políticos, são os que mais comemoraram a mudança.

— Para nós que temos que acompanhar a tramitação de dezenas de projetos na Câmara e no Senado sempre foi uma loucura na hora que uma matéria passava de uma Casa para outra porque os números mudavam e ficávamos perdidos. No momento em que o número foi unificado, nossa vida melhorou muito no Congresso porque é possível seguir passo a passo cada proposta. Esta inovação representa mais transparência e facilitou muito nosso trabalho — relata o jornalista.

ENTENDENDO O CONGRESSO

Para racionalizar o trabalho e atuar em várias frentes, o grupo que reúne servidores das duas casas montou subgrupos. E uma dessas turmas ficou responsável pela criação de um dicionário com verbetes comuns ao Congresso Nacional. O *Glossário de Termos Legislativos* foi lançado em fevereiro de 2019 depois de oito meses de



Pérsio Barroso afirmou que o glossário pode auxiliar tanto público interno quanto externo

reuniões e pesquisas sob a coordenação do servidor João Lima, do Prodasen.

Além de ajudar o público externo a entender como funciona o Parlamento, o glossário auxilia Senado e Câmara em suas estratégias de comunicação. É que, em determinadas situações, as duas Casas usam terminologias diferentes para se referir a um mesmo conceito; enquanto em outras, elas usam o mesmo termo para designar conceitos diferentes. O chefe do Serviço de Análise e Produção de Informações Legislativas (Seapil), Pérsio Barroso, dá um exemplo:

— Nós, do Senado, falamos em decisão terminativa das matérias nas comissões. Já a Câmara usa o termo “conclusiva”. Então, o glossário é uma grande ferramenta para consulta, tanto do público interno quanto externo.

Esta edição também será impressa em inglês e espanhol.

A boa receptividade desse material provocou a produção de outra obra do tipo, o *Glossário de Termos Orçamentários*. De acordo com João Lima, as etapas de pesquisa e de redação acabaram no primeiro semestre de 2020, quando o material foi submetido à análise de assessores parlamentares das duas casas, especialistas em orçamento. Agora, o texto encontra-se na fase final de revisão.

Para João, os glossários legislativo e orçamentário cumprem o objetivo de aproximar o público dos assuntos parlamentares. E dentro do Congresso, afirma o servidor, “demonstram a importância do trabalho de curadoria e do esforço conjunto das equipes das duas Casas”.

NOVIDADES

O início de 2021 deve ser marcado por mais lançamentos nessa área. O próprio *Glossário de Termos Legislativos*, que em sua versão original teve quatro tiragens, vai ganhar uma segunda edição. A previsão é que antes de março ela já esteja disponível na Livraria do Senado. E não somente em português.



QRCode: Glossário de Termos Legislativos <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario>

Interlegis avança na capacitação e diversifica suas ferramentas



Aula ao vivo para servidores de câmaras municipais e assembleias legislativas

A pandemia que marcou a humanidade em 2020 serviu para evidenciar a importância de ferramentas que aproximam pessoas e viabilizam o trabalho a distância. No legislativo brasileiro, esse papel é cumprido há 23 anos pelo Interlegis, programa criado pelo Senado para modernizar e integrar parlamentos, e que é desenvolvido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

E essa cooperação nunca se mostrou tão necessária, já que milhares de casas legislativas precisaram de ajuda para tocar à frente seus trabalhos em 2020. A resposta do programa do Senado veio na forma de ferramentas tecnológicas e capacitação. O produto mais festejado é o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo Remoto (SAPL-R), que viabiliza as sessões plenárias com

ordem do dia, nomes de autores e relatores das proposições, além de lista de presença e compilação de normas jurídicas.

O SAPL-R também garante segurança aos parlamentares, com privacidade das sessões e criptografia na transmissão. Já o acesso às salas de reuniões remotas é permitido apenas com senha.

TREINAMENTO

Os produtos tecnológicos ajudam, e além de tudo são gratuitos. Mas é o treinamento que dá a autonomia necessária para que as equipes auxiliem e otimizem o trabalho de vereadores e deputados estaduais. Só entre abril e setembro, o programa capacitou aproximadamente 420 servidores de

227 casas legislativas a utilizar o SAPL-R. Foi o caso de Deogenes Nogueira, servidor da Câmara Municipal de Barra do Garças (MT).

— Foi uma experiência excelente! O modelo desenhado pelo Interlegis é de fácil manuseio, leve e as ferramentas internas são ótimas! Uma tecnologia moderna e atual que vai contribuir para a continuidade dos trabalhos legislativos da nossa Câmara Municipal — afirma o servidor.

Os cidadãos também saem ganhando. É que o SAPL-R permite a transmissão das sessões pelo YouTube e pelo Facebook, sem que seja necessário baixar qualquer programa. Além disso, por meio do Portal Modelo, criado pelo Interlegis, câmaras e assembleias podem facilmente criar e colocar no

ar página eletrônica com informações sobre a tramitação das matérias.

São muitos os cursos oferecidos pelo Interlegis. Entre os mais procurados estão a oficina para revisão e atualização de marcos jurídicos (lei orgânica e regimento interno) e o projeto Câmara Verde, que trata de sustentabilidade no Legislativo. Também está entre os campeões de acesso o curso de capacitação de assessores parlamentares. O Tramita/Agepar ensina a utilizar os sistemas de apoio ao trabalho, como o do acompanhamento de matérias, e facilita a emissão de relatórios no Outlook.

Nos últimos dois anos, mais de 3,7 mil servidores e agentes políticos de 382 instituições foram capacitados. Um recorde. A busca por cursos virtuais também só aumenta. Para se ter uma ideia, até meados de março, antes da decretação da pandemia, o órgão havia treinado 402 servidores. Dali até setembro, outros 891 foram treinados. A expectativa do diretor-executivo do Interlegis, Márcio Coimbra, é de que essa demanda cresça cada vez mais, independentemente da crise sanitária. “Em três ou quatro anos nós deveremos ter mais oficinas remotas do que presenciais”, projeta Coimbra, lembrando que o mesmo aconteceu com os cursos de pós-graduação, que passaram a ser oferecidos na modalidade a distância.

Instrutor do Interlegis, Adalberto Alves de Oliveira fala da satisfação desse trabalho: “Ao levar conhecimentos para servidores e agentes políticos nos mais distantes rincões, estamos contribuindo para o aperfeiçoamento e a modernização das atividades legislativas. Os resultados alcançados são mais transparência dos dados públicos, aproximação entre a população e os seus representantes, e conscientização sobre a importância do exercício da cidadania”.

ILB forma mais pós-graduados com EAD

Se com o braço do Interlegis o ILB otimiza o trabalho dos legislativos municipais e estaduais, com outro braço, o da educação, o Instituto mantém o trabalho de formação de pessoal pós-graduado em áreas essenciais para o Senado e outros órgãos públicos. Nos dois casos, gestores, professores e facilitadores foram desafiados a adaptar rapidamente o modelo educacional às restrições impostas pela pandemia de covid-19. Como no caso do Interlegis, também aqui os números mostram que houve êxito.

Servidora do Núcleo de Apoio à Inovação (Nainova) do Senado, Cláudia Nogueira lista alguns desses desafios: “A novidade trouxe dúvidas quanto à efetividade e habilidade com a tecnologia. É um desafio manter a atenção e o foco dos participantes no formato online. Mas o alcance é maior, pois podemos ampliar os treinamentos para o público fora do Senado”.

Para o professor de pós-graduação do ILB e assessor parlamentar Paulo Kramer, a qualidade do ensino remoto e a facilidade de acesso a essa modalidade também merecem destaque.

— Eu tenho aperfeiçoado, cada vez mais, minhas habilidades

didáticas à linguagem do ambiente digital. É um jeito mais dinâmico e econômico de atingir um número muito maior de pessoas em um país que necessita, urgentemente, queimar etapas rumo a uma educação de qualidade em todos os níveis — disse.

NÚMEROS

Em 2019, o ILB teve 138 alunos ativos em quatro cursos de pós-graduação lato sensu, entre eles o de Tecnologia da Informação Aplicada ao Poder Legislativo e o de Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos. Parte dos alunos veio de outras instituições públicas.

Já em 2020, cursos que começaram presenciais vão sendo concluídos remotamente. É o caso da especialização em Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo. Realizado em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o curso tem 17 alunos do Senado e 16 do TSE.

Outro que migrou para uma plataforma virtual é o de pós-graduação lato sensu em avaliação de políticas públicas, realizado conjuntamente pelo Senado, pelo Tribunal de Contas da União e pela Câmara dos Deputados.

e-Cidadania: Aprovado primeiro projeto de origem popular

“Eu achei que estava vivendo um sonho quando a proposta começou a ser debatida no Senado”, lembra Maria Angélica de Souza, moradora de São Vicente (SP). Ela é autora de sugestão apresentada em março do ano passado, com o apoio de 23.451 internautas, que se transformou no primeiro projeto do tipo aprovado pela Casa.

A sugestão legislativa de Maria Angélica, encaminhada pelo portal e-Cidadania, agora é o projeto de lei (PL) 4.399/2019, que muda a Lei 8.213/91 para dispensar quem tem fibromialgia de carência para o recebimento de benefícios do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Maria Angélica conta que teve a ideia ao entrar num grupo do Facebook sobre a doença.

— Lá eu vi que as pessoas desabavam, e todo desabafo era referente principalmente ao descaso do INSS. Então, eu vi que elas necessitavam que alguma coisa fosse feita. Pesquisando eu descobri o portal e-Cidadania e resolvi lançar essa ideia. No início teve pouca adesão, mas com o passar do tempo a proposta começou a ser divulgada em outros grupos e a gente teve mais de 20 mil apoios — relembra.

Habitado à atividade legislativa, o relator da matéria na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Flávio Arns (Rede-PR), ressalta que foi uma alegria ter ajudado a aprová-la. Segundo ele, o texto faz justiça aos portadores de fibromialgia, que, mesmo tendo reconhecida a doença como crônica, precisam cumprir carência para ter



Moradora de São Paulo, Maria Angélica é autora da sugestão legislativa apresentada no ano passado

acesso a medicamentos e terapias pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Depois de aprovado na Comissão e no Plenário, o projeto foi para a Câmara dos Deputados. Em outubro, foi

apensado, ou seja, juntado a outro projeto, o PL 10718/2018, que igualmente prevê esse benefício, e está pronto para ser votado em plenário pelos deputados.

CIDADÃO PARLAMENTAR

A participação on-line nas atividades legislativas já é possível desde 2012, quando foi criado o portal e-Cidadania. Por meio dele, qualquer pessoa pode também submeter uma ideia e pedir apoio de outros internautas. Se houver pelo menos 20 mil adesões em até quatro meses, a proposta é encaminhada para a CDH do Senado, que indica um relator para cuidar do assunto.

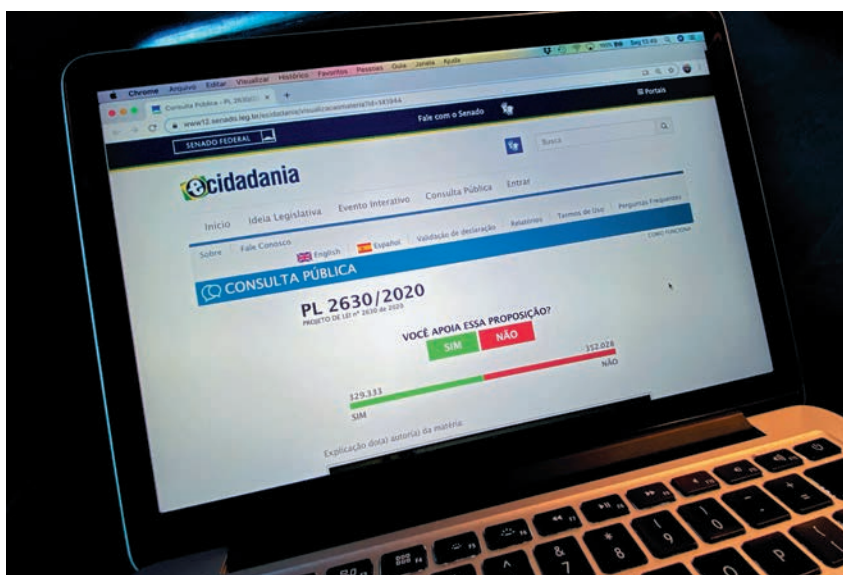
Nos últimos três anos, várias ideias foram convertidas em projetos de lei, como a retificação de registro civil para transexuais, a redução de impostos sobre jogos eletrônicos de 72% para 9% e a permissão para médicos brasileiros formados no exterior atuarem no país, entre outros.

Para Ricardo Vaz, assessor do portal, a aprovação pelo Senado de proposição sugerida por uma cidadã é um marco para a democracia brasileira.

— O e-Cidadania alcança seu propósito quando eventos como esse acontecem, porque trazem resultados efetivos para a população: o estímulo à participação das pessoas no processo legislativo. Temos várias outras ideias de cidadãos tramitando nesta Casa e esperamos que em breve essas sugestões trilhem o mesmo caminho do PL 4.399/2019 — comemorou.



Ricardo Vaz, do e-Cidadania, acredita que episódio é um marco para a democracia brasileira



Cidadãos podem usar a internet para sugerir projetos de lei do Senado Federal por meio do e-Cidadania



Capítulo 2

**Compromisso
com a excelência
na prestação
de serviços**

Senado inova e otimiza admissão de servidores comissionados

Contratar pessoal não é algo simples, qualquer que seja a corporação. No mínimo, depende de pesquisa e de burocracia. Num órgão público, esse processo — muito comum nos gabinetes parlamentares — envolve itens a mais, como saber se a unidade interessada dispõe de verba para a contratação, se a pessoa indicada possui parentesco com algum servidor da Casa ou se há alguma restrição legal que possa impedir sua posse em cargo público, entre outras conferências. Processos assim são demorados e consomem o trabalho de várias pessoas e setores. Mas, no Senado Federal, um sistema criado em 2018 revolucionou esse tipo de serviço e, ano a ano, vem sendo aperfeiçoado, inclusive com trânsito virtual de documentos para posse e coleta de assinatura digital. É o Sistema de Gestão de Cargos Comissionados (GCC).

Com o GCC, todas as informações e as condições necessárias à posse e ao exercício de um servidor comissionado foram inseridas no sistema. Ao receber os dados da pessoa indicada pelo gabinete, o GCC gerencia o processo, item por item. O primeiro grande teste aconteceu na virada de 2018 para 2019, quando o Senado teve que dar conta da nomeação e da exoneração de centenas de colegas em razão da troca de legislatura. Como lembra Paulo Bernini Filho, assessor da Diretoria-Executiva de Gestão (Direg), em momentos como esse o Senado costumava gastar com horas extras para dar conta da nomeação e posse de assessores. Mas em



Edilson Rodrigues

Alessandro Albuquerque afirma que cliente e desenvolvedor de TI estiveram juntos em todas as etapas da construção do GCC



Paulo Bernini enaltece economia em horas extras durante processo de nomeação e posse de servidores

janeiro e fevereiro de 2019 isso não aconteceu.

— Houve uma redução dos recursos disponíveis para a efetivação do

processo, além de redução também das horas extras pagas em relação às outras mudanças de legislatura. Especialmente na troca dessa última, que

foi a maior do Senado, o tempo médio do processo girou em torno de 8 dias, a partir do recebimento do cadastro do indicado até a liberação da portaria de nomeação. Esse tempo passa para 1 dia se não for identificada inconsistência no cadastro do indicado.

O SISTEMA

O GCC foi desenvolvido numa parceria entre a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), a partir de demanda da Diretoria-Geral (DGer). O então diretor da SEGP, Paulo Meira, afirmou que a criação do sistema atendeu a um dos objetivos estratégicos do Senado, que é o de melhorar continuamente os processos de trabalho. Já a diretora-geral, Ilana Trombka, destacou outras duas virtudes do sistema: a transparência nas contratações e a possibilidade de cada unidade gerenciar melhor os limites financeiros para nomear servidores comissionados.

— É uma inovação que auxilia muito o trabalho dos gabinetes parlamentares e de todas pessoas que precisam fazer a gestão desses nossos colegas, que melhoram e enriquecem o trabalho do Senado — afirmou.

GCC virou sinônimo de autonomia para quem trabalha nos mandatos. Para Yuri Afonso Farias de Sousa, chefe de gabinete do senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), a melhora é notável.

— O GCC permite que tenhamos uma lista em PDF com todos os cargos ocupados, tabela com valores de remuneração, se existe algum processo em andamento, tudo numa tela inicial, de fácil acesso. Antigamente, tínhamos que fazer cálculos que envolviam as diversas subdivisões de cada cargo, somando porcentagens, para verificar os valores disponíveis para novas nomeações, e qual cargo se adequava a qual valor. O sistema faz

isso automaticamente, nos informando objetivamente a verba disponível no gabinete — avalia o servidor.

Outra vantagem apontada por Yuri Afonso é que o sistema desonera o gabinete de reunir os documentos do indicado e acompanhar o processo junto a SEGP. Isso ficou a cargo do candidato à vaga, “o que alivia o peso sobre o gabinete e dá à pessoa que será contratada mais autonomia e facilidade no acompanhamento”, confirma Matheus Medeiros Carrion, titular da Coordenação de Administração de Pessoal (Coapes).

Para chegar a esse resultado, desenvolvedor de TI e cliente estiveram juntos em todas as etapas da construção do GCC. É o que salienta o diretor da Secretaria de Tecnologia de Informação, Alessandro Albuquerque: “Isso provoca no Prodasen uma melhoria dos processos. Não só nesse caso, mas em todos, foi aplicada essa metodologia em que o cliente participa ativamente do processo de definição de requisitos. Sem a participação do cliente, o produto não acontece”.

Se em tempos normais o GCC provou-se importante, a crise provocada pelo coronavírus mostrou outro diferencial do sistema: ele pode ser



Yuri Afonso diz que sistema desonera gabinete e dá mais autonomia ao indicado

acessado de qualquer lugar, inclusive via smartphone. Diante da pandemia, foi preciso apenas mudar um item, que é a posse presencial. Agora, o termo de posse é enviado por e-mail e, uma vez assinado pelo indicado à vaga, o colega é automaticamente empossado.



Ilana destacou que ferramenta oferece a gabinetes transparência e possibilidade de gerenciamento financeiro mais eficaz

Resultados mostram acerto do Processo Seletivo Interno

Em menos de um ano, quatro gestores foram escolhidos por seleção simplificada

Aposentadorias, ausência de concursos, orçamentos enxutos, entre outros desafios. Cada vez mais, as soluções para otimizar a gestão e impulsionar bons projetos dependem da criatividade. No Senado, essa qualidade se juntou à transparência e à meritocracia para criar o processo de seleção simplificada que, em pouco tempo, provou-se uma boa ideia para recrutar gestores. Foram quatro escolhidos, em menos de um ano, para diferentes áreas da Diretoria-Geral (DGer).

O processo se inicia com a publicação de edital, que informa o cargo vago e as qualificações necessárias para a candidatura. Iniciada a seleção, uma banca composta por servidores da Coordenação de Políticas de Pessoal (Copope), da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), analisa os currículos, assim como os planos de cada candidato. Ao todo, são cinco etapas até que os três nomes melhor avaliados passem por entrevista com a diretora-geral, Ilana Trombka, e outros diretores. Tudo acontece em pouco menos de dois meses.

O diretor-executivo de Gestão, Marcio Tancredi, comemora o êxito desse modelo: “é uma aposta na meritocracia e na seleção dos melhores servidores para a função, avaliando diversos aspectos dos candidatos, como



Ilana Trombka ressalta que seleção dá oportunidades para que todos possam chegar a um cargo de direção

currículo, perfil, personalidade, intenções, entre outros”.

A diretora-geral, Ilana Trombka, lembra outra qualidade da seleção interna: “ela dá oportunidade e espaço para que todos possam chegar num cargo de direção, ampliando o grupo

de servidores que estão realmente à disposição da nossa Casa”.

A seguir, acompanhe um resumo das quatro seleções simplificadas realizadas pela Diretoria-Geral do Senado, a partir de março de 2019.

DOCUMENTAÇÃO

A primeira edição, ocorrida entre março e abril do ano passado, foi concluída com a escolha de Daliane Aparecida Silverio de Souza para dirigir a Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDoc). Daliane é graduada em Arquivologia e especialista em Gestão de Documentos Eletrônicos na Administração Pública.

Um ano e meio após esse processo, Daliane Silvério comemora os avanços na gestão do setor, que passou a contratar melhor. O segredo? “Conversamos com as unidades que nos demandam a fim de entender o que é pedido e fornecer o melhor, mas com economicidade”, resume a gestora.

GESTÃO DE PESSOAS

Entre maio e junho do ano passado, com o lançamento de edital para o segundo processo do tipo, oito colegas disputaram a vaga de diretor(a) da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP). O escolhido foi o consultor Gustavo Ponce, que já somava em seu currículo a experiência como diretor-adjunto de gestão em 2015.

Também candidata à vaga, a servidora da Secom, Marluci Ribeiro, destacou a metodologia democrática implantada pelo Senado.

— Valoriza o capital humano e técnico da Casa. Na primeira etapa, com base no meu currículo, colocaram-se questões práticas do setor e pediram que eu levantasse, como gestora, as possibilidades de solução para os desafios. Foi uma experiência muito rica para mim — pontuou Marluci.

INFRAESTRUTURA

O terceiro processo seletivo interno no Senado aconteceu entre agosto e setembro de 2019 e definiu o nome de Nélvio Dal Cortivo para a



Daliane Silvério foi selecionada para gerir a Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDoc)

diretoria da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra). Doutor em estruturas e construção civil, Nélvio ressaltou o caráter desse tipo de seleção, que, segundo ele, oferece oportunidades iguais aos servidores que desejam contribuir ainda mais com a Casa.

— É um processo saudável, transparente e legítimo. Ao fim, a pessoa que é escolhida chega com bastante legitimidade à função — afirmou.

SUSTENTABILIDADE

Já em 2020, o consultor e engenheiro agrônomo Humberto Formiga foi escolhido para coordenar o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas). Após disputar a vaga com cinco colegas, Humberto assumiu a gestão da área que, além das ações de cuidado com o meio ambiente, lida com iniciativas para melhorar cada vez mais a acessibilidade no Senado.



“É uma aposta na meritocracia e na escolha dos melhores servidores para a função”, afirmou Marcio Tancredi



Antônio Pinheiro

Em 2019, a Casa sediou encontros e debates com a presença de especialistas em inovação

Inovação administrativa otimiza fluxos e aumenta eficiência

Criatividade e inovação têm sido palavras de ordem para a administração do Senado. Isso ficou ainda mais marcante com a criação, no ano passado, do Núcleo de Apoio à Inovação (Nainova). Desde então, a unidade vem apresentando importantes movimentos de mudanças e melhorias. Em linhas gerais, a ideia tem sido deixar para trás o excesso de burocracia e outros obstáculos do setor público, aumentando, assim, a eficiência.

Em 2019, a Casa sediou mais encontros de imersão e debates com a presença de especialistas em inovação. Um dos instrumentos utilizados foi a Jornada da Inovação, treinamento prático oferecido ao corpo funcional. Com aulas conduzidas pela empresa WeGov, contratada pela parceria entre Senado e Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a primeira edição do projeto contou com duas turmas ao longo do ano e envolveu cerca de 150 servido-

res. Os participantes se engajaram na definição de desafios institucionais e no desenvolvimento de soluções para eles.

Presente no evento de encerramento da atividade, em dezembro, a diretora-geral, Ilana Trombka, chamou a atenção para a responsabilidade de os participantes da jornada darem continuidade às ideias para transformá-las em realidade. Ela ressaltou ainda a importância de as soluções serem, de fato, aplicáveis.

— Os projetos são o primeiro passo, mas são só isso. Se não passarem dessa etapa, eles vão ter sido um bom exercício e terão ficado no âmbito pessoal de cada um de vocês, o que também não é ruim. Mas se potencializarem se, além de iniciativas na parede,

se tornarem alguma coisa pela qual a gente possa ir a algum lugar — disse.

O gestor do Núcleo de Apoio à Inovação (Nainova), Henrique Porath, explicou que a Jornada visou capacitar os participantes a partir de problemas reais da Casa, cujos resultados produzirão propostas de ideias à disposição

das áreas competentes. Para isso, são utilizadas metodologias criativas, colaborativas e empáticas.

— A Jornada está inserida no esforço da Administração em sensibilizar a cultura organizacional para os benefícios da disseminação de práticas de estímulo à inovação.

Participação expressiva e intensa

Pelo menos 1,4 mil usuários visitaram o hotsite “Do Home ao Office”, página onde estão disponíveis todas as iniciativas do núcleo. A cada semana, cerca de 155 internautas têm acessado o portal. Por falar em números, quase 1,8 mil pessoas visualizaram a série “Teletrabalho, e agora?” e 213 colaboradores foram impactados pelas oficinas promovidas. Além disso, houve 40 citações e matérias sobre o assunto em veículos variados, como o Correio Braziliense e a Agência Servidores.

Chefe do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), Marina Vahle, e integrantes de sua equipe marcaram presença na oficina que teve como tema a “organização para o trabalho

remoto”. Segundo a gestora, algumas melhorias ocorreram a partir da experiência.

— Foi ótimo. Estabelecemos uma nova forma de trabalhar virtualmente, pelo Teams. Antes, havia grande resistência, mas facilitou bastante. Nos apropriamos mais das ferramentas e ficou tudo mais organizado — disse.

Clarissa Antão, coordenadora-geral do Escritório Setorial de Gestão da SGI doc, participou da oficina na companhia de seus subordinados. Segundo ela, os conteúdos trouxeram tranquilidade ao grupo.

— A chefe ficou mais aliviada porque a equipe ficou mais aliviada. A oficina trouxe esclarecimentos e uniformidade nas emoções — salientou

Clarissa, que ressaltou a evidente melhora no desempenho coletivo: “Desde então, fazemos chat, reuniões com todos os setores. Melhorou a comunicação (entre as equipes), aprimorando a organização e o trabalho”.

Roberta Lys, diretora da Secretaria de Atas e Diários, destacou, ao fim de uma oficina, a alegria em perceber que estão todos voltados para a mesma intenção de se adaptar da melhor maneira às transformações que estão por vir.

— Esse novo normal depende de como cada um vai encarar. Será muito importante mapear melhor as atividades e a potencialidade das ferramentas que vocês apresentaram para a gente [na oficina].



Clarissa Antão, chefe do Escritório Setorial de Gestão da SGI doc, participou de uma das oficinas



A psicóloga Marina Vahle está à frente do time da SesoQVT



Roberta Lys atua como diretora da Secretaria de Atas e Diários

IDEIAS

Entre as soluções já apresentadas, estão um buscador de serviços na Intranet e um sistema de compartilhamento de gabinetes. Para o servidor da Diretoria-Geral (DGER) Fabrício de Carvalho Côrtes, um dos primeiros a se formar no curso, a experiência permitiu confrontar ideias e debater a escala de soluções e problemas de uma instituição:

— No início da Jornada, o céu é o limite. Sugestões de todos os tipos, das revolucionárias até as ultrarrealistas, podem surgir. Na medida em que vamos nos aproximando da conclusão do curso, colocamos os pés no chão e tentamos achar algo dentro do mundo das possibilidades reais.

Para o colega da Secretaria de Editoração e Publicações, Felipe Modesto, a jornada foi intensa e corrida: “Em apenas seis encontros, descobrimos que teríamos de levantar questões e respostas, criar soluções, torná-las aplicáveis e práticas. Foi difícil, mas foi bom e libertador. Nós redescobrimos o poder de formação da ideia que temos e no dia a dia esquecemos de usar”.

MUDANÇA DE PLANOS

Em março deste ano, a equipe do Nainova precisou readequar metas e lidar com a imprevisibilidade causada pela crise sanitária que atingiu o mundo: “Fizemos um novo planejamento, procurando entender os desafios que surgiram e como poderíamos contribuir para seu tratamento. O foco passou a ser o de apoiar as equipes do Senado na transição ao trabalho remoto; produzindo reflexões sobre suas rotinas e a experimentação de ferramentas de colaboração on-line disponibilizadas”, explicou Henrique.

Diante do novo cenário, a saída foi redesenhar a programação e verificar as formas como o Nainova po-

deria contribuir, ressaltou Henrique. A partir desse trabalho, surgiram ações como a série ‘Teletrabalho, e agora?’, a elaboração e disponibilização de tutoriais sobre o office 365, a criação de um fórum para o compartilhamento de experiências, as oficinas de organização para o trabalho remoto e a adoção de novas ferramentas colaborativas.

— Atualmente, percebemos os setores bem adaptados à realidade imposta e entendemos que é necessário planejar os próximos passos para a atuação perante desafios de nosso tempo. Paralelamente, ocorre um retorno à participação em projetos de demanda pontual — afirmou Henrique.



Criado no ano passado, Nainova vem apresentando importantes movimentos de mudanças e melhorias



O servidor Henrique Porath é gestor do Nainova

Data center paralelo garante serviços de TI a qualquer tempo

Desde o ano passado, uma parceria firmada por Senado Federal e Câmara dos Deputados garante funcionamento ininterrupto dos principais sistemas e serviços de informática, mesmo quando o centro de dados é desligado para manutenção. O acordo faz com que o data center paralelo de uma Casa funcione na central de dados da parceira.

Segundo Alessandro Albuquerque, diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado (Prodasen), o ambiente alternativo permite uma economia significativa, pois dispensa a construção de prédio para abrigar os equipamentos de tecnologia da informação (TI).

— Na sociedade de compartilhamento em que vivemos hoje, os órgãos públicos também têm de procurar compartilhar recursos. Os equipamentos continuam sendo adquiridos, mas, nesse caso, em uma escala bem menor em relação aos do data center principal do Senado, que fica hospedado no Prodasen.

Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Cointi), André Molina acrescenta que o ambiente alternativo preserva a continuidade dos sistemas críticos, que não podem ser interrompidos.

— A gente tem [na Câmara] um ambiente bem menor do que a sala-cofre daqui. É um corredor de equipamentos que foi estruturado para acomodar os principais sistemas críticos do Senado: legislativo, orçamentário e administrativo. A maioria dos sistemas

Antônio Pinheiro



Equipe de tecnologia da informação do Prodasen

é suportada nesse ambiente redundante, mas não todos — diz Molina. Sala-cofre é uma área segura onde se localiza o data center.

Outra vantagem do ambiente paralelo é que ele não é útil somente em situações emergenciais; é utilizado também como “um adicional”, de acordo com André.

— Aí é que está o coringa. Por exemplo, nós temos links aqui e lá. E usamos os dois para amplificar a nossa internet. Toda a parte de antivírus roda aqui e lá. Muitos serviços, como o correio eletrônico, ficam ativos nas duas centrais, respondendo ao usuário.

Em média, duas vezes por ano o data center do Senado precisa ser desligado por aproximadamente dez horas para manutenção e atualização dos sistemas de energia elétrica. Também nesse caso, a contingência garante que os principais sistemas de informática continuem disponíveis. Antes, eram desativados.

Além da cedência de espaço para os racks, que são as estantes para computadores centrais, a parceria entre Senado e Câmara acelerou a ligação das duas centrais por meio de fibra ótica.

NOTÍCIA FALSA SE COMBATE COM BOA INFORMAÇÃO.

Na guerra contra as fake news, queremos lembrá-lo que uma das melhores maneiras de combater as notícias falsas é buscar as fontes oficiais.

O portal Senado Notícias se dedica à difusão gratuita de informações jornalísticas de interesse público, relacionadas às atividades do Senado e do Congresso Nacional.

Todos os dias são produzidos conteúdos relevantes, como matérias, fotos e infográficos, que são veiculados no

portal Senado Notícias e nos perfis do Senado nas redes sociais. Esses materiais são também compartilhados por inúmeros outros veículos de todo o país.

A nossa missão será sempre a de garantir a você cobertura jornalística apartidária, imparcial e não opinativa, ou seja, acesso à informação sobre o que acontece de verdade na Casa.

Vamos seguir fazendo a nossa parte. Mas você também precisa fazer a sua.

**Antes de compartilhar uma notícia duvidosa sobre o Senado,
descubra o que o portal Senado Notícias tem a dizer sobre o assunto.**



senado.leg.br/noticias



@senadofederal



@senadofederal



/senadofederal

agência senado





Capítulo 3

Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores



Confraternização com prestação de serviços fazem o sucesso do Reencontro

Suspenso desde março, em razão da pandemia de covid-19, o **Reencontro** em breve deve voltar a acontecer. Estamos falando de um dos programas mais festejados da administração do Senado, e que desde 2019 envolve aposentados e pensionistas da Casa, que se reúnem em local agradável para realizar procedimentos burocráticos, como o cadastramento e obtenção de crachá, e aproveitam para fazer um checkup de saúde e, o principal: confraternizar com antigos colegas e amigos.

O programa nasceu de uma preocupação: evitar o desgaste desse público no deslocamento até as dependências do Senado, onde estacionamento, caminhada e espera somavam aborrecimentos a quem depende desses serviços. Com o reencontro, é o inverso: os atendimentos vão até os aposentados e pensionistas. Dependendo da época do ano, o local de encontro é junto ao Lago Paranoá, na Associação dos Servidores do Senado (Assefe). Na estação das chuvas, eles se reúnem geralmente na sede do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis).

Poucas iniciativas agradaram tantos em tão pouco tempo. O Reencontro tem média de público de 200 pessoas por evento. Aposentado do Senado e diretor do Sindilegis, José Mauricio Lima explica o segredo do sucesso.



Acompanhada do marido, a aposentada Maria José Lima ressaltou a importância da interação com os colegas

— Quando me aposentei, o cadastramento era feito no Senado, e a gente tinha que ir lá, no meio do expediente, naquela dificuldade toda. Hoje, tudo mudou, e é esse cadastramento humanizado, em um ambiente de festa.

Festa e cuidado com a saúde. Ao longo de 2019, 126 pessoas fizeram exames de pressão arterial e intraocular, glicemia e bioimpedância a partir

de parceria com empresa do setor hospitalar. Outros parceiros e marcas conveniadas aproveitam para distribuir brindes nessas ocasiões, desde ópticas até agências de turismo e centros de tratamento estético.

MOMENTO ESPECIAL

Para o diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), Gustavo

Ponce, a conjugação das vantagens para a Casa e para o público—alvo é o que garante o sucesso do Reencontro: “É um belo momento e daremos continuidade a esse programa do Senado de tratar de pessoas e não mais de recursos humanos. Eu fico muito feliz de me juntar a essa iniciativa, num local tão especial e cheio de memórias. A construção de boas experiências, como o Programa Reencontro, é um carinho e uma preocupação com todos que fazem o Senado”, disse.

Frequentadora dos encontros, a aposentada Maria José Lima ressaltou a importância de existir uma rede de apoio para quem não está mais “na ativa”: “Muitos enfrentam depressão e se sentem sozinhos. Então, num dia como esse, numa sexta-feira à tarde, em vez de estarem em casa sem ninguém para conversar, podem estar aqui se divertindo e interagindo com ex-colegas de trabalho”.

Quem também não abre mão da chance de rever colegas enquanto resolve pendências e cuida da saúde é o aposentado Francisco Arlindo, de 84 anos, que em setembro do ano passado recebeu o livro do Viveiro do Senado como presente por ser o aniversariante com mais idade: “É sempre muito bom comemorar o aniversário cercado de amigos de tantos anos. Essa festa é maravilhosa justamente por promover o reencontro, e sair com um presente dado com tanto carinho me deixa ainda mais feliz. Eu só tenho a agradecer”.

SATISFAÇÃO COMPROVADA

Pelo menos 35% dos aposentados que participaram da pesquisa de satisfação sobre o Programa Reencontro, feita este ano, afirmaram ter ido a um ou mais encontros do projeto. Para a maioria deles, a oportunidade de rever amigos e colegas é o principal atrativo. Ao todo, 322, num universo de 1.995 aposentados que residem



Em média, encontros costumam reunir cerca de 200 participantes

no Distrito Federal, responderam ao levantamento.

Além da Assefe e do Sindilegis, fazem parte dessa parceria com a DGer a Assisefe, associação que reúne os aposentados do Senado. Juntos, os parceiros encontraram local, transporte, comida e bebidas.

Segundo a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, os aposentados são “uma parte indissolúvel da organização e trabalhar com eles e para eles é também uma das funções da Diretoria-Geral”.

— É um trabalho que cada vez mais se aprimora e que traz o servidor aposentado para a família do Senado.

Família, aliás, da qual ele nunca saiu. Se ele está um pouco afastado porque não tem mais o trabalho diário na Casa, ele estará novamente próximo por poder encontrar os serviços do Senado e seus colegas de trabalho nessas oportunidades de cadastramento — afirmou Ilana.

Por hora, ficam as recordações vividas em cada um dos 12 reencontros já realizados e, claro, resguardar-se ao máximo e torcer por dias melhores. Assim que possível, a Diretoria-Geral irá anunciar a volta desse programa que é sinônimo de integração, boas histórias e sorrisos.



Nos dias de sol, as ações ocorrem junto ao Lago Paranoá, na Assefe e, nos de chuva, na sede do Sindilegis

Biênio de mudanças no SIS traz melhorias aos beneficiários

Foram dois anos de transformações no Sistema Integrado de Saúde (SIS). Criação de uma rede própria, além da que é oferecida pelo Saúde Caixa; mais hospitais credenciados; novo portal no ar; reformulação da logomarca. Para os usuários, o pacote de mudanças significou melhoria no atendimento e diversificação de opções.

Uma das conquistas mais celebradas é a implantação da rede própria. Para o diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), Gustavo Ponce, entre os benefícios da medida estão a flexibilidade no atendimento e a agilidade na hora de credenciar prestadores de serviço.

— Hoje temos uma excelente cobertura pela rede credenciada do Saúde Caixa, mas toda a prestação do serviço depende de um único contrato, entre o Senado e a Caixa Econômica. Com a rede de saúde própria, atendemos, assim, demandas específicas dos nossos beneficiários — explicou.

Segundo a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, a medida é resultado do acordo de cooperação que permitiu ao SIS o direito de aderir aos hospitais, clínicas e laboratórios da rede credenciada do Ministério Público Federal (MPF). O acordo é resultado do Grupo de Trabalho (GT) criado no ano passado, em conjunto com a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União (TCU), para construir modelos de autogestão dos planos de saúde de cada uma dessas instituições.

— Estamos em busca do fortalecimento e de um controle maior da



Matheus Medeiros, coordenador de Pessoal

rede de serviços de saúde oferecida aos usuários do SIS. Assim, garantimos qualidade melhor, preço menor e também o diálogo com essa rede, que vai ser útil no momento em que precisarmos de apoio a nossa saúde — diz a diretora-geral.

ESTABILIDADE

O maior desafio do GT, ressaltava Gustavo, foi reunir os esforços de todas as áreas envolvidas em um projeto tão grande, para encontrar soluções inovadoras e garantir a transição de modelo sem comprometer a qualidade do serviço prestado.

— Durante os últimos anos, temos tido uma excelente parceria com o Saúde Caixa. Mas a dependência integral de um parceiro sempre traz

riscos, pela necessidade de renovação anual do contrato. Assim, foi buscada a alternativa de construir uma rede de credenciamento próprio, com grande suporte em novas tecnologias de gestão de planos de saúde — relata Ponce.

Ele destaca ainda que, em 2021, a expectativa é de que haja a renovação do convênio do Senado com a Saúde Caixa, de forma que os usuários possam ter acesso às duas redes.

PLENO FUNCIONAMENTO

Geovane Resende, coordenador de Atendimento e Relacionamento, celebra o volume de adesão à rede própria do SIS no Distrito Federal, que já garantiu 120 prestadores credenciados.

— Atualmente, já estamos com os seguintes prestadores pelo SIS: Hos-

pitais Sírio-Libanês de Brasília e de São Paulo, Hospital DFStar, Hospital Albert Einstein em SP e Hospital Águas Claras — destacou Geovane.

Atendida no Sírio-Libanês, a servidora aposentada Ieda Maria do Amaral Almeida destaca que a assistência recebida superou suas expectativas.

— Fiquei muito impressionada com tudo. Excelente atendimento, ótimas instalações, profissionais competentes e atenciosos, preocupação com limpeza, tratamento individualizado. Realmente um hospital diferenciado.

Sobre a rede credenciada própria, o consultor legislativo Daniel Carvalho define a iniciativa como “excelente, já que amplia as possibilidades em uma rede diferenciada, o que nos dá mais conforto”. De acordo com ele, o atendimento foi bom, a estrutura do hospital muito boa e os funcionários, atenciosos.

O servidor Matheus Medeiros, coordenador de Pessoal Ativo, usou a rede credenciada recentemente e aprovou a experiência. Ele acompanhou a esposa em um atendimento de emergência pertinho de casa, no Hospital Águas Claras.

— A equipe se preocupou do momento que entramos ao que saímos. Cada etapa parecia ser cuidadosamente pensada. Todos pareciam estar bem alinhados e a recepção estava preparada para o momento, respeitando o devido distanciamento social. Foi uma escolha excelente do Senado firmar essa parceria — comentou Matheus.

Mais opções — Em maio deste ano, o DF Star, da Rede D’Or São Luiz, passou a fazer parte da rede credenciada do SIS. Inaugurada em junho de 2019, na 914 Sul, a unidade de Brasília possui 112 leitos para internação, 30 leitos de UTI e sete salas cirúrgicas. Como observou a diretora-geral Ilana Trombka, o credenciamento do DF Star foi o primeiro fruto do acordo de cooperação do Senado para utilizar a



Para Gustavo Ponce, credenciamento próprio trará flexibilidade no atendimento

rede do plano de saúde do Ministério Público Federal.

— Neste momento em que a saúde é tão importante para todos nós, aumentar a nossa rede com um hospital que alia qualidade, conforto e bom atendimento é muito importante. São mais leitos à disposição dos nossos servidores e é mais uma opção quando for necessário estar mais perto do atendimento hospitalar para garantir a saúde física e mental.

Antes, em abril, no início da pandemia da covid-19, a Casa anunciou a inclusão do Hospital Sírio-Libanês de

Brasília à rede de convênios do SIS. Na ocasião, Ilana também celebrou o credenciamento, que, segundo ela, dá ao usuário de Brasília a mesma qualidade de atendimento recebida na capital paulista.

— O Sírio-Libanês é, ao mesmo tempo, um sinônimo de qualidade, de eficiência e de bom tratamento aos seus pacientes. É muito importante que todos saibam que temos trabalhado diuturnamente para fazer com que nosso plano de saúde seja garantia da nossa tranquilidade e da nossa saúde física e mental.



Hospital Sírio-Libanês faz parte da rede de convênios do SIS

Site e logomarca reformulados

Para acompanhar o momento de transformação do plano de saúde, o SIS lançou em setembro sua nova marca. Segundo a designer Mayra Ueda, da Coordenação de Publicidade e Marketing (Comap), o projeto levou em conta uma identidade mais moderna, mesmo mantendo uma relação com a anterior, como, por exemplo, as três letras pelas quais o plano é conhecido e o azul como a cor base.

— Era importante fazer uma mudança visível e não uma variação do que já existia — explica a designer que assina o trabalho.

Outro avanço foi a reformulação do portal do SIS. Entre as novidades está a possibilidade de a página ser acessada fora da Casa. A mudança permitiu que aposentados, pensionistas e servidores que trabalham fora de Brasília tenham acesso

com mais facilidade às informações sobre o plano de saúde, antes disponíveis apenas na Intranet.

Como ressaltou Ilana Trombka, na ocasião, a ideia era tornar a comunicação com o usuário do plano mais fluida, de maneira que haja menos dúvidas e mais satisfação. Antes de as transformações serem colocadas em prática, a Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado (Assisefe) foi ouvida. Então, sua vice-presidente, Maria Elisa Stracquadanio, fez algumas sugestões e elogiou o resultado final

— O site realmente melhorou, especialmente para os aposentados que não moram em Brasília e têm dificuldades de entrar em contato com o SIS. A página veio para ajudar. Ela está muito boa, acessível. Eu aplaudo o resultado — concluiu Maria Elisa.



Autismo: Senado é modelo de acolhimento

O Dia Mundial de Conscientização do Autismo, em 2 de abril, é lembrado anualmente em todo o mundo. No Senado, há alguns anos a cúpula da Casa tem sido iluminada na cor azul para ressaltar a data. Mas na política de pessoal e na prestação de serviços administrativos, é como se a Casa colorisse de azul, o ano todo, seu atendimento a pessoas com transtornos e a servidores que têm dependentes autistas.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve condições marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico, o que se traduz na dificuldade de relacionamento social. Entre as características, que podem ou não ocorrer juntas, estão dificuldades de comunicação e de socialização e padrão de comportamento repetitivo e restritivo.

Uma das conquistas para quem tem o distúrbio ou é responsável por alguém com TEA veio em 2016, com a sanção da Lei 13.370/2016, de autoria do senador Romário (Podemos-RJ). Ela assegura a redução de jornada de trabalho, sem necessidade de compensação, a servidores públicos com deficiência ou que tenham dependentes nessa situação.

No Senado, essa regra já valia antes mesmo da aprovação dessa lei. Uma das primeiras servidoras a conseguir esse benefício foi Simone Franco, jornalista da Diretoria de Jornalismo (DJorn), que em 2014 obteve a redução da jornada para cinco horas diárias. Dessa forma, conseguiu dar mais as-



sistência ao filho Vinicius, de 12 anos, que tem autismo moderado.

— De forma geral, servidores do Senado em posição de chefia demonstram boa vontade e compreensão com a questão do meu filho. Mas é uma via de mão dupla, pois também sempre fui muito preocupada em cumprir minhas tarefas e obrigações, o que se torna plenamente factível com a jornada reduzida — afirmou Simone.

Mesmo não tendo requisitado o horário especial, Gustavo Taglialegna, coordenador-geral da Consultoria Legislativa (Conleg), destacou a importância dessa e de outras medidas promovidas

pelo Senado. Ele é pai de Vittorio, oito anos, que tem TEA.

— Há todo um apoio e um acolhimento, institucional e mesmo na cultura interna da Casa, em também cuidar do pai e da mãe da pessoa com deficiência — disse

Gustavo ressaltou que o atendimento de psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos tem que ser constante. Graças ao acompanhamento de qualidade, o filho conseguiu se desenvolver a ponto de sair do jardim de infância para uma sala de aula comum e hoje está na terceira série.



Gustavo Taglialegna, consultor legislativo, com o filho Vittorio (primeiro a seu lado) e o restante da família

Para o psicólogo Sidney Bisso-li, do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQ-VT), “quanto antes for efetuado o diagnóstico, melhor o prognóstico, ou seja, o tratamento e o acompanhamento”.

O enteado de Sidney, Leandro, de 30 anos, também tem autismo. O tratamento adequado garantiu que completasse o ensino médio, porém o autismo gera na idade adulta um isolamento social, difícil de ser transposto. Devido a isso, a mãe de Leandro, Rosângela, servidora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), solicitou e também obteve a jornada reduzida.

DISCUSSÃO CONSTANTE

Segundo o gestor do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas), Humberto Formiga, o Senado tem discutido o tema com mais frequência na Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa (CDH). Já as ações sociais internas, diz Humberto, vêm sendo realizadas pelo NCas.

— Neste ano, infelizmente, os eventos presenciais, como caminhadas e manifestações, programadas para

acontecer no mês de abril, acabaram sendo cancelados em razão da crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus. E isso aconteceu em todas as cidades — explicou o servidor.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), de acordo com Humberto, estima que próximo de 1% da população mundial se enquadre em algum ponto do espectro do autismo, transtorno que engloba diferentes condições e pode causar dificuldade de comunicação e de socialização, além de comportamento restritivo e repetitivo. Por essa expectativa, afirma o gestor, o Brasil teria em torno de 2 milhões de pessoas afetadas diretamente pela doença, sem distinção de classe social.

— Os especialistas apontam para a importância do diagnóstico precoce para preservar a qualidade de vida das pessoas com autismo na idade adulta e ao longo de toda a vida. Embora sejam escassos os estudos no Brasil sobre o tema, alguns levantamentos locais indicam que o diagnóstico tem se dado por volta dos cinco anos. Essas pessoas deveriam ter um diagnóstico muito mais cedo — avalia o coordenador do NCas.

Ainda de acordo com Humberto Formiga, a definição de uma data - 2 de

abril — como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo ajuda na promoção do debate sobre as políticas públicas de apoio às pessoas com transtornos relacionados ao espectro do autismo.

DIA DO ORGULHO AUTISTA

O Plenário do Senado aprovou, em junho deste ano, o projeto que define 18 de junho como Dia Nacional do Orgulho Autista (PL 3.391/2020). A data foi fixada em 2005 pelo grupo *Aspies for Freedom* (AFF), dos Estados Unidos, e é celebrada em vários países. O senador Romário, que também assina esse projeto, acredita que a oficialização do dia vai dar mais visibilidade à causa.



Simone Franco e o filho Vinicius, de 12 anos

Circuito Saúde registrou marca de 600 atendimentos em apenas um dia



Colaboradores participam de aula de ginástica laboral

Pelo menos 600 atendimentos foram realizados no primeiro Circuito Saúde do Senado, em abril do ano passado. A iniciativa ofereceu aos colaboradores acesso a procedimentos médicos variados, voltados à prevenção de doenças e ao bem-estar físico e psicológico, a exemplo da aferição das pressões arterial e intraocular.

Durante a feira, também foram oferecidos exame de sangue; análise da biometria (medida de peso, altura, índice de massa corporal, cintura e quadril) e a bioimpedância (composição corporal de uma pessoa por meio da passagem de uma corrente elétrica imperceptível pelo corpo). Além disso, o Sesc disponibilizou atividades voltadas à saúde bucal e à qualidade de vida.

Para a médica Daniele Calvano, responsável técnica das coordena-

ções de Saúde do Senado, além de cuidar da saúde dos colegas, o circuito trouxe satisfação às equipes: “Muita gente procurou os stands. Tivemos a oportunidade de diagnosticar vários problemas de saúde, que às vezes a pessoa não tem sintoma, mas podem ser graves: um glaucoma, diabetes descompensado, uma pressão arterial descontrolada. Isso foi muito positivo”.

Números expressivos — Nos dois turnos em que ficou aberta, a feira produziu 350 testes de glicemia, pressão arterial e frequência cardíaca; 82 exames de sangue (50 deles como cortesia da empresa Exame). Cinco pessoas descobriram que eram diabéticas e outras seis, que tinham pressão arterial elevada; mais seis participantes constatarem que estavam com pressão ocular elevada, o que pode indicar glaucoma.

— Diagnósticos precoces salvam vidas. Várias ocorrências foram detectadas nessa primeira edição, mas eu quero acreditar que, se apenas uma dessas fosse descoberta, já teria valido a pena todo o nosso esforço — declarou a diretora-geral, Ilana Trombka.

Para conseguir fazer os exames gratuitos, a contínua Maria Aparecida Cardoso teve que chegar antes das 9h e ainda pegou a senha número 35: “Tenho anemia crônica. Por isso, não posso descuidar da minha saúde. Sempre busco seguir as recomendações médicas”.

A importância da prevenção foi sentida na pele por outro colaborador que participou do Circuito Saúde. Após exames, médicos do Senado constataram fatores de risco iminente de infarto. Ele foi encaminhado para tratamento na mesma hora.

— Aqui trabalhamos com o paradigma da promoção da saúde. Identificamos fatores de risco e doenças silenciosas. Após exames, se houver necessidade, encaminhamos para tratamento — afirmou Dr. Bruno Cristiano, pneumologista do Sistema Integrado de Saúde (SIS).

Para a colaboradora Francisca Jaciara Maia, assistente de produção da TV Senado, o cuidado com a saúde é essencial, devido ao seu histórico familiar.

— Mamãe faleceu após complicações de AVC, e três tios meus também morreram de infarto. Então,

tenho consciência de que devo tomar cuidados.

Qualidade de vida — Aulas de ginástica laboral, dinâmicas recreativas, noções de higiene bucal e análise física foram as atividades oferecidas pela equipe do Sesc-DF e atraíram muitos dos participantes do Circuito.

— A brincadeira do barbante desenvolve o trabalho em equipe, o processo cognitivo de cada um. Ocorreu em duplas: os envolvidos são unidos por barbantes amarrados em seus pulsos e têm que encontrar uma maneira de se desvencilhar um do outro, sem desatarem os nós. A dupla só consegue sucesso se trabalhar unida. Ao final, todos se divertem — relatou Reginaldo, recriador do Sesc-Guará.

A servidora Maria José Bezerra, do Serviço de Gestão de Estágios, gostou muito de fazer a avaliação física: “Vou levar o resultado para o meu professor, na academia. Ele vai ter mais

subsídios para melhorar o meu treino. O resultado será enviado por e-mail. Fui a quase todos os estandes. Essa iniciativa do Circuito é sensacional”!

José Marcos, instrutor de educação física do SESC-Guará, explica que por meio do programa fitness core, os instrutores conseguem fazer a análise da capacidade respiratória, flexibilidade, coordenação motora e do bem-estar do aluno.

— Com esses dados, a gente consegue perceber qual atividade seria melhor para ele, de acordo com o perfil da pessoa, também. Indicamos se é melhor fazer exercícios voltados ao ganho de força, exercícios aeróbicos ou movimentos voltados à qualidade de vida. Por meio da bioimpedância, calculamos também o percentual de gordura corporal — explicou Marcos.

Apoio — Quem também conferiu de perto o serviço foi o senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que é urolo-

gista e conduz há anos programas de saúde pública em seu estado.

— Costumo dizer que tudo que vem em nome da saúde ainda é pouco. Então, quem tem a iniciativa de fazer, merece meus cumprimentos. A Diretoria-Geral está de parabéns e sempre terá meu apoio para esse tipo de ação.

Planos adiados — Em 30 de abril deste ano ocorreria a segunda edição do projeto, mas, assim como os demais eventos presenciais, a iniciativa foi impactada pela pandemia da covid-19. Por isso, até que a crise sanitária seja controlada, não há previsão de data para realizar nova ação do tipo.

Idealizado pela Diretoria-Geral (DGer) e pela Coordenação-Geral de Saúde, unidade vinculada ao SIS, o evento contou, no ano passado, com o apoio do Serviço Social do Comércio do Distrito Federal (Sesc-DF), do Sindilegis, da rede de laboratórios Exame e da clínica oftalmológica Visão.

Pelo menos mil colaboradores e visitantes da Casa realizaram teste grátis de Hepatite C

Apesar de o Circuito de Saúde não ter sido realizado neste ano, a atenção com o bem-estar dos colaboradores continuou sendo um dos focos do Senado. Exemplo disso foi que, na primeira quinzena de março deste ano, mais de mil funcionários e visitantes realizaram, gratuitamente, nas dependências do Senado, testagem rápida da Hepatite C. Duas pessoas tiveram resultado positivo para a doença e foram encaminhadas para tratamento no Hospital de Base do DF.

— Fiquei sabendo pelos colegas sobre a ação e achei muito bom. Não tenho hábito de fazer exames, então é legal que exista essa possibilidade tão próxima do trabalho

— recomendou a estagiária Milena Kétlen, de 20 anos, do Serviço de Conservação e Preservação do Acervo (Secpac).

A campanha de prevenção e eliminação da hepatite C é fruto de parceria do Senado com a Associação Brasileira dos Portadores de Hepatite (ABPH) e com o Rotary Club. O atendimento nos postos da Casa é feito por enfermeiros e estudantes da União Pioneira de Integração Social (Upis).

Diagnóstico precoce — O gerente de projetos da ABPH, Eduardo Lima, coordenou os exames na tenda do estacionamento do Carona Solidária e reforçou a importância de todos passarem pelos testes. Segun-

do Eduardo, a identificação precoce da hepatite diminui a incidência de doenças graves como cirrose e câncer hepático.

— Ano passado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu que até 2030 os casos devem ser diminuídos ou o vírus erradicado. A hepatite não costuma apresentar sintomas, então o único jeito de saber se a pessoa tem é fazendo os testes — explicou.

Vale ressaltar que todos os colaboradores puderam fazer o teste: servidores efetivos e comissionados, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes, além dos senadores e visitantes da Casa.

Com temáticas diversas, oficinas culinárias ensinam, divertem e integram

Ovos de páscoa caseiros, ceia de Natal, pizza, petiscos. Essas foram algumas das opções das oficinas culinárias realizadas no ano passado. Além de ensinar truques gastronômicos, elas proporcionaram momentos de interação entre os participantes. Organizados pela Diretoria-Geral (DGer) e pela Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing (SRPPM), os sete encontros realizados em 2019 reuniram pelo menos 80 pessoas, entre colaboradores da Casa e seus convidados.

A servidora Candylena Cordeiro, do Serviço de Livraria (Selivr), foi uma das 18 participantes da Oficina de Páscoa, realizada na cozinha pedagógica do Senac. Ela gostou principalmente das técnicas para a confecção de ovos.

— Eu sou curiosa, todo tipo de curso que me interessa eu faço. Eu sempre gostei muito de mexer com doce, mas nunca tinha feito ovos de chocolate. O processo é diferente. Como a instrutora dizia para a gente, devemos ter muita paciência para trabalhar — disse Candylena.

Segundo o coordenador pedagógico do Senac, Fábio Colombini, “a primeira ideia que vem com essas oficinas é a de disseminação do conhecimento, mas, também, é uma forma de promover a integração entre os próprios servidores do Senado”.

Na sequência, em maio, foi a vez da oficina “Cozinhando com amor”. Durante o encontro, foram ensinadas técnicas da gastronomia profissional,



Em 2019, foram realizados sete encontros que reuniram pelo menos 80 pessoas

desde a organização e segurança na cozinha até o empratamento de cada parte do cardápio.

FESTA JUNINA

Teve também a Oficina Junina para colaboradores do Senado. Na ocasião, foi ensinado todo o processo de preparação de pratos tradicionais das festas de São João utilizando de técnicas profissionais de gastronomia. O cardápio preparado pela chef e instrutora do Senac Shirley Maia contou com vários pratos à base de milho, a exemplo do curau, do bolo e da quiche.

A comemoração do Dia dos Pais não ficou de fora: para homenagear os protagonistas da data, os participantes

elaboraram petiscos que geralmente são encontrados no cardápio de bares. Além disso, aprenderam a fazer bolinho de angu servido com rabada, chicken cheese, croquete, hambúrguer de picanha e de grão de bico com o ragu de shitake e tartare de jerked beef servido na torrada.

FAMÍLIAS APRENDENDO JUNTAS

Também houve, em setembro, uma opção para as famílias interessadas em aprender a preparar pizza. Na Oficina da Família, pais e filhos trabalharam com vários tipos de farinha, como a de trigo, integral e a sem lactose e glúten. E ainda prepararam pizzas calabresa, portuguesa, de frango com

catupiry e, para diversão das crianças, muitas pizzas doces.

LANCHEIRA SAUDÁVEL

“Receitas ficam melhores quando feitas em família”. A afirmação é da chef Shirley Maia, que ministrou a Oficina da Criança, em outubro de 2019. Segundo ela, a ideia foi mostrar como construir um cardápio que promovesse a união a partir de receitas que ficam melhores quando preparadas em família.

— Quando você envolve a criança no preparo do alimento saudável, ela se empolga para experimentar depois da elaboração, criando, assim, o hábito de comer coisas saudáveis — disse Shirley.

ENTÃO, É NATAL

Quem não ama uma saborosa ceia natalina? Com o intuito de ensinar técnicas e truques para uma noite especial, a última oficina culinária de 2019 foi composta por pratos tradicionais dos jantares de Natal, como arroz com lentilha, salpicão, lombo recheado, rabanada e petisco com presunto de Parma, rúcula e maçã caramelizada.

PROGRAMAÇÃO CANCELADA

Organizadas pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing (SRPM), as oficinas não foram realizadas no ano de 2020 por conta das medidas

de distanciamento social adotadas para contenção da covid-19.

Ana Paula Roncisvalle, da assessoria de comunicação da DGer e uma das organizadoras da ação, explica que as oficinas sempre foram muito procuradas e, por isso, a equipe decidiu aumentar o número de encontros no ano passado.

— A cada nova oficina lançada o número de interessados era maior e as vagas esgotavam-se rapidamente. Esses indicadores, bem como os depoimentos colhidos nas aulas, mostravam que essa iniciativa atendia às expectativas das ações promovidas pela DGer, que eram de gerar entrosamento entre os colaboradores com dinâmicas que envolvesse aprendizado, conhecimento e descontração — disse.

Gabriel Matos



Ações são organizadas pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing

Imunização de colaboradores contra gripe já virou tradição

Atento à saúde dos colaboradores, o Senado tem realizado, anualmente, campanhas de vacinação contra os três tipos de vírus causador da influenza: H1N1, H3N2 e influenza do tipo B Victoria. Em 2020, em meio à pandemia que assola o mundo, cerca de três mil funcionários foram vacinados gratuitamente.

Por conta das medidas de distanciamento social, as imunizações foram alternadas entre o sistema de *drive thru* e o atendimento a funcionários sem carro. Natália Manzi, gestora da Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor (Coasas), destacou que os benefícios da vacinação são expressivos.

— Apesar de a vacina da campanha da gripe não proteger contra o coronavírus, ela auxilia os profissionais de saúde na exclusão do diagnóstico da gripe, já que os sintomas são semelhantes, ajudando a reduzir a procura por serviços médicos — ressaltou a servidora.

O enfermeiro Jálisson Cavalcante, chefe do Serviço Médico de Emergência (Semed), reforçou que a imunização vai ajudar a não colapsar o sistema de saúde, já que a doença pode causar internações, complicações respiratórias e até a morte.

GRATIDÃO

O jornalista Ricardo Westin, da Secretaria de Comunicação (Secom), parabenizou a campanha e a iniciativa do Senado em disponibilizar as vacinas. Para o servidor, a imunização foi oportuna, já que ele estava à procura



Cerca de três mil colaboradores foram imunizados pelo Senado neste ano

na rede particular e não encontrou. Segundo Westin, o atendimento se deu de forma rápida, simples e sem burocracia.

— Os enfermeiros estão fazendo um trabalho muito importante, heroico, nesse momento tão difícil em que todos estamos assustados. A maioria de nós está no teletrabalho e eles estão na linha de frente para garantir a segurança na comunidade do Senado. Parabéns para os enfermeiros e para a Casa pela iniciativa — elogiou o jornalista.

Quem também ressaltou a importância da imunidade, inclusive diante do surgimento frequente de novos vírus, foi José Luitgard Moura de Figueiredo Junior, do Serviço de Controle de Frequência (Sefreq).

— Participo há três anos e venho observando um efeito muito bom,

e ao contrário do que algumas pessoas falam, não tenho apresentado efeito colateral — afirmou.

Além da campanha, o Serviço Integrado de Saúde (SIS) também anunciou, neste ano, a oferta de cobertura por reembolso para todos os beneficiários que desejarem se vacinar contra a gripe influenza na rede privada do Distrito Federal.

BENEFÍCIOS

Pesquisas indicam que a vacina contra gripe é capaz de reduzir os casos graves, as internações e os óbitos decorrentes da infecção. De acordo com o Ministério da Saúde, a imunização pode reduzir entre 32% e 45% o número de hospitalizações por pneumonias e de 39% a 75% a mortalidade por complicações da influenza.

Outubro Rosa: informação, prevenção e mamografias gratuitas para colaboradoras da Casa

O desafio é expressivo: dotar a rede de saúde pública de ferramentas para cuidar da saúde da mulher. O Senado tem mostrado, nos últimos anos, alguns dos caminhos necessários para cumprir essa missão. Uma dessas ações é o Outubro Rosa, campanha que reforça a importância da prevenção aos cânceres de mama e do colo do útero, além de oferecer exames de mamografia gratuitos para funcionárias terceirizadas da Casa.

Em 2019, em apenas seis horas foram preenchidas as 100 vagas abertas para as colaboradoras realizarem o exame gratuito no Departamento Médico da Câmara dos Deputados (Demed). A ação, sob a responsabilidade da Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor (Coasas) e da Coordenação-Geral de Saúde do Senado, contou com o apoio da Procuradoria Especial da Mulher, da Secretaria de Comunicação Social do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

— Organizamos esse evento e a realização das mamografias porque acreditamos na detecção precoce do câncer de mama. Então, queríamos que vocês soubessem que são importantes e nos preocupamos com vocês — afirmou a coordenadora-geral de Atenção à Saúde do Servidor, Natália de Melo Manzi.



Uma das beneficiadas com a ação foi Rita de Cassia Sousa dos Santos, integrante da equipe do Sistema Integrado de Saúde (SIS), que graças ao exame descobriu um tumor na mama, aos 47 anos.

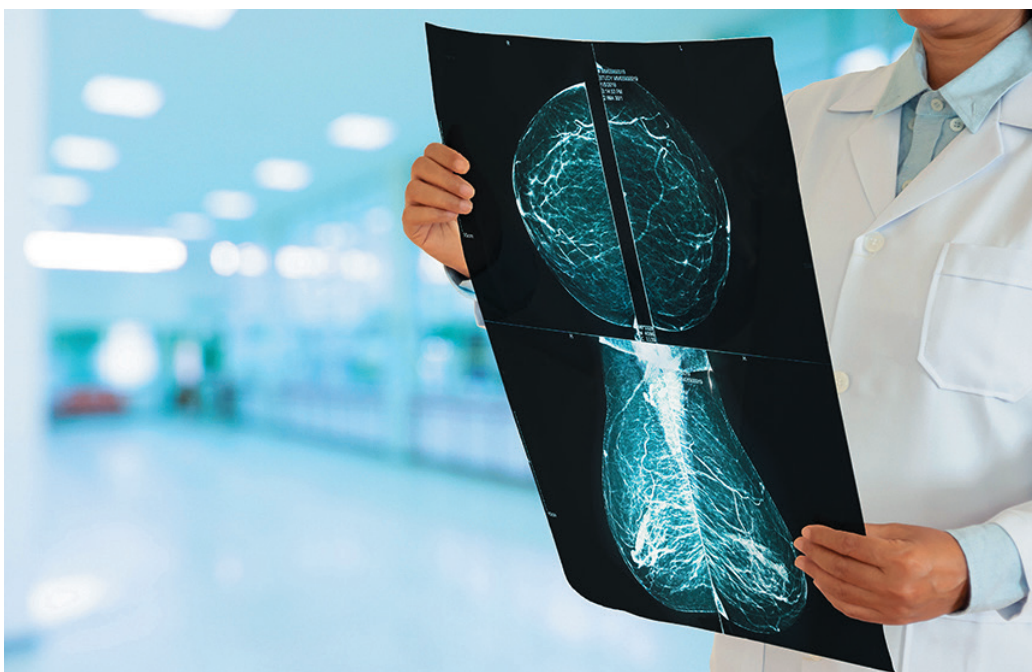
— Resolvi fazer mesmo sem sentir nenhum sintoma. Essa iniciativa do Senado é muito importante, pois muitas mulheres nem sabem que têm câncer e, às vezes, não possuem condições para fazer uma mamografia na rede particular, e no hospital público demora muito para conseguir marcar — salientou.

Com a certeza de que “tudo dará certo”, ela relata que, no início, o medo “bateu forte”: “Parecia que o mundo ia cair sobre mim. Tremia muito, mas pedi pra Deus me dar força e coragem para passar por esse momento

tão angustiante. Só tenho a agradecer ao Senado por esse programa”, disse Rita, que do ano passado até hoje, já realizou três cirurgias e se encontra em recuperação.

Ana Sousa, de 54 anos, também colaboradora terceirizada, destacou a importância das avaliações preventivas: “Acho que todas as mulheres deveriam fazer a mamografia todo ano. Se não fosse a campanha do Senado, eu teria que enfrentar a lista de espera da rede pública. Além disso, fazer tudo aqui facilita muito as coisas, pois não precisamos nos ausentar tanto do trabalho”.

Em 2020 — Neste ano, por conta da crise sanitária que atingiu todo o mundo, não foram oferecidos os exames de mamografia gratuitos. Contudo, a programação da ação seguiu



No ano passado, em apenas seis horas, foram preenchidas as 100 vagas abertas para realização do exame



Ana Sousa afirma que graças à campanha do Senado não precisou recorrer à rede pública de saúde

diversificada, mesmo que de maneira remota. O lançamento, que ocorreu em 1º de outubro, foi transmitido ao vivo pela TV Câmara e contou com as presenças de convidadas como a senadora Zenaide Maia, presidente da Comissão

Mista de Combate à Violência contra a Mulher, e a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

Na ocasião, a parlamentar afirmou ser mais importante disseminar conhecimento e informações acessíveis

do que simplesmente números e estatísticas sobre o tema: “É fundamental a participação da sociedade civil para criar leis capazes de construir políticas públicas que garantam a vida e os direitos das pacientes. A doença mexe com todos, não apenas com a mama, mas com o coração, a mente, a alma e toda a família”.

Ilana Trombka compartilhou uma experiência pessoal com a doença — a perda da mãe, acometida pelo câncer de mama.

— Era algo que poderia ter sido evitado por exames. Dou meu testemunho de como a prevenção é fundamental para salvar vidas. Coloco a Diretoria-Geral à disposição das senhoras e tenho certeza que muitas vidas já foram poupadas pelas ações do Congresso relacionadas ao tema — disse Ilana.

Prevenção é serviço público —

Como parte das ações do Outubro Rosa, Ilana também conversou, em uma live, com a responsável técnica das Coordenações de Saúde da Casa, Daniele Calvano, sobre a atuação das organizações em prol da saúde da mulher.

Mastologista e ginecologista, Daniele destacou alguns fatores de risco para o câncer, como sedentarismo e sobrepeso, e tirou dúvidas específicas sobre formas de prevenção.

— A amamentação faz com que a mulher deixe de ser bombardeada pelos fatores que levam ao surgimento do câncer. A mama tem estágios de desenvolvimento e só fica amadurecida no último estágio, que é na gestação. Todo órgão imaturo é mais propenso a acumular mutações e desenvolver uma célula de câncer — explicou.

A médica também discorreu sobre temas como a incidência desse tipo de câncer em homens, bem mais rara, e outros tipos de mutação que costumam atacar as mulheres.



Você pode acompanhar esse bate-papo capturando o QRcode aqui ao lado.

INFORMAÇÃO

Neste ano, outra atividade foram os spots preparados pela Rádio Senado com esclarecimentos do médico mastologista Gil Facina sobre o assunto. São, ao todo, seis spots, com 45 segundos cada, que foram disponibilizados gratuitamente para veiculação pelas mais de três mil emissoras cadastradas na Radioagência Senado.



Médica Daniele Calvano integra a equipe do SIS

Conscientização, informação e diminuição da mortalidade

Movimento internacional de conscientização para o controle do câncer de mama, o Outubro Rosa foi criado no início da década de 1990 pela Fundação Susan G. Komen for the Cure. A data é celebrada anualmente, com o objetivo de compartilhar informações e promover a conscientização sobre a doença; proporcionar maior acesso aos serviços de diagnóstico e de tratamento e contribuir para a redução da mortalidade.

O foco principal é chamar atenção para a importância do diagnóstico precoce que, em 2020, deve apresentar mais de 65 mil novos casos no Brasil. Leia mais sobre as ações solidárias da campanha no Capítulo 11.

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) — que participa do movimento desde 2010 — promove eventos técnicos, debates e apresentações sobre o tema, assim como produz materiais e outros recursos educa-

tivos para disseminar informações sobre fatores protetores e detecção precoce do câncer de mama.

Segundo dados do Inca, entre as medidas que contribuem para prevenir esse tipo de câncer estão a adoção de comportamentos protetores, como seguir uma alimentação saudável, praticar atividades físicas com regularidade, evitar bebidas alcoólicas e manter o peso adequado. Essas atitudes são capazes de evitar 28% de todos os casos da doença.



Capítulo 4

**Compromisso com
a igualdade**

Cota em contrato terceirizado para vítimas de violência doméstica se espalha pelo país

Ideia concebida em 2016 pela diretora-geral do Senado começou a valer no ano seguinte e hoje emprega 34 mulheres no Senado e centenas Brasil afora

A ideia nasceu da preocupação com a vulnerabilidade econômica de

mulheres vítimas de violência doméstica. Uma sacada simples, mas eficaz.

Três anos depois, espalhou-se entre órgãos públicos federais, estaduais e



Ilana Trombka apresenta programa em evento realizado em Santa Catarina

municipais e tem ajudado centenas de mulheres a deixar para trás a realidade de violência e a olhar para frente com a segurança de poder cuidar dos filhos e da própria vida.

A ação destina uma cota especial para a contratação de colaboradoras terceirizadas. Sempre que o contrato abranger mais de 50 postos de trabalho, ao menos 2% das vagas devem ser preenchidas por vítimas de violência doméstica, desde que elas preencham os requisitos para a função. Só no Senado, já são 34 mulheres empregadas pelo programa, uma alegria compartilhada para quem o concebeu.

— É com orgulho que digo que, desde Santa Catarina até o Maranhão, passando por São Paulo e Sergipe, casas legislativas e governos de estado já implantaram essa política, abrindo vagas de trabalho para mulheres que necessitam sair do ciclo da violência e que, para isso, precisam se afastar do agressor. E ter independência financeira é um quesito fundamental para isso — observa Ilana Trombka, diretora-geral do Senado desde 2015.

Tudo começou em 2016, quando Ilana e outros colegas voluntários do Senado participavam de campanha de doação de bolsas com itens de higiene e vestuário para mulheres vítimas de violência, acolhidas por uma casa abrigo do Distrito Federal. Numa reunião de gestores, dias depois da entrega das 155 bolsas e outras 240 peças de vestuário, Ilana avaliou que campanhas voluntárias eram importantes, mas, de certa forma, enxugavam gelo: “Só mesmo a inserção no mercado de trabalho pode retirar essa mulher da condição de refém do algoz, em geral o próprio marido”.

Após a elaboração de um estudo a respeito, a diretora-geral sugeriu à Comissão Diretora do Senado que aprovasse ato para reservar a essas mulheres uma cota em contratos de serviços terceirizados. Com isso, foi

publicado o Ato da Comissão Diretora (4/2016) e, no ano seguinte, o Senado assinaria o primeiro contrato com esse critério. Além disso, a Casa selou acordo de cooperação com o Governo do Distrito Federal (GDF), que, por meio de sua área social, passou a indicar nomes das cadastradas. Assim, quando a empresa é selecionada para prestar serviços terceirizados, recebe uma lista de vítimas de violência para, então, completar a seleção.

De lá para cá, órgãos como o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), as assembleias legislativas dos estados de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte, do Maranhão, de Goiás e a Câmara Municipal de São Paulo, entre outras instituições públicas, aderiram a esse tipo de cotas. A própria diretora-geral do Senado se encarregou de promover a iniciativa por meio de palestras Brasil afora.

Em Santa Catarina, uma palestra de Ilana resultou em três iniciativas. Primeiro, uma instrução normativa passou a recomendar a adoção da cota em contratos com o governo estadual; em outra frente, um projeto de resolução, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça estadual, prevê esse benefício no âmbito da Assembleia Legislativa. A mais recente iniciativa partiu da Prefeitura de Florianópolis, que em agosto publicou decreto (21.796/2020) determinando a obrigatoriedade da reserva de 5% das vagas em contratos terceirizados para mulheres vítimas de violência.

Presidente da seção catarinense da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, Ingrid Hofstätter comemora a adesão de órgãos estaduais à ideia lançada pela Diretoria-Geral do Senado. E defende sua adoção por empresas privadas.

— Como tenho muitos anos atuando no atendimento às vítimas, sempre vi a necessidade da conquista,



Ilana e a presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, Ingrid Hofstätter

pelo menos, de um mínimo de independência financeira, para se libertar do ciclo da violência. Muitas das mulheres foram tão oprimidas, que não tiveram oportunidade de estudar, de se qualificar, mas estão aptas para serviços de limpeza, de auxiliar de cozinha, por exemplo, porque já são tarefas que executam como donas de casa. As estatísticas estão aí para provar que a dependência econômica é um fator de manutenção dos relacionamentos abusivos. Eu realmente acredito que programas como este são libertadores, e deveriam ser vistos com muito carinho pelos gestores públicos e ampliados para empresas privadas.

INSTITUTO VIVA

Argumentos semelhantes foram usados por Ilana no final de 2018, quando o programa do Senado concorreu ao

Waldemir Barreto



No Senado, diretora-geral apresenta ações de equidade a alunas da Columbia University

Prêmio do Instituto Viva - Avon/Revista Marie Claire na categoria Autonomia econômica e empreendedorismo. O primeiro lugar não veio, mas, como explicou a autora da ideia, a propaganda já estava feita.

— A minha indicação foi a indicação do Senado e do trabalho que ele desenvolve desde 2016. Espero que, com toda a divulgação do Instituto Viva, consigamos que várias outras organizações, públicas ou não, tomem a iniciativa de reservas de espaços no mercado de trabalho formal para essas mulheres — afirmou Ilana.

Em 2020, com a pandemia de covid-19 e o aumento do número de casos de violência doméstica, Ilana aproveitou lives e debates virtuais de que participou para subir o tom do apelo

pela implantação de medidas, como o sistema de cotas, para proteger vítimas de violência de gênero.

LEI NACIONAL

E o que era grande pode ficar ainda maior. Um projeto de lei (PLS 244/2017) que teve origem no programa da DGer foi aprovado no Senado e está para ser votado na Câmara dos Deputados. De autoria da senadora Rose de Freitas, o texto prevê que empresas prestadoras de serviços com mais de 100 empregados deverão reservar 5% das vagas preferencialmente às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social.

Escritoras do Brasil resgata trajetória feminina na literatura nacional



Mármore

O Senado vai relançar, neste mês de dezembro, a obra *A Judia Rachel*, editada originalmente em 1886, no Rio de Janeiro, pela escritora mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Seria mais um bom romance à disposição do público por meio da Livraria e da Biblioteca do Senado. Mas é bem mais que isso. Trata-se do quinto volume da coleção *Escritoras*

do Brasil, um conjunto de obras que resgata autoras que, em sua época, foram ignoradas ou pouco valorizadas na literatura nacional.

A ideia da coleção nasceu em uma das edições do programa *Roda de Leitura*, da Biblioteca do Senado (Cobib), em 2017, quando se constatou a dificuldade de encontrar livros escritos por mulheres do século 19. Como

relembra Patrícia Coelho, gestora da Cobib, o que se percebia é que as poucas edições existentes estavam desatualizadas e não era fácil chegar a elas.

— A Cleide [Lemos, consultora legislativa aposentada], a Maria Helena [Freitas, chefe do Serviço de Processamento de Artigos de Revistas] e a Mônica Rizzo [chefe do Serviço de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas] trouxeram a sugestão, e a diretora-geral comprou a ideia — disse Patrícia.

São cinco intelectuais relançadas em menos de dois anos. Todas nascidas no século 19, tal como reivindicado na Roda de Leitura. Marcantes pelas ideias, pelas palavras impressas, algumas tiveram que escrever às escondidas; outras, lançaram mão de pseudônimos masculinos num tempo em que era preciso autorização do pai ou do marido para publicar algo. Em comum, além do talento, a coragem de lutar pela emancipação feminina no Brasil.

Diretora-geral do Senado, Ilana Trombka nutre especial carinho por essa iniciativa, que une equipes da Biblioteca, da Consultoria Legislativa e da Gráfica, a partir da aprovação do Conselho Editorial da Casa. Ela projeta que, depois de pronta, a coleção alcançará cerca de 30 títulos, que podem ser comprados a preço de custo na Livraria do Senado ou baixados gratuitamente **(capture o QRCode ao lado para ter acesso à Coleção).**

A primeira homenageada, em março de 2019, foi Josefina Alvares de Azevedo (1851-1913), com a obra *Mulher Moderna*. Como lembra a consultora legislativa Cleide Lemos, que participou da seleção dos livros: “Josefina foi escolhida especialmente porque foi uma das maiores sufragistas daquele período. Ela defendeu com unhas, garras e dentes a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Durante toda a vida, ela pugnou pela



A Mulher Moderna



Ânsia Eterna



Opúsculo Humanitário

educação de qualidade para as mulheres, pelo voto feminino, pelo espaço de poder de decisão para mulheres”.

Seis meses depois, o Senado lançou *Ânsia Eterna*, da contista Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), uma das intelectuais envolvidas na criação da Academia Brasileira de Letras (ABL). O lançamento da obra aconteceu na Bienal do Livro, no Rio de Janeiro, com a presença do neto da autora, o engenheiro Cláudio Lopes. Além de ser o título mais buscado da coleção, *Ânsia Eterna* foi incluído entre as obras a serem cobradas no vestibular mais recente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Deu tempo, ainda no ano passado, em novembro, de reeditar o terceiro volume, *Opúsculo Humanitário*, da educadora potiguar Nísia Floresta (1810-1885). Considerada a primeira

feminista do país, Nísia defendia em sua obra avanços no campo da equidade de gênero que só começariam a ser notados mais de meio século depois. Foi também criadora de escolas voltadas para a educação de mulheres em seu estado natal e também no Rio de Janeiro.

Já em 2020, em março, foi a vez do Senado marcar os cem anos da morte de Francisca Júlia da Silva (1871-1920) com a reedição de *Mármore*, um conjunto de escritos parnasianos. Considerada pela crítica uma das maiores poetisas do século 19, Francisca precisou, no início da carreira, mascarar os versos que enviava para um jornal do Rio de Janeiro com o uso de um pseudônimo masculino. Na época, poucas pessoas acreditavam que as bonitas palavras tivessem sido escritas por uma mulher.

— Francisca Júlia da Silva era uma mulher à frente de seu tempo e que trabalhou incansavelmente para ter uma carreira de sucesso dentro de um cenário predominantemente masculino. Ela é uma das escritoras que, apesar da relevância e qualidade dos temas tratados, foram esquecidas pela sociedade conservadora da época em que viveram — ressaltou Ilana no evento em que a obra foi relançada.

Voltando à Francisca Senhoriinha Diniz, que será homenageada nos próximos dias, a escritora e jornalista nascida — não se sabe em que ano — em São João Del Rei, morreu em 1910, no Rio de Janeiro. Além de livros como *A Judia Rachel*, escolhido para o Escritoras do Brasil, mantinha publicações como *O sexo feminino*, destinado a fomentar a educação e a emancipação das mulheres.

Com esses lançamentos, a Livraria já contabiliza quase 40 mil downloads e 1.387 exemplares vendidos ou doados até novembro. E, como lembra a diretora-geral, o Senado não gasta recursos de direitos autorais, uma vez que todas as obras encontram-se em domínio público. Ao contrário, a coleção arrecada elogios nas feiras literárias Brasil afora.

— Escritoras do Brasil recoloca nas prateleiras mulheres intelectuais que foram invisibilizadas em sua época e, junto com outras ações de equidade, forma um importante conjunto que marca a Casa como vanguarda no esforço para transformar as relações sociais nas corporações, nas escolas e na sociedade — completa Ilana.

Que venham as próximas edições. Que, aliás, já têm mais duas escritoras escolhidas: Maria Ribeiro, cujo livro *Câncros Sociais* está em fase de formatação, e Auta de Souza.

Compartilhamento de ideias e democratização do conhecimento

Ao falar de leitura e da relevância do acervo da Biblioteca, não se pode ignorar as rodas de leituras, que há três anos fazem parte da rotina do Senado. Anualmente, são realizados em média 10 encontros, de março a dezembro. Desde o ano passado, as conversas são transmitidas pela Rádio Senado em formato de podcast, como explica Márcio Pontes Teixeira, servidor lotado na Cobib.

— O intuito da parceria com a Rádio Senado era ampliar o alcance em favor do público externo. Em 2020, durante a pandemia, foi lançada a versão on-line, realizada ao vivo na ferramenta Microsoft Teams — explicou.

Nesse ano, segundo Márcio, foram realizados cinco encontros virtuais. Para Márcio, “as rodas são importante instrumento de compartilhamento de ideias entre os servidores e convidados, além de democratizarem o acesso a temas desconhecidos por parte do público”.

Outra iniciativa que agradou ao público em 2019 foram os encontros promovidos pela Parlabiblio, iniciativa das bibliotecas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados com o intuito de apresentar ao público os serviços, produtos e acervos on-line disponíveis nas duas Casas. As lives podem ser acompanhadas pelos canais **@biblioteca.senado** e **@biblioteca.camara**, no Instagram.



Há três anos, rodas de leitura fazem parte da realidade da Casa

Com Plano, Senado organiza ações de combate à discriminação racial

Gabriel Matos



Lançamento do Plano de Equidade de Gênero e Raça em setembro do ano passado

Pioneiro em muitas iniciativas, o Senado avançou mais um passo inédito no setor público ao lançar seu Plano de Equidade de Gênero e Raça (PEGR), em setembro de 2019. Num evento carregado de simbolismo, acompanhado por representantes da Casa, de instituições internacionais e de organizações não governamentais, a diretora-geral Ilana Trombka estipulou, na forma de metas, uma nova agenda para o Senado Federal nessa área.

— Esperamos que este Plano dê continuidade às ações articuladas pela efetiva conquista da igualdade de oportunidades para as servidoras e servidores da Casa. Que seja a bússola orientadora para construção de um futuro onde a equidade de gênero e raça será realidade, não só no Senado, mas em todo o país — sustentou Ilana ao apresentar o documento.

O Plano resultou de debates com todas as áreas da Casa e trouxe 28 obje-

tivos a serem cumpridos por 18 unidades setoriais do Senado num prazo de 24 meses, ou seja, até setembro de 2021. As metas estão distribuídas em cinco eixos temáticos: comunicação, educação, cultura organizacional, gestão e saúde.

Mesmo com a paralisação da maioria das atividades presenciais em razão da pandemia de covid-19, o Senado manteve, em 2020, boa parte das ações previstas no PEGR e vem atingindo os objetivos. Exemplo disso

é a produção de peças e campanhas voltadas à equidade de gênero e raça nos veículos da Secretaria de Comunicação (leia mais em box a seguir). A Rádio Senado produziu programas e entrevistas para ampliar a abordagem do assunto na programação. Mesma coisa na TV, que também tem veiculado peças institucionais sobre o assunto. A

Biblioteca do Senado segue o mesmo tom. Recentemente, produziu dois boletins eletrônicos que trazem bibliografias especializadas na temática de equidade de gênero e raça.

Dalva Moura, que é coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, explica que tão logo

sejam permitidas atividades presenciais, outras ações previstas no Plano serão postas em prática. Por enquanto, continua prevista a realização de audiência pública no próximo mês de abril para discutir os 12 anos da entrada em vigor (Lei 11.645/2008) da obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos estabe-

Racismo em Pauta estimula debate dentro e fora da Casa

Você conhece a origem da celebração do Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas? Já ouviu falar da Frente Negra Brasileira, que existiu na década de 1930? Pois essas e outras informações, assim como histórias pessoais de superação, têm sido contadas em veículos internos e externos do Senado por meio do projeto “Racismo em Pauta”.

À guisa de lembrar o 30 de setembro, em que se comemora, extraoficialmente, o Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, junto com a Secretaria de Comunicação (Secom), deram corpo e alma ao assunto.

A servidora Cynthia Byar Beckman, que trabalha no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), segue o Candomblé há 15 anos, e contou do sentimento de pertencer a uma religião historicamente perseguida no país. Aqui, um alento: Cynthia avalia que já foi pior:

— Ainda há muita discriminação, desconhecimento e até agressão às religiões de matriz africana, mas acredito que estamos caminhando para mais liberdade. O Candomblé prega, acima de tudo a liberdade, o

amor à natureza e o respeito à opinião do próximo — disse.

O Brasil é oficialmente um país laico e, por esse motivo, a manifestação de crenças de qualquer espécie é um direito de todos, lembra Cynthia. Só que, por muito tempo, ela própria escondeu sua fé por medo da discriminação. A política de equidade e raça do Senado, lançada há pouco mais de um ano, ajudou-a a perder o medo de se expor.

— Eu fico muito feliz com essa homenagem do Senado, mas quem agradece é a natureza, por permitir que a nossa fé seja respeitada. O que queremos hoje é, acima de tudo, mais respeito ao direito de expressarmos nossa liberdade religiosa. A nossa reivindicação é pelo direito de ter um dia para celebrarmos nossa crença. Todas as outras religiões possuem uma data no calendário oficial, por que as de raízes africanas não possuem? —, questiona.

Frente negra — Que a história do Brasil é marcada pela influência das culturas religiosas africanas, muita gente sabe. Mas a maioria das pessoas nem imagina que na década de 1930 o Brasil teve um movimento social organizado de luta contra a discriminação racial. Em setembro, o

projeto Racismo em Pauta recuperou esse assunto.

A matéria contou sobre a origem da Frente Negra Brasileira (FNB), lançada em São Paulo, em 1931, para combater de forma organizada o racismo, brigar pela igualdade de direitos e por maior participação dos negros na sociedade. Reportou, ainda, o crescimento da Frente, até sua dissolução, em 1937, quando o então presidente Getúlio Vargas extinguiu essa e todas as outras organizações políticas.

Além de atividades de caráter político, a FNB desenvolvia eventos culturais e educacionais aos associados, incluindo cursos de alfabetização, oficinas de costura e festivais de música. Até hoje é considerada por historiadores e intelectuais como a primeira organização negra do país, precursora dos movimentos ativistas que até hoje lutam contra o racismo.

Entre os adeptos da FNB estava Abdias Nascimento, conforme resgatou a matéria. Abdias, um dos maiores expoentes da cultura negra e dos direitos humanos no Brasil, foi senador entre 1997 e 1999, assumindo a vaga após a morte de Darcy Ribeiro.

lecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados. Também para 2021, está agendada uma série de ações em torno do Dia Mundial de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado em 21 de março.

Ainda segundo Dalva, essas ações vêm sendo construídas com a ajuda de um grupo de afinidade, criado logo em seguida ao lançamento do PEGR, no ano passado. Esse grupo de colaboradores se reúne para debater e recomendar iniciativas sobre a temática. Um dos produtos que passaram pelo crivo do grupo de afinidade foi o curso on-line oferecido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) sobre assédio moral no ambiente de trabalho. Também por sugestão desses colegas, a Pesquisa de Clima Organizacional 2020 aprofundou perguntas sobre racismo/discriminação no meio profissional.

Atualmente, 30% dos servidores da Casa se autodeclaram pardos e 5%, negros. Já o quantitativo de brancos chega a 58%.



Acordo com Universidade Zumbi dos Palmares fortalece ações

Em agosto, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, reuniu-se com o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente, para discutir uma parceria entre as duas instituições. O acordo de cooperação, que está para ser oficializado, envolveria referências bibliográficas e consultoria em cursos e campanhas, por exemplo.

— Teremos de fazer uma pesquisa sobre expoentes negros do Brasil nas artes, literatura e em outras áreas para que possamos realizar, em conjunto, iniciativas tanto na universidade quanto no Senado. Trabalharemos em consonância para propagar atitudes antirracistas. Esse acordo será uma forma de fortalecer as ações da Casa, dando conteúdo conceitual mais abrangente e também mais denso para o enfrentamento do tema — explicou Ilana.

A Universidade Zumbi dos Palmares foi fundada em 2004 na capital paulista e oferece formação em diferentes áreas, como publicidade, direito e administração, principalmente para jovens pretos, que compõem 90% dos mais de 1,6 mil estudantes da instituição. Sobre a parceria com o Senado, o reitor José Vicente avalia que vai ajudar a tornar conhecida a produção intelectual dos últimos 20 anos da comunidade afrodescendente.

— Do ponto de vista simbólico, para um tema tão caro como é a valorização do negro, estar próximo do Senado torna mais evidente que a Casa do povo interage com o povo negro e é uma mensagem potente às universidades, além de criar pontes — afirmou o reitor.



Íntegra do Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Artigo 227 da Constituição Federal

Formação cidadã é parte da relação com estagiários e jovens aprendizes

Dentro de cada grupo de mil meninas brasileiras entre 15 e 19 anos nascem cerca de 70 bebês. E se a adolescente for negra, a probabilidade de virar mãe mais cedo aumenta 60%. A incidência da gravidez precoce no Brasil — maior do que nos outros países do continente — motivou a criação, em 2019, da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, fruto de projeto de lei do Senado.

Se na área fim da Casa o problema preocupa e motiva debates e produção legislativa, no setor administrativo a questão é de cultura organizacional, de cidadania e de respeito à Carta de Compromissos assinada em 2015. Especialmente de dois anos para cá, esse e outros assuntos relacionados ao universo adolescente têm sido abordados pela Diretoria-Geral do Senado junto a essa parcela de colaboradores.

A formação cidadã de jovens aprendizes e estagiários vinculados à Casa começou a tomar corpo em 2018, com oficinas organizadas em parceria pelo Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça

do Senado e pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT). Outra aliada, aqui, foi a Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing (SRPPM), que



Gabriel Matos

Assuntos como cidadania e assédio têm sido abordados junto a essa parcela de colaboradores

produziu e distribuiu aos jovens a cartilha Assédio Moral no Trabalho.

O sucesso da iniciativa deu origem a um plano de formação para os adolescentes e jovens que passam pelo Senado. O objetivo é quebrar tabus: em cursos, oficinas e debates fala-se abertamente de sexo e gravidez na adolescência, assédio moral e sexual, entre outros assuntos. Como parte da estratégia, por decisão (Ato 20/2019) da Diretoria-Geral, todos os jovens e adolescentes contratados pelo Senado a partir deste ano precisam fazer o curso on-line “Dialogando sobre a Lei Maria da Penha”. Pelas regras, estagiários e menores aprendizes devem concluir essa etapa até seis meses após serem admitidos, sob pena de suspensão e bloqueio da bolsa e do auxílio transporte.

Embora seja uma obrigação, o curso foi muito bem recebido pelo público-alvo. Patrícia Ferreira Paiva de Sousa, que faz estágio no Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas), elogiou a iniciativa e reforçou sua importância na formação dela e dos colegas.

— Eu acredito que é muito bom e proveitoso o curso. Acho muito bom também não ser apenas para o sexo masculino e sim para todos e todas. Conhecimento nunca é demais, então é mais uma oportunidade que temos de aprender um pouco mais sobre essa legislação.

Leandro Alves, chefe do Serviço de Gestão de Estágios (SGest), concorda. Ele lembra que esses jovens estão na Casa para se aperfeiçoar. E o Senado, afirma Leandro, “além de ajudar na formação de mão de obra qualificada, cumpre outro papel importante, que é afirmar a cidadania nesses meninos e meninas”.



Pedagoga Aline Costa, que integrava o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça



Leandro Alves é chefe do Serviço de Gestão de Estágios

CINE REFLEXÃO – MASCULINIDADE EM DEBATE

A mais recente iniciativa para estimular os jovens a pensarem em equidade aconteceu em maio. Como a pandemia inviabilizou a atuação presencial dos 487 estagiários do Senado, o trabalho foi substituído por uma espécie de lição de casa. Foi o

Cine Reflexão, que trouxe como tarefas assistir ao documentário *O Silêncio dos Homens*, disponível no YouTube, responder a questões sobre o filme e participar de debate.

O documentário é resultado de uma pesquisa com mais de 40 mil pessoas e foi produzido pela organização não governamental *Papo de Homem*. Com duração de uma hora, ele mos-



Documentário *O Silêncio dos Homens* fez parte das atividades promovidas

tra a dificuldade que os homens têm de falar sobre seus medos e dúvidas e as consequências disso nas relações sociais e afetivas.

Caio César de Oliveira Esteves, estagiário do NCas, comemorou a iniciativa, já que o tema é o mesmo de seu trabalho de conclusão de curso. Segundo ele, o documentário ajuda a plantar uma semente para se entender a masculinidade e seus efeitos para a saúde mental.

— Acredito que a questão da masculinidade foi deixada de lado por muito tempo e as consequências disso estão aí, com o número de suicídios cometidos por homens e o número alto de crimes — avaliou Caio César.

O psicólogo Rolf Regehr, do SesoQVT, que conduziu o debate, entende que o Cine Reflexão trouxe “um ambiente seguro para discutir assuntos que normalmente incomodam”.

— Ao ter esse espaço, eles constroem a possibilidade de lidar melhor com essas emoções e sentimentos, tornando-se mais mentalmente saudáveis.

Houve uma participação significativa e foram colocadas dúvidas e histórias pessoais que mostram como é importante debater sobre e evitar o silêncio dos homens.

Para a pedagoga Aline Costa, que na época integrava o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, o fórum foi positivo tanto em termos de alcance quanto de conteúdo. Ela destaca a boa adesão, “principalmente das estagiárias, que além de interagir a partir das perguntas orientadoras, questionaram sobre como a sociedade pode e deve contribuir para a superação da masculinidade tóxica”.

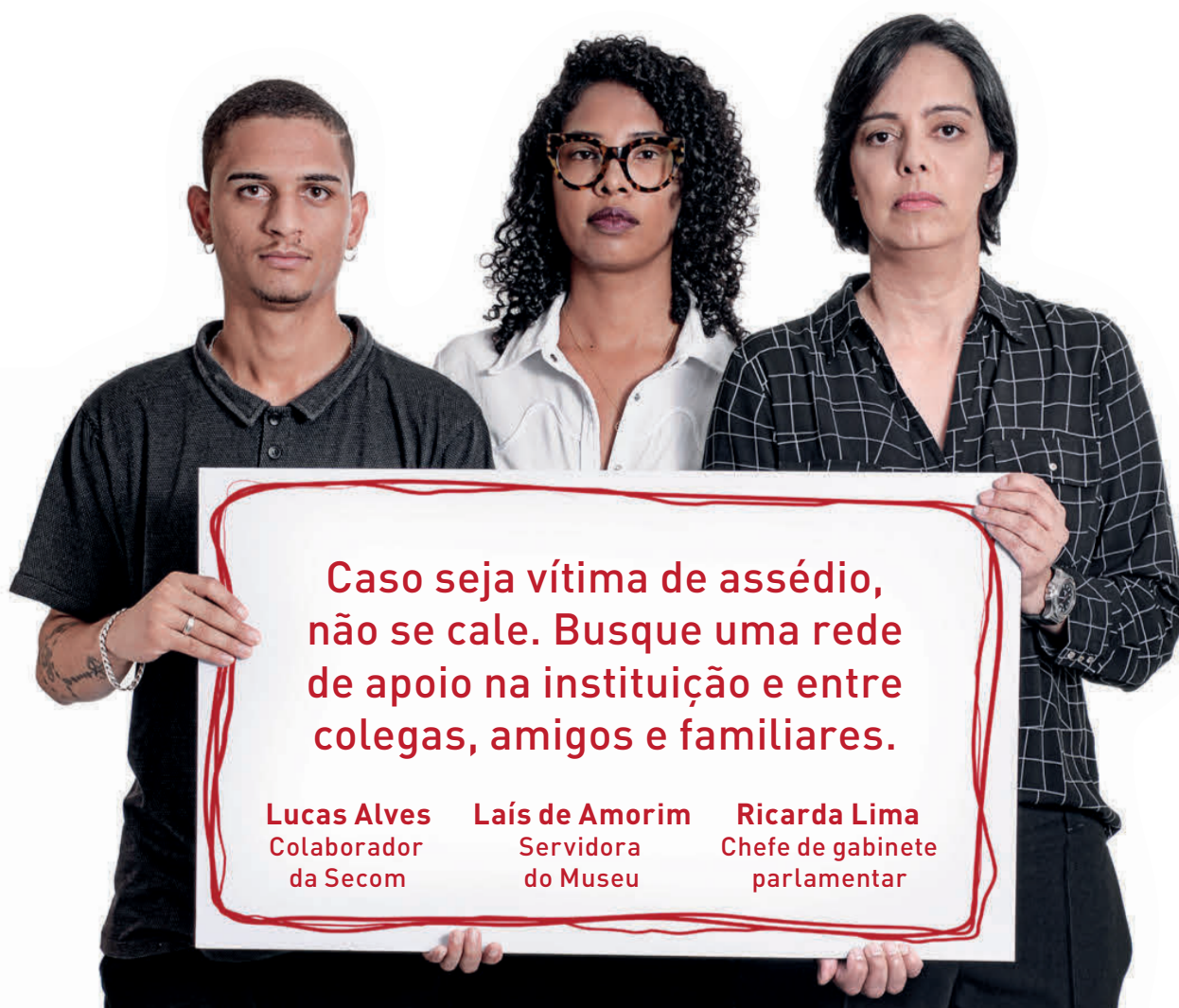
— É extremamente positivo saber que nossas ações têm a capacidade de impactar não somente a cultura organizacional, mas toda a sociedade. Esses estagiários se tornarão profissionais e as reflexões e aprendizados poderão influenciar em suas atuações. Ou seja, cremos que estamos ajudando a construir uma nova geração de homens e mulheres que questionem o machismo

e os padrões de masculinidade que tanto afetam as relações sociais, políticas e familiares — afirmou.



Estagiário do NCas, Caio César assistiu ao documentário

O ASSÉDIO NÃO TEM VEZ NO SENADO



**Caso seja vítima de assédio,
não se cale. Busque uma rede
de apoio na instituição e entre
colegas, amigos e familiares.**

Lucas Alves
Colaborador
da Secom

Laís de Amorim
Servidora
do Museu

Ricarda Lima
Chefe de gabinete
parlamentar



A decorative graphic consisting of several overlapping circles in various shades of gray, creating a complex, organic shape that frames the central text.

Capítulo 5

**Compromisso com a
livre disseminação
de ideias**

Manhã de Ideias: gestão de portas abertas completa seis anos

“Nesses últimos anos, tivemos centenas de sugestões, algumas deram frutos maravilhosos e todas elas nos propiciaram um diálogo direto com os colaboradores do Senado. A ideia é importante, mas a conversa e a oportunidade de se olhar olho no olho também”. A avaliação da diretora-geral, Ilana Trombka, no café da manhã que celebrou, em outubro do ano passado, o aniversário de cinco anos do programa, sintetiza a riqueza da experiência tocada desde 2014 no Senado.

O programa abre a agenda da administração uma vez por mês, pela manhã, para que colaboradores de quaisquer áreas e vínculos venham conversar com a diretora-geral e diretores-adjuntos das áreas subordinadas à DGer. Após recebidas, as propostas são avaliadas e podem ser implementadas pela área administrativa. Entre 2014 e 2019, foram 45 encontros, 328 sugestões apresentadas e, até o momento, 72 delas viraram realidade.

Neste ano, prestes a completar seis anos de existência, os atendimentos presenciais do projeto foram suspensos por conta das medidas de prevenção à covid-19. A sintonia se mantém, mas de lá para cá com conversas virtuais, pela plataforma Teams.

Como disse a diretora-geral, “apesar do isolamento social, nosso envolvimento com o Senado não para, é por isso que estaremos juntos. Sempre em busca de um espaço mais participativo, cada vez mais próximo do ambiente que sonhamos”.



O NASCIMENTO

Quando o projeto foi criado, Ilana era diretora-adjunta de Gestão e o diretor-geral era Luiz Fernando Bandeira. Para ele, era importante que os funcionários tivessem um espaço de comunicação direta com a direção da Casa, podendo colocar percepções sobre a realidade que vivenciam.

— Isso é a democratização do espaço público e da opinião pública. Esse é um dos programas mais felizes criados na gestão de Ilana, embora eu fosse diretor-geral, a concepção foi dela e o mérito é todo dela. Tenho certeza que o Senado vai ficando melhor com essa participação de todos — pontuou Bandeira.

SOLUÇÕES EM FORMA DE SUGESTÕES

No café da manhã comemorativo, muitos dos participantes do programa aproveitaram para compartilhar percepções e vivências sobre o programa. Um deles, Marcos José Romeu, da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), lembrou emocionado que a experiência foi um marco em sua vida, pois foi ali que surgiu o projeto Papai no Controle, página presente nas principais plataformas das redes sociais, como Facebook, Instagram e Youtube, na qual o colaborador compartilha momentos ao lado dos dois filhos e apresenta reflexões sobre a temática da paternidade.

— Eu agradeço muito ao programa e a todos que acreditaram no meu sonho — afirmou o colaborador,

que conduziu em agosto uma roda de conversa, no Senado, sobre paternidade.

Também foi fruto desse intercâmbio com a Diretoria-Geral a criação do serviço que auxilia na busca de pessoas desaparecidas, hoje presente na aba “Institucional” do site da Casa, com links de canais de denúncias de diversos estados brasileiros e as legislações vigentes sobre investigação de pessoas desaparecidas. A ideia foi apresentada pelo colaborador Márcio Gleyson da Cunha Bezerra, do Serviço de Operação de Áudio de Plenários, a partir de situação presenciada por ele em Natal (RN), onde crianças foram raptadas dentro de casa, entre 1998 e 2001.

VAGAS PARA GESTANTES

Algumas importantes mudanças sequer são percebidas pelo corpo funcional como originárias de sugestões dos colegas. É o caso da permissão para que gestantes utilizem as vagas do Carona Solidária nos estacionamentos da Casa. Isso acontece já há três anos, meses depois da participação, no programa, de Marina Cotta, da Coordenação de Comissões Mistas.

— Tive a ideia porque a grávida se cansa muito, especialmente no fim da gravidez. Como o estacionamento é grande, em alguns dias eu parava longe e era difícil vir andando. Acho que a destinação das vagas para as gestantes não prejudica quem usa o programa [Carona Solidária], pois sobram vagas, e ainda ajuda as colegas que estão nessa condição — disse.

A propósito, para utilizar as vagas, as motoristas devem apresentar o cartão que comprova a gravidez, documento utilizado no acompanhamento pré-natal. Atualmente, há 12 vagas disponíveis para esse público nas dependências da Casa.



Luiz Fernando Bandeira, secretário-geral da Mesa, e a diretora-geral, Ilana Trombka



Márcio Gleyson sugeriu criação de serviço que auxilia na busca de pessoas desaparecidas



Marcos Romeu contou que o programa foi um marco em sua vida

Antônio Pinheiro

Livro traz memórias de quem ajudou a construir o Senado

Como a Gráfica alcançou a modernização de sua estrutura e de seu processo de trabalho? E na época da Constituinte, quais foram os desafios de setores tão distintos quanto a taquigrafia e o serviço médico? São tantas boas histórias reunidas ao longo de anos de serviços prestados que um dia tinham que ser escritas e publicadas. Pois *Esta é minha história*, livro editado no final do ano passado, resgata em 32 textos relatos de colaboradores já aposentados.

De acordo com o coordenador do projeto, Paulo Meira, da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), a publicação mostra que a Carta de Compromissos, criada em 2015, não ficou no papel.

— O compromisso com a memória do Senado e a valorização do servidor são materializados por esse lançamento, em importante parceria com a Assisefe [Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal] e o Sindilegis [Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União], e o esforço conjunto da Gráfica e do Conselho Editorial do Senado, com entusiasmo aval da Presidência [do Senado].

Já para Fabrício Ferrão, diretor da Gráfica do Senado, a ação valoriza a história de servidores que encerraram suas atividades profissionais, mas não deixaram de contribuir de alguma forma.

— A confecção dessa obra foi um gesto inovador da direção. A equipe entregou um trabalho de qualidade, valorizando a vida profissional de tantos colegas que construíram a estrutura que conhecemos hoje.



Capa do livro que reúne 32 relatos de colaboradores aposentados

O presidente da Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado, Lourival Zagonel dos Santos, ressaltou a alegria de poder participar da iniciativa e da sensação de “estar de volta à Casa”.

O ex-diretor da Gráfica, Florian Coutinho, trabalhou na Casa durante 43 anos e ainda hoje é voluntário na Diretoria-Geral (DGER). Para ele, contribuir com a publicação por meio das experiências pessoais vividas foi uma grande oportunidade.

— Essa iniciativa foi bastante feliz e louvável. Trazer o depoimento de diversos servidores, de diversas áreas do Senado, é de grande importância para preservar a história da Casa. Eu me senti muito honrado em poder participar.

Idealizadora da obra, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, desenvolveu: “O que nós somos é resultado do que vocês fizeram e que nos dá a oportunidade de trabalhar a partir de um patamar de eficiência, de felicidade e de qualidade”.



Servidores que têm suas experiências narradas na publicação



IGUAL
dade
SER

Voto

CULTURA

Liberdade

DIREITOS
&
DEVERES

demo
cracia

Fisca
lizar

COMUNI
DADE

Per
ten
cer

De
sen
vol
ver

EX
PRES
SAR

Vi
ver

ADOLESCÊNCIA
E O DESPERTAR
PARA O EXERCÍCIO
DA CIDADANIA

Se você é estudante do ensino médio de escola pública estadual ou do DF, escreva uma redação com o tema "Adolescência e o despertar para o exercício da cidadania" e participe do concurso Jovem Senador 2020.



(61) 99187 2248



0800 612211



/jovemsenador



@jovemsenador



senado.leg.br/jovemsenador

Apoio:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Realização:





Capítulo 6

Compromisso com a transparência

Boletim internacional da DGer chega a 170 países

Dois anos e meio e cinco edições depois, o Boletim Internacional produzido pela Diretoria-Geral (DGer) se consolidou como informativo da gestão do Senado para embaixadas, organizações internacionais, missões diplomáticas e parlamentos de todo o mundo. Além de relatar as boas práticas de administração, o DGer.com internacional estimula os destinatários a ações de intercâmbio e de cooperação com a Casa.

O informe, semestral e distribuído por meio digital, é editado em inglês, português, espanhol e, desde a quarta edição, também em francês. E é construído a partir de notícias veiculadas na Intranet, internet e também de informações fornecidas pelas secretarias ligadas à gestão. Com isso, reúne informações sobre avanços em áreas distintas como tecnologia, recursos humanos, sustentabilidade e cooperação internacional.

Fabrizio Côrtes, da assessoria da DGer, lembra que, no início, a distribuição alcançava 200 contatos em quase 50 países, passando para 691 contatos e 170 países no final de 2019. “São mais de 270 câmaras parlamentares pelo mundo, mais de 120 embaixadas e representações diplomáticas em Brasília e pouco mais de 10 organizações internacionais”, resume Fabrizio. Recebem o informativo, por exemplo, a ONU Mulheres, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a União Interparlamentar.

Iniciativa concebida pela diretora-geral, Ilana Trombka, o boletim



surgiu após a formação de uma rede de contatos com representantes de diferentes parlamentos presentes na Conferência de Diretores-Gerais e Secretários-Gerais dos Parlamentos, realizada em 2018 no Knesset (Parlamento de Israel), em Jerusalém.



Fabrizio Côrtes afirma que a publicação tem alcançado mais de 690 contatos

Proteção de dados: Senado se preparava para mudanças bem antes de a lei entrar em vigor



A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou em vigor em setembro deste ano, mas bem antes o tema já vinha sendo discutido no Senado. Exemplo disso foi o seminário realizado em 2019 sobre os impactos da legislação na proteção dos direitos de privacidade e na disponibilização adequada de informações públicas. O intuito, segundo os organizadores, foi fomentar nas áreas envolvidas o debate sobre as mudanças que estavam por vir.

Para Daliane Silvério, diretora da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIdoc), a norma impacta no trabalho do profissional arquivista e nos conhecimentos e habilidades que ele precisa desenvolver

para adequar sua instituição ao que diz a norma.

— A escolha do tema foi uma iniciativa do Arquivo a fim de discutir o assunto tanto interna quanto externamente, já que o seminário foi aberto ao público. O evento reforçou a ciência de que esse tema é multidisciplinar (tivemos a participação de arquivistas, advogados e profissionais de TI) e que o trabalho no Senado deve envolver áreas diversas, como tem sido feito — afirmou.

Em linhas gerais, vale destacar que a LGPD (Lei 13.709, de 2018) é considerada um marco legal que regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais no país. A

norma oferece maior controle da população sobre suas informações pessoais, exigindo consentimento explícito para coleta e uso dos dados e obriga a disponibilização de opções para o usuário visualizar, corrigir e excluir esses dados.

Marcio Tancredi, diretor-executivo de Gestão, avalia que a legislação dá ao cidadão uma norma bastante poderosa que abriga e resguarda seus interesses em relação aos controladores dos dados, que são as pessoas e empresas que possuem essas informações. No âmbito público, ele salienta que uma parte da regulação de dados pessoais já estava prevista na Lei de Acesso à Informação (LAI).

— Só que o âmbito [no setor público] está sendo estendido de uma forma mais rigorosa. É uma inversão em relação ao setor privado, cuja regra que vai vigorar com mais força é a da autorização. No público, essa autorização vai perder um pouco de força, mas vai continuar valendo para uma série de outras circunstâncias.

CONTEÚDO ENRIQUECEDOR

André Freire, diretor do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, participou do seminário e destacou a satisfação de debater um tema tão fundamental e que tem impacto direto no funcionamento dos arquivos.

— Ao mesmo tempo em que é necessário garantir a transparência, também é importante oferecer a proteção dos dados pessoais do cidadão que interage no setor público. É um grande desafio e que deve ser alcançado de forma cuidadosa — concluiu.

João Gabriel Sampaio, estagiário do Serviço de Arquivo Administrativo, também assistiu ao evento e saiu satisfeito com o conteúdo assimilado.

— Achei uma ótima experiência tanto para a minha vida acadêmica quanto para a profissional. Porque as conferências foram feitas por profissionais realmente capacitados no assunto e envolvidos intimamente na criação mesmo da lei de proteção de dados. Com os esclarecimentos do seminário também foi possível analisar em nosso próprio setor como podemos aplicar a lei em nosso trabalho.



Estagiário da Casa, João Gabriel disse ter gostado do conteúdo da palestra



Transparência com segurança

A Lei Geral de Proteção de Dados (PLC 53/2018) foi sancionada em agosto de 2018, depois do projeto ter sido aprovado por unanimidade e em regime de urgência pelo Senado. As determinações da norma são aplicáveis mesmo a empresas com sede no exterior, desde que a operação de tratamento de dados seja realizada no território nacional.

A legislação proíbe o cruzamento de informações de uma pessoa específica ou de um grupo

para subsidiar decisões comerciais, políticas públicas ou atuação de órgão público. Em caso de infrações, a punição vai de advertência à multa diária de até R\$ 50 milhões, além de proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

No caso das crianças e adolescentes, a lei tem regras específicas: por exemplo, se um menor entra na internet para jogar, está proibido que seja pedido a ele o acesso à lis-

ta de contatos, localização, câmera e microfone. E os pais poderão ser alertados sobre contatos virtuais inconvenientes.

O cumprimento da lei será fiscalizado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), cuja estrutura está sendo montada pelo governo federal. Já a nomeação do Conselho Diretor e do diretor-presidente terá que passar pela aprovação do Senado.

Orçamento Fácil – animações explicam temas complexos de um jeito leve e intuitivo

O Senado lançou, em fevereiro deste ano, o 19º vídeo da série Orçamento Fácil, que conta de forma simples e didática como o governo arrecada e gasta o dinheiro. O objetivo é que o conteúdo seja entendido por qualquer pessoa. A última animação teve como temática o contingenciamento. Com sete anos de existência, o projeto já contabiliza 1,9 milhão de visualizações no Youtube.

Entre as dúvidas que foram esclarecidas no último vídeo estão o significado desse termo que ganhou destaque nos noticiários desde o agravamento da crise fiscal no Brasil. Contudo, alguns cidadãos não sabem exatamente do que trata essa palavra. Muitos, inclusive, compreendem o conceito como um corte orçamentário efetivo, o que não é verdade para todas as situações.

Uma busca rápida no canal da iniciativa no Youtube mostra que as explicações sobre o assunto foram bem recebidas. O internauta Ítalo comentou: “é incrível como se torna algo simples, óbvio e necessário em qualquer governo”. Para Fernanda, os conteúdos do canal são “maravilhosos! Didática espetacular. Lancem mais vídeos!”. Já outra visitante, Lívia, afirmou: “Só entendi essa matéria por causa desses vídeos”.

Desafios — Para chegar a esse que foi o vídeo mais longo da série, com cerca de sete minutos, a equipe



enfrentou vários desafios. Bernardo Ururahy, chefe do Serviço de Audiovisual (Seaudio) da Secretaria Agência e Jornal do Senado (Sajs), lembra que os roteiros e as imagens usam situações de reconhecimento fácil para quem não é familiarizado com o tema.

Para explicar o contingenciamento, a opção foi fazer um paralelo com a construção de uma casa, processo que necessita de planejamento e de acompanhamento, o que também acontece na execução orçamentária do país. A série é fruto de parceria de três núcleos: a Consultoria de Orçamento, o jornalismo e a arte da Agência Senado.

O projeto — O site do projeto foi lançado há dois anos. Além de apresentar de maneira mais organizada os vídeos produzidos, a nova página trouxe uma novidade: a opção de download

das animações. Apesar de terem sido idealizados inicialmente para estudantes do ensino médio, os materiais agradaram também pessoas que estão se preparando para concursos públicos, docentes, servidores públicos e demais interessados em entender o tema.

Como conta Cintia Sasse, da Secretaria de Comunicação Social (Secom), uma recente reportagem da Agência Senado mostrou a experiência bem-sucedida de Ipiranga do Norte (MT), pequeno município distante 428 quilômetros da capital Cuiabá. Ipiranga do Norte começou a usar os vídeos do Orçamento Fácil para estimular a população, que não chega a oito mil moradores, a participar e a contribuir para o primeiro Plano Plurianual (PPA) participativo da cidade, em 2017.

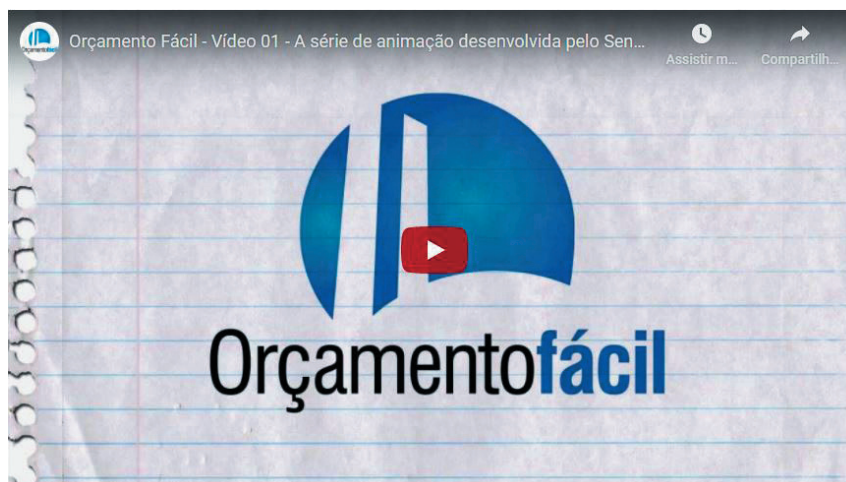
— A contadora-chefe da prefeitura, Mariza Konrath, relata que a comunidade definiu as prioridades para boa parte dos investimentos municipais, que melhoraram a qualidade de vida dos habitantes de Ipiranga do Norte. Depois dessa experiência, ela diz que passou a adotar como prática exibir os vídeos do Orçamento Fácil no início de cada audiência pública realizada para debater as leis orçamentárias municipais.

Cintia ressalta que os desafios do projeto não se limitam a produzir vídeos. No próximo ano, afirma, “um dos planos é conseguir apoio para desenvolver metodologia capaz de ajudar os professores que queiram trabalhar os conteúdos em sala de aula ou em projetos multidisciplinares”.



Acompanhe os vídeos aqui

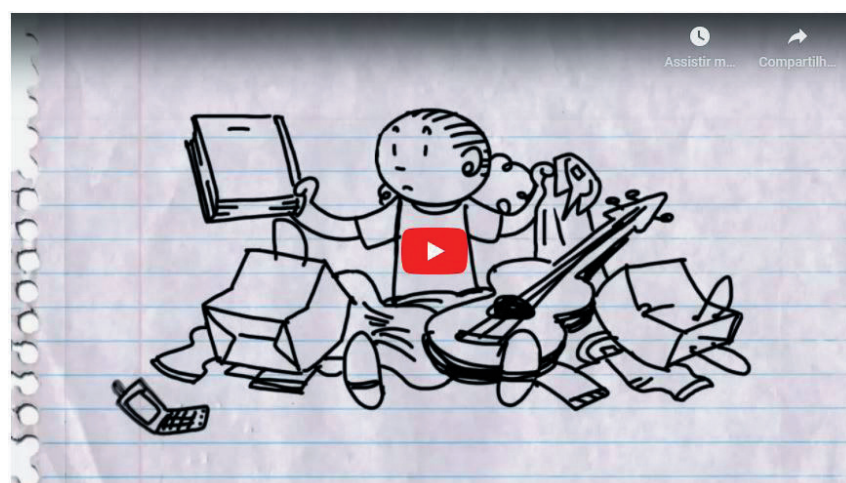
<https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil>



Apresentação



A importância do orçamento



O sistema brasileiro



Capítulo 7

**Compromisso com
a responsabilidade
na utilização de
recursos públicos**

Setores mostram avanços após curso sobre contratações

Cursos e consultorias têm sido a aposta da Diretoria-Executiva de Contratações (Direcon) para alavancar ainda mais essa área do Senado que virou modelo no setor público. De um lado, os treinamentos reforçam o aprendizado do fluxo de compras e contratações, que foi inteiramente modificado a partir de 2014 com a adoção do Programa de Sistematização de Compras e Contratações (PSC). De outro lado, aproximam os atores envolvidos no processo, o que reduz a margem de erro desde a demanda até a execução do contrato.

Em 2019, duas grandes áreas, as secretarias de Gestão de Pessoas (SEGP) e de Gestão da Informação e Documentação (SGIDoc), passaram por esses cursos, que ficam a cargo da Secretaria de Administração de Contratações (Sadcon). O objetivo é “fomentar o conhecimento e as melhores práticas na área de contratações públicas, atualizando-as, sempre, com as normas vigentes e as recomendações dos órgãos de controle”, como explica o coordenador-geral da Sadcon, Felipe Orsetti Prado.

Diretora da SGIDoc desde abril de 2019, Daliane Aparecida Silvério citou a melhoria no fluxo de contratações da secretaria como um dos destaques do balanço de seu primeiro ano à frente do setor. Quem promove o curso também sente a diferença. “A melhoria da qualidade das instruções oriundas das áreas atendidas pelos treinamentos é perceptível para a Sadcon”, afiança Felipe Orsetti, que lista os principais



Coordenador-Geral da Sadcon, Felipe Orsetti diz que o objetivo é fomentar conhecimento e as melhores práticas na área

Roque de Sá



Daliane Silvério citou a melhoria do fluxo de contratações da secretaria como um dos destaques de seu primeiro ano à frente do setor

resultados alcançados: redução de prazos previstos para a instrução de uma contratação pública e a diminuição do número de apontamentos em relatórios de auditoria, elaborados pela área de Controle Interno da Casa.

FORMATO

O formato de workshop, segundo Felipe, também ajuda. “Esse modelo

alia teoria e prática, e os participantes dos eventos reiteradamente relatam satisfatória absorção dos conhecimentos e efetiva aplicação em suas respectivas atividades”. Na última edição desse workshop, em setembro do ano passado, o conteúdo foi distribuído em quatro encontros, que apresentaram o fluxo básico e o planejamento de contratações, a pesquisa de preços e a elaboração do termo de referência

(TR), além de alterações contratuais e suprimimento de fundos.

Ainda de acordo com o gestor, a Sadcon também oferece consultorias pontuais com intuito de auxiliar os setores do Senado nas suas atividades relacionadas a contratações.

Capacitação também é aposta da Secom para contratar melhor

Foram três encontros em 2020. O próximo deve acontecer assim que houver possibilidade de reuniões físicas. Estamos falando do projeto “Construindo Conhecimento”, do Núcleo de Contratações e Contratos (NCont) da Secretaria de Comunicação Social (Secom). O projeto tem por objetivo capacitar os colaboradores que atuam na gestão do setor, especialmente os das áreas de contratação e orçamento.

Neste ano, os encontros tiveram como foco principal a fiscalização de contratos e a gestão de riscos em contratações. Na opinião do gestor da NCont, Igor da Silva Brito, os debates, iniciados há dois anos, mostram bons resultados.

— Em conversa com a direção e as coordenações da Sadcon, a impressão geral é que os processos da Secom estão chegando à secretaria com maior qualidade, o que agiliza o processo de instrução e garante maior segurança jurídica. Numa perspectiva interna, observamos uma grande guinada para a etapa de planejamento das nossas contratações, principalmente com a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares.



Igor da Silva explica que Secom também tem capacitado colaboradores que atuam na gestão da unidade

Para enriquecer o debate, a Secom tem convidado servidores de outros setores que lidam direta ou indiretamente com as contratações, como os da Auditoria e os da Administração Financeira, além, é claro, dos colegas da Sadcon. Na opinião de Igor, “isso permite o fortalecimento das relações interpessoais, reduzindo os ruídos de comunicação e obtendo melhores resultados no trabalho”.

FUTURO

Uma vez ultrapassada a crise sanitária, Igor aposta na retomada desses debates com foco no planejamento. “Uma contratação bem planejada tende a gerar menos problemas tanto na instrução quanto na execução. Dessa forma, teremos melhores bens e serviços para dar o adequado suporte à Comunicação do Senado Federal”, conclui.

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar
o processo legislativo

PL 2241/19



PL 2241/19



A partir de 2019, projetos que tramitarem
entre o Senado e a Câmara vão manter
sigla, número e ano originais.

É mais transparência e mais facilidade para o cidadão.

Entenda melhor em
www.senado.leg.br/simplificou



Capítulo 8

Compromisso com a sustentabilidade

Quatro ações socioambientais da Casa são escolhidas como exemplos de boas práticas

Ana Volpe



Humberto Formiga é gestor do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

Quatro programas do Senado foram selecionados, em fevereiro de 2019, para compor o banco de boas práticas A3P. Na categoria compras e licitações, foi contemplado o “Grupo de Trabalho de Compras e Contratações Sustentáveis”. Já a iniciativa “Desengaveta” foi escolhida no quesito gestão de resíduos sólidos; o

projeto “Carona Solidária”, na categoria mobilidade e transporte; e a “Feira Orgânica”, na de qualidade de vida.

As iniciativas foram escolhidas, por serem consideradas sustentáveis, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Para a diretora-geral

do Senado, Ilana Trombka, a preocupação socioambiental está internalizada na prática da Casa e de seus servidores. Segundo ela, são ações que podem ser replicadas na administração pública federal, estadual e municipal.

— As medidas são simples e estão disponíveis. Sua implantação de-

pende apenas da vontade gerencial. Eu diria que vai muito mais da vontade do gestor investir nessas práticas, pois não existe dificuldade burocrática ou legal.

Para Ilana, o Senado é um exemplo na adoção desse tipo de medida, pois busca, com a sua atuação, aquilo que é o melhor para a sociedade. Além disso, a organização possui um quadro de servidores qualificados que consideram importante pensar “verde”.

— Iniciativas ambientalmente corretas, que favoreçam tanto a diminuição do consumo como a compra correta com critérios socioambientais adequadas, são boas para o Senado, para Brasília, para o Brasil.

Selo ambiental é novo prêmio ao Senado — Em abril deste ano, o Senado foi reconhecido com o selo Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), concedido pelo governo federal. A Casa aderiu ao programa do Poder Executivo no fim de 2018 e precisou implantar e controlar medidas internas de sustentabilidade para receber o certificado.

O gestor do NCas, Humberto Formiga, explicou que a agenda federal existe desde 1999 e possui adesão voluntária. Em 2018, o Ministério do Meio Ambiente assumiu a responsabilidade sobre o programa e estabeleceu critérios específicos para emitir prêmios e certificados.

— Agora, temos um alinhamento maior com a agenda ambiental pelo lado do controle. Ela estabelece vários eixos e níveis de organização que fazem a gente prestar informações sobre consumo de papel, de água, gastos com combustível, enfim, várias métricas que interessam à elaboração de indicadores de sustentabilidade. Já tínhamos isso, mas sem os parâmetros de hoje — elucida Humberto.

E, por falar em controle de consumo, o de papel A4 teve uma queda expressiva entre 2019 e 2020: no ano

passado, foram consumidas 16.963 resmas. Até setembro deste ano, a quantidade utilizada foi de apenas 4.164. Segundo Humberto, a redução foi motivada pela pandemia e pela adoção do sistema de teletrabalho pela maioria dos colaboradores da Casa.

— Um dos pontos importantes é a gente mudar de patamar na governança. Temos três planos de sustentabilidade e agora começamos a mensurar esses resultados. Para nós, também é importante dar visibilidade a nosso trabalho. Não por propagan-



Feira orgânica tem o objetivo de incentivar a alimentação saudável entre os colaboradores

Ainda de acordo com o Humberto, em 2019 foram recicladas 184 toneladas de papel e, entre janeiro e agosto de 2020, mais 82 toneladas foram encaminhadas para reciclagem. Todos esses insumos são referentes ao descarte feito pela Gráfica e também aos que estão disponíveis nas caixas coletoras de madeira, disponibilizadas em áreas como os corredores das comissões. Na sequência, os materiais são enviados para a empresa Capital Recicláveis, que possui contrato com o Senado desde 2016.

MEDIDAS DE LONGA DATA

O diretor-executivo de Gestão do Senado, Marcio Tancredi, destaca que a Casa adota medidas ambientalmente corretas desde muito antes de receber o selo e que o certificado coroa a proposta sustentável já existente.

da, mas para conferir notabilidade. À medida que conseguimos aumentar nossa influência, recebemos retorno de reforço a essa iniciativa interna — pontua Tancredi.

Dentro desse contexto, vale destacar que atuação da Casa está em consonância com um critério que vem sendo adotado no universo corporativo em âmbito mundial: o ESG, que vem do inglês Environmental, Social and Governance. Em português, o termo significa “ambiental, social e governança”. Sendo assim, empresas ESG são aquelas com modelos de negócios pautados na sustentabilidade e na responsabilidade social.

CONHEÇA AS AÇÕES:

Carona solidária — Regido pelo Ato da Diretoria-Geral 22/2015 e com o intuito de incentivar o público interno a compartilhar o transporte, o Carona Solidária destina vagas para veículos ocupados por três colaboradores do Senado. Elas também podem ser utilizadas por gestantes, independentemente do período de gestação, mesmo que estejam sozinhas no carro.



Feira orgânica — Com o objetivo de promover e incentivar a alimentação saudável junto aos colaboradores da Casa, desde 2016 o Senado abriga uma feira semanal

que vende exclusivamente produtos orgânicos certificados, como hortaliças, laticínios, ovos e mel, a fim de facilitar o acesso dos servidores a produtos mais saudáveis. Desde março o atendimento está suspenso, mas antes da pandemia a unidade funcionava às terças-feiras, das 7h às 13h, nas dependências do Senado.

Desengaveta — O programa realizou, entre os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, a coleta de materiais de escritório não mais utilizados em diversas áreas da Casa. Enquanto recolhia utensílios pelos corredores, o carrinho preparado pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas) levava aos colegas uma ideia: fazer com que esses itens tivessem uma destinação social, estimular o consumo consciente, evitar compras desnecessárias e reutilizar material já existente. Os 506 itens, entre furadores, grampeadores, fitas adesivas e outros que estavam “encostados” em gabinetes, secretarias e outros setores da Casa foram destinados a escolas rurais pela Liga do Bem, grupo de colaboradores voluntários do Senado.

Compras e contratações sustentáveis — Desde 2014, o Senado utiliza critérios e práticas de sustentabilidade nos projetos básicos e termos de referência para contratações. No ano passado, o Ato da Diretoria-Geral 11/2018 listou bens e serviços (tintas gráficas, lâmpadas e outros produtos) que devem ser contratados com esses critérios. Os resultados começaram a ser percebidos já no ano seguinte. Em 2019, houve 119 licitações realizadas e, desse total, 18 foram sustentáveis. Agora, a Diretoria-Geral analisa a ampliação da lista, com a inclusão de materiais de limpeza e copos descartáveis biodegradáveis.



Iniciativa escolhe ações com base em critérios sustentáveis para compor banco



Antes da pandemia, a feira funcionava semanalmente na Casa

Num ano, gestão de energia reduziu em 90 toneladas emissão de CO₂

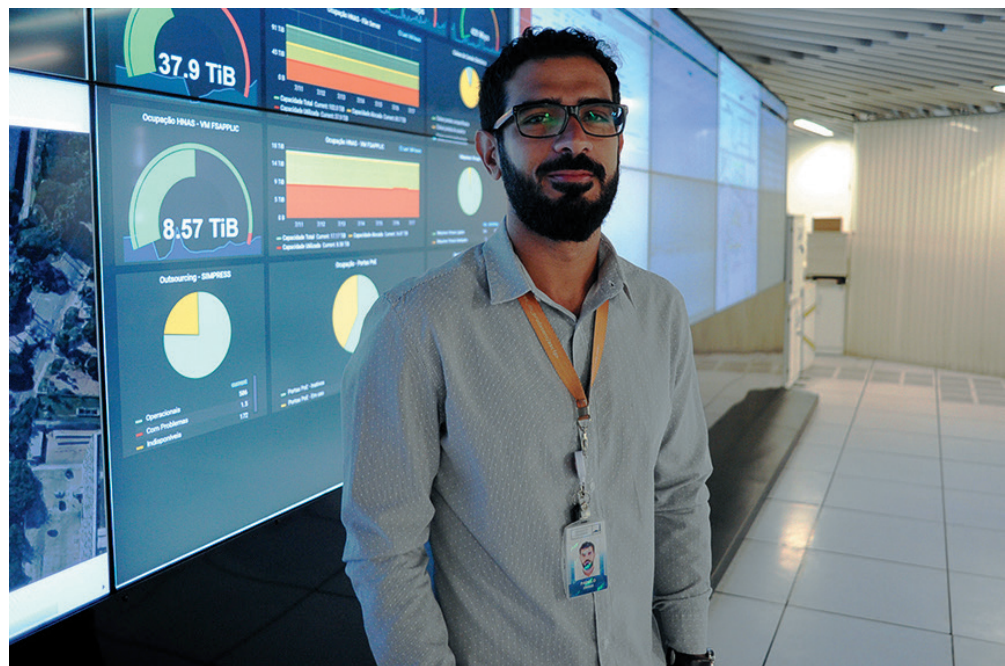
Era julho de 2019 quando uma nova política de gestão de energia nas estações de trabalho foi implementada no Senado. Na prática, isso significou que todos os terminais de computadores passaram a entrar, automaticamente, em modo de hibernação após duas horas sem utilização.

Além de evitar a emissão de 90,12 toneladas de gás carbônico ao ano, a medida garantiu outro ganho: entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020, o consumo médio de energia por computador caiu 9,62%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Já a economia anual média foi de R\$ 64.556,18 ou 129.112,35 quilowatts/hora.

A ação vinha sendo testada desde 2016 pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) nos seus próprios computadores. Diante dos bons resultados, o projeto foi estendido para as estações de trabalho do Bloco 10. Para Humberto Formiga, gestor do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAs), a eficiência no uso da energia impacta positivamente nos três eixos da sustentabilidade: os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

— Isso porque representa mais energia disponível para os setores produtivos da economia que apresentam demanda mais forte, mais áreas verdes protegidas de alagamento por hidrelétricas ou desmatamento para consumo

Jonas Araújo



Pabblo Cardelino, do Prodase, afirma que medida gera economia de energia a um custo relativamente baixo

de termelétricas, além de mais economia nos investimentos públicos e privados para geração de energia.

De acordo com Humberto, a expansão da iniciativa ficou a cargo do Prodase, com o monitoramento e as informações levantadas pelo NCAs. Ele explica ainda que a medida não foi incorporada ao Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) do biênio 2019-2021 porque começou a ser implementada como ação e não mais como projeto, porém os resultados continuam sendo monitorados em nome da boa prática da sustentabilidade.

PAUSA NA PANDEMIA

Segundo Pabblo Cardelino Ghobad, coordenador do Serviço de Apoio Administrativo da Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia de Informação, a meta de implementar a medida em outros setores não foi concluída por conta da pandemia da covid-19 e da flexibilização do acesso remoto na Casa, que ocasionou a desativação da política de economia de energia.

— Isso foi necessário, já que não é possível conectar remotamente a um computador que esteja hibernando.

Tal providência foi tomada no dia 16 de março. E isso certamente não nos permite comparar um ano com o outro diretamente.

Segundo ele, a vantagem da política é economizar energia elétrica a um custo relativamente baixo: “A rotina de trabalho praticamente não muda, exceto por eventualmente ter de aguardar uns segundos a mais para que o computador retorne da hibernação”.

ENTENDA O PROCESSO

A ação é efetivada a partir de um comando central para cada uma das estações de trabalho do Senado. “É como se o computador configurasse cada máquina para que ela hibernasse após duas horas sem utilização”, detalhou Pabblo.

Hibernar é uma funcionalidade dos computadores, em que o consumo fica similar ao da máquina desligada.

Entretanto, ao pressionar o botão de ligar/desligar, o sistema operacional é retomado como foi deixado. Ou seja, documentos, programas, sistemas e navegadores anteriormente abertos são reativados normalmente sem qualquer perda de conteúdo.

O projeto de gestão de energia nas estações de trabalho do Senado é uma iniciativa da Diretoria-Executiva de Gestão (Direg), com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e do NCas.





Rede Legislativo Sustentável enriquece troca de experiências

Um poderoso grupo envolvendo parlamentos federal, estaduais e municipais e tribunais de contas está em formação para disseminar práticas sustentáveis na administração pública. É a Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo, fruto de cooperação técnica iniciada em 2019 pelo Senado, pela Câmara dos Deputados e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Desde o final do ano passado, com a assinatura de termo aditivo pelos três órgãos, as assembleias legislativas, as câmaras municipais e os tribunais de contas estaduais e municipais também podem aderir ao programa.

E não demorou muito para a iniciativa ganhar adeptos. Dezenas de casas já se juntaram ao projeto, a exemplo da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e das câmaras de vereadores de Franca (SP) e Presidente Prudente (SP). Para a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, boas práticas de sustentabilidade devem ser compartilhadas. É uma forma, disse, de beneficiar todos os entes do Poder Legislativo.



— Ter a chance de saber o que as câmaras de vereadores e o que as assembleias legislativas estão fazendo em prol da sustentabilidade certamente nos enriquecerá de ideias e fará com que o nosso trabalho tenha bons resultados.

Segundo Humberto Formiga, gestor do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas), a experiência do Senado tem sido apresentada às casas legislativas em todo o Brasil por meio da Oficina de Elaboração de Planos de Logística Sustentáveis e eventos institucionais. Em 2019, foram

realizadas cinco oficinas, sendo duas no Estado de São Paulo, e as demais no Acre, Rio Grande do Sul e Sergipe.

Gestora do NCas na época da assinatura do termo aditivo, Karin Kässmayer acrescentou que a ampliação do número de participantes iria permitir a difusão do Plano de Gestão de Logística Sustentável, documento que define diretrizes da Casa nessa área.

— Entendemos que o Plano é um instrumento de gestão bastante efetivo para que cada órgão institua suas metas e suas ações de sustentabilidade.



Representantes do Senado, da Câmara e do TCU assinaram termo de cooperação técnica no ano passado

Para a subdiretora-geral do Fórum de Desenvolvimento do Rio, Geiza Rocha, a partir da parceria com o Senado o objetivo também é desenvolver outros projetos.

— Temos um instrumento para capacitação de funcionários, não só da Alerj, mas também de todas as câmaras de vereadores do Rio de Janeiro, em parceria com a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj), estimulando que eles acessem o site do TCU e façam esse curso. Eles precisam entender o que é essa agenda ambiental e implementar também nas câmaras.

COMO PARTICIPAR

Os interessados em saber mais sobre o assunto podem acessar o site – hospedado no portal do Congresso

Nacional. O portal ensina, entre outros conteúdos, a montar um Plano de Logística Sustentável, inclusive por meio de curso – no formato EaD (ensino a distância) – e apresenta vários exemplos de iniciativas já em execução no Legislativo, Executivo e Judiciário.



Para conhecer mais sobre a iniciativa, acesse o site <https://www.congressonacional.leg.br/rede-legislativo-sustentavel>

Órgãos que integram a Rede Legislativo Sustentável

LEGISLATIVO ESTADUAL

- Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

LEGISLATIVO MUNICIPAL

RIO DE JANEIRO

- Armação dos Búzios
- Belford Roxo
- Campos dos Goytacazes
- Carapebus
- Engenheiro Paulo de Frontin
- Japeri
- Macaé
- Mangaratiba
- Mendes
- Miguel Pereira
- Nova Friburgo
- Petrópolis
- Pirai
- Quatis
- Rio de Janeiro
- Santo Antônio de Pádua
- São João de Meriti
- Três Rios
- Vassouras

SÃO PAULO

- Câmara Municipal de Franca
- Câmara Municipal de Presidente Prudente

TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS

- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Esponjas usadas passaram a ter destinação correta no Senado

Sabe aquela esponja usada que você geralmente joga na lixeira comum em casa? Pois é, ela não é separada pelos recicladores e acaba amontoada com outros resíduos em aterro sanitário. Para evitar essa destinação nada ecológica, o Senado passou a receber as esponjas por meio de coleta realizada desde julho do ano passado.

A dica é do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas), setor que coordena ações de sustentabilidade no Senado e que fez parceria com a organização não governamental (ONG) TerraCycle, que recicla esponjas e outros materiais. A matéria-prima resultante desse processo é chamada pellet e segue para a indústria para ser beneficiada e se transformar em bancos, lixeiras e outros objetos.

Como explica a servidora Juliana Miranda, do NCas, a ação atende ao compromisso do Senado com sustentabilidade e com princípios da legislação de resíduos sólidos:

“Estamos tentando promover um ganho ambiental, tendo em vista que as esponjas, por não serem aproveitadas na reciclagem no Distrito Federal, eram simplesmente despejadas no aterro e ficavam poluindo o meio ambiente”.

CONSCIENTIZAÇÃO

Desde que foi lançada, a iniciativa incluiu ações de conscientização junto ao corpo funcional da Casa. São atividades que começaram junto às copeiras e funcionários do Serviço de Conservação



Jonas Araújo

Coletores foram distribuídos em pontos estratégicos da Casa



e Limpeza (Secoli). Todos são orientados a descartar as esponjas usadas nos coletores apropriados. Os equipamentos, que podem ser abastecidos por todos os colaboradores da Casa, foram distribuídos em pontos estratégicos: no Ecoponto localizado atrás do Bloco 10, nos Anexos 1 e 2, no Interlegis, no Prodasen, nos blocos residenciais e na Residência Oficial da Presidência.

A cada dois quilos coletados, as esponjas são empacotadas e re-

colhidas pelo centro de reciclagem. Aliás, nesse programa, a reciclagem incluiu até mesmo lixeiras antigas, que o Secoli transformou em coletores de esponjas. Até que voltem ao trabalho presencial, os colaboradores do Senado foram instruídos a guardar as esponjas usadas numa sacola. De acordo com o gestor do NCas, Humberto Formiga, assim que possível essa ação de coleta será retomada na Casa.

Doação de resíduos eletrônicos poupa meio ambiente, gera emprego e renda e estimula educação

Foram 180 quilos. Mas o número, aqui, importa menos que o alcance da iniciativa. No início do ano, o Senado, por meio do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas), entregou um contêiner lotado de resíduos eletrônicos, descartados pelos colaboradores, para a ONG Programando o Futuro, sediada no Gama (DF). A destinação correta do material livrou o solo da infiltração de agentes tóxicos, sustentou o emprego de quem monta e desmonta computadores e auxiliou o estudo de crianças e jovens em escolas da região.

Karin Käsmayer, que na época coordenava o NCas, explicou que “o material descartado é composto de chumbo, cobre, zinco, componentes que, se destinados de forma irregular, podem poluir o solo e alcançar o lençol freático. Além disso, o manuseio dos objetos descartados resulta em oportunidades de formação técnica e de emprego para jovens”. A doação à ONG é fruto de acordo de cooperação (13/2019) firmado no ano passado, voltado a boas práticas socioambientais e à melhoria da condição social de comunidades carentes.



Espaço destinado para descarte correto de resíduos eletrônicos



Objetos descartados na Casa foram encaminhados para a ONG Programando o Futuro



Vilmar Simion é o coordenador-geral da ONG Programando o Futuro

FORMAÇÃO

A Programando o Futuro tem 40 pontos de entrega voluntária (PEV) no Distrito Federal, um deles no Senado. “No ano passado, recebemos 550 toneladas, o equivalente a cinco carretas”, relatou Vilmar Simion, coordenador-geral e um dos fundadores, 20 anos atrás, da ONG. A desmontagem e a separação dos eletrônicos são feitas por uma equipe de dez pessoas, muitas delas egressas de cursos de formação realizados pela própria ONG. É o caso de Alexandre Santos, há sete anos atuando no projeto.

— Comecei aos 14 anos, estudando informática básica, e hoje tenho uma profissão que além de garantir meu sustento e de minha família é importante para preservar o meio ambiente — enfatizou.

Além de Alexandre, 27 pessoas trabalham na instituição, que atende diretamente a cerca de 300 famílias. Como explica Vilmar Simion, “em 2019, a Programando o Futuro doou 1,3 mil computadores a comunidades do Distrito Federal e de fora, como é o caso dos kalungas, moradores de Cavalcante (GO)”.

Nos últimos dois anos, as ações de coleta seletiva no Senado foram estimuladas por meio de campanhas. A pandemia de covid-19 refreou as doações de máquinas em desuso, carcaças, cabos e outro componentes. Mas a expectativa é de que os contêineres voltem a encher na medida em que retornem as atividades presenciais. O Senado possui dois pontos de entrega voluntária (PEV): um no Ecoponto, atrás da Gráfica, e o outro próximo ao prédio do Sistema Integrado de Saúde (SIS).

Carros híbridos ganham vagas e tomadas elétricas

O Brasil deve superar no ano que vem a marca dos 20 mil carros elétricos em circulação, de acordo com a Anfavea, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. É pouco mais do que 0,05% do total de carros nas ruas do país, mas, apostando nas vantagens em termos de sustentabilidade e atento ao aumento gradual desse mercado, o Senado instalou em julho do ano passado as primeiras duas tomadas para recarga das baterias em vagas exclusivas para esse tipo de veículo.

Primeiro-secretário do Senado, Sérgio Petecão (PSD-AC) afirmou no ato de inauguração das vagas que presenciava um feito histórico da Casa.

— Fala-se muito em energia alternativa, em preservação do meio ambiente, mas às vezes fica só no discurso. E o Senado precisa dar bom exemplo. Para mim, é motivo de muita alegria estar aqui — disse.

A diretora-geral, Ilana Trombka, explicou que a ação está inserida no

Antônio Pinheiro



Inauguração de vagas para carregamento de carros elétricos no Senado

Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado (PGLS) e que a ideia é incentivar o uso desse tipo de veículo entre os colaboradores da Casa.

— É um estímulo para que as pessoas estejam cientes de que, se tiverem esse tipo de veículo, podem abastecer aqui. É também uma divulgação de como é economicamente viável e uma alternativa ambientalmente correta. Essa é a primeira movimentação, e nós evoluiremos ainda mais — disse Ilana.

O motor desse tipo de automóvel funciona a partir da energia armazenada em baterias que podem ser recarregadas por meio de uma to-

mada, sem a necessidade da bomba de combustível. Com isso, os ganhos socioambientais são muitos: passam por diminuir a poluição do ar, com zero emissão de CO₂, e pela ausência de ruídos.

Quem possui um automóvel assim contabiliza uma vantagem adicional. É o caso de Thiago Rodrigues, chefe de gabinete da Primeira-Secretaria.

— Ter um carro elétrico é interessante porque você diminui drasticamente o consumo de combustível, e o abastecimento é muito mais barato. É 15% do que eu gastaria com a gasolina. Além disso, representa o nosso

Pedro França



Servidor Humberto Fonseca conta que seu carro foi um dos primeiros modelos híbridos a chegar em Brasília



Thiago Rodrigues comentou que, além da economia com gasolina, veículo representa compromisso com o meio ambiente

compromisso com o meio ambiente — afirmou Thiago.

Sobre o uso das tomadas no estacionamento, Nélvio Dal Cortivo, diretor da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), explica que “as baterias vêm sendo reformuladas para durar cada vez mais, o que tem reduzido drasticamente a necessidade de recargas”. Assim, quem roda com modelos mais antigos precisa, em geral, de mais sessões de recarga.

É o que explica Humberto Fonseca, chefe de gabinete da Liderança do MDB. Ele conta que seu carro, ano 2015, foi um dos primeiros modelos híbridos a chegar em Brasília, e, por isso, não está equipado com as baterias atuais, que têm longa autonomia. “Meu carro faz cerca de 40 quilômetros com energia elétrica. Então, com as tomadas no estacionamento eu consigo recarregar a bateria e posso voltar para casa sem usar gasolina”, explica o servidor.



No Viveiro, visitantes têm aula de educação ambiental

É evidente a surpresa de quem chega pela primeira vez à área de um hectare localizada atrás das garagens do Senado. O oxigênio invade o olfato; o verde das árvores e plantas, os olhos; e, dependendo da hora, o barulho ensurdecedor de pássaros e insetos. Estamos no Viveiro do Senado, espaço em que tudo rima com sustentabilidade, uma ilha verde em meio ao complexo urbano da Esplanada dos Ministérios.

De acordo com o servidor Érico Zorba, que trabalha no espaço, os visitantes que chegam ao local interagem com um “pequeno ecossistema urbano”. Segundo ele, a ideia é “trazer um círculo fechado unindo visitante, natureza, plantas, compostagem, prazer e educação ambiental. O paisagismo contemporâneo acredita que o jardim não serve apenas para fins estéticos, e sim para ser ocupado e usufruído”.

A cada visita, ao percorrer os jardins e os locais de compostagem, Érico vai descrevendo as propriedades paisagísticas, medicinais ou comestíveis de plantas, frutas e raízes de todas as regiões do país que compõem o memorial botânico do espaço. Tem o melão-croá, dos estados do Sul, da Argentina e do Uruguai; tem a flor aristolochia, com cheiro de chá, que é encontrada do Rio Grande do Sul até a Bahia; tem a folha salsa-do-paredão, comum no Mato Grosso e no Amazonas; e muito mais.

Entre as atividades promovidas pelo Viveiro no ano passado, estão os chamados “tours etnobotânicos”, que são visitas guiadas pelo espaço. Em



No espaço, também acontecem oficinas de educação ambiental. Na foto, crianças aprendem sobre plantio durante visita ao local

junho, servidores do Ministério Público visitaram o local para conhecer melhor o sistema implantado no Senado e, assim, aperfeiçoar o projeto de construção de um jardim no órgão. Na ocasião, Érico transmitiu ao grupo informações sobre aspectos medicinais, comestíveis, culturais e lendários das relações entre povos e plantas, além de temas como eurocentrismo e meio ambiente.

— O Planeta Terra pratica sustentabilidade há 4,5 bilhões de anos, e a gente tem que estudar a história da terra para entender o que aconteceu — lembrou Érico.

Após o tour, os participantes da atividade elogiaram a experiência e

a atuação do Senado: “Entendo que órgãos como o Ministério Público, que têm obrigação legal de zelar pela garantia dos direitos das pessoas, e o Senado passam a dar bons exemplos quando empregam recursos para aprimorar a convivência, o paisagismo e o meio ambiente”, elogiou Emília Monteiro, assessora de Sustentabilidade da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

Outro participante foi Eduardo Coelho, chefe da segurança da Procuradoria da República no DF, que destacou o suporte que a instituição tem recebido do Núcleo de Coordenação de

Ações Socioambientais (NCas), unidade responsável pelo Viveiro.

— Estão nos ajudando muito com a doação de mudas e com um projeto paisagístico feito pelo Érico, que ficou muito bom — disse.

Aula de sustentabilidade — À sombra de uma frondosa mangueira de mais de 40 anos, alunos do ensino médio receberam, em 2019, lições de agroecologia, botânica e desenvolvimento sustentável no Viveiro. A atividade fez parte de um plano de educação ambiental desenvolvido pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas), em parceria com o Centro de Ensino Médio Paulo Freire, da 610 Norte, em Brasília.

O plano englobou inicialmente dois projetos. No primeiro, intitulado “Plantas Nativas do Cerrado”, ocorreram três encontros presenciais no Viveiro. Já no segundo foi desenvolvido o “Ecopaisagem urbana”, que engloba integração dos agroecossistemas (ecossistema com presença de pelo menos uma população agrícola) na paisagem das cidades.

A aula inaugural, “Biodiversidade do Cerrado”, foi ministrada por Bárbara de Gaia, estagiária do Viveiro e professora de biologia. Ela percorreu sobre a flora e a fauna do Cerrado e como as intervenções do ser humano geram consequências para o meio ambiente, citando o uso intensivo de agrotóxicos em lavouras.

— É uma grande oportunidade de usar o espaço do Viveiro para proporcionar uma experiência de interação do aluno com a natureza — explicou Bárbara, autora do plano de educação ambiental acolhido pelo NCas.

Na oportunidade, os estudantes também fizeram o tour etnobotânico conduzido por Érico Zorba.

— Nossa proposta é percorrer os jardins, mostrar as plantas e como elas interagem historicamente com a humanidade — disse.

Na caminhada, como de costume, ele identificou as plantas com um breve histórico, em uma abordagem que apresentou aspectos medicinais, comestíveis e culturais das relações entre povos e plantas. Os alunos fizeram diversas perguntas, demonstrando vivo interesse.

— Tinha muita curiosidade sobre assuntos como ecologia e floresta e estou gostando muito do que estou aprendendo hoje — disse Hélio Júnior, aluno do 1º ano do ensino médio.

Ao todo, 16 estudantes do Paulo Freire participaram da visita, que foi organizada pelo professor Renato Rocha.

— Gosto muito de biologia e por isso sempre procuro promover atividades que atraiam os jovens para a educação ambiental — afirmou Renato, que organizou um mutirão na escola para o plantio de cinco canteiros de mudas nativas.

O ESPAÇO

Em funcionamento desde 2012, é do Viveiro que saem mudas para os jardins da Casa, arranjos e vasos para espaços internos. Ali também são produzidos em média por mês 10 m² de mudas para forração, 500 kg de composto de qualidade e cerca de 18 arranjos e vasos para áreas internas. Também é o local de compostagem de resíduos orgânicos e onde são realizadas oficinas de educação ambiental.

Lidar com a natureza pode ser transformador



Se o assunto é a importância de rever nossa relação com o planeta, não podemos deixar de citar uma importante ação da DGer durante a pandemia: o Educa Viveiro, uma série de videoaulas produzidas pelo servidor Érico Zorba. Em cada edição, Érico mostra como criar horta em pequenos espaços, como fazer compostagem, além de dicas sobre agricultura urbana, infraestrutura verde e outros temas relacionados à responsabilidade socioambiental. Para ele, uma oportunidade rica para espalhar consciência ambiental entre formadores de opinião.

— Minha intenção foi realizar vídeos mais profundos. O primeiro foi sobre preparar o solo para fazer hortas em casa, a partir dos outros eu comecei a falar mais sobre relação do ser humano com a natureza. Que é algo que eu acredito: o ser humano junto com a natureza e não um superior ao outro. Não pode haver sustentabilidade enquanto as pessoas viverem em condições indignas. A sociedade é parte da natureza — sustenta Érico.



O Viveiro produz mudas para os jardins da Casa e arranjos e vasos para espaços internos. Também faz compostagem de resíduos orgânicos



Érico Zorba é responsável pelo espaço



Capítulo 9

Compromisso com a acessibilidade

Espaços físicos mais acessíveis a colaboradores, parlamentares e visitantes



Um dos locais que passou por adaptações físicas foi o Plenário da Casa

Nos últimos dois anos, a adaptação da estrutura física do Senado às normas de acessibilidade para pessoas com deficiência foi um dos focos da gestão. No início do ano passado, o desafio era considerável: criar até a posse dos senadores, em 1º de feve-

reiro, condições para que qualquer pessoa com deficiência tivesse amplo acesso às dependências da Casa. As mudanças, que ocorreram em espaços como as tribunas e comissões, fazem parte do Plano de Acessibilidade do Senado e beneficiaram colaboradores e

parlamentares, como a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP).

E a meta foi cumprida com êxito. No Plenário, por exemplo, foi construída uma rampa de acesso a uma das tribunas, de forma que qualquer parlamentar com limitações possa fa-

zer pronunciamentos, explicou Joelmo de Andrade Borges, que na ocasião ocupava a função de diretor da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra).

— Foi necessário fazer um tipo de intervenção que não causasse muito impacto visual, pois o edifício do Congresso é uma área tombada. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inclusive, teve de se manifestar sobre a reforma.

O trabalho foi além de simplesmente substituir a escada que leva à tribuna por uma rampa, pois é preciso garantir inclinação adequada para o cadeirante, conforme regras definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Uma estrutura metálica de aproximadamente sete metros também foi construída pela equipe de serralheiros e marceneiros.

Para o atual diretor da Sinfra, Nelvio Dal Cortivo, as intervenções são fundamentais para a inclusão social e para a facilitação de acessos às pessoas com deficiência. Por isso, segundo ele, “a unidade vem trabalhando em sintonia com as orientações da Casa, em um processo de melhoria contínua no que se refere a obras e equipamentos que melhorem a acessibilidade aos nossos diversos ambientes”.

Na opinião de Mara Gabrilli, as mudanças “têm um significado tão grande! Demonstram que, na verdade, quem tem deficiência são as cidades, que não foram preparadas para receber todo tipo de pessoa. E quando a gente promove a possibilidade de alguém chegar a um lugar a que antes não chegaria, na minha condição, estamos mostrando para o povo brasileiro que a gente tem preocupação, que estamos nos referindo a 45 milhões de brasileiros através de mim”.

Para o chefe de gabinete do senador Flávio Arns, Aires Pereira Das Neves Junior, que tem deficiência física, o Senado Federal tem feito importantes progressos na área da acessibilidade



Senadora Mara Gabrilli afirmou que mudanças possuem grande significado

nos últimos anos, sempre buscando tornar “a Casa mais acessível e acolhedora às pessoas com deficiência que trabalham ou que circulam na instituição”.

— Trata-se de um complexo arquitetônico abrangente e, em muitas localidades, tombado pelo patrimônio histórico e artístico nacional. Isso torna cada intervenção de engenharia um desafio a ser superado. É simbólico que a Mesa do Plenário seja, hoje, plenamente acessível, pois cada senador ou senadora representa milhões de cidadãos brasileiros, com e sem deficiência, todos eles detentores de direitos em igualdade de condições — argumentou.

O QUE MUDOU NA PRÁTICA?

No Plenário, no lugar destinado à senadora Mara Gabrilli, a cadeira fixa foi retirada, para que ela possa ter acesso à bancada com a cadeira de rodas. Uma estrutura de madeira foi colocada para acomodar, em uma altura confortável para a operação, o laptop que permite a votação por movimento de cabeça, como ela já fazia na Câmara dos Deputados. Além disso, a senadora pode optar por votar com a ajuda de um assessor ou pelo posto de

votação, igual ao usado pelos demais senadores, que permite a identificação por impressão digital e por senha.

Na votação adaptada, a parlamentar tem total autonomia e não precisa de assistência para se identificar e votar. Dois softwares, associados a uma webcam (câmera no computador), permitem mexer o cursor do mouse com movimentos de cabeça. Em um deles, a confirmação é feita por uma mudança na expressão facial. No outro, a permanência do cursor na opção desejada por determinado tempo faz com que ela seja selecionada.

COMISSÕES

Em várias comissões, as obras que estavam previstas no Plano de Acessibilidade já foram finalizadas. Em todas elas, há uma bancada adaptada para que qualquer parlamentar com deficiência possa utilizá-la sentado em sua cadeira de rodas.

— Tivemos de fazer alguns recortes na estrutura da bancada. A solução é reversível. Se necessário, a gente consegue restabelecer a condição original do mobiliário — explicou Ronildo Pires de Almeida Júnior, coordenador de Projetos e Reformas, da Sinfra.



Gabriel Matos

Em cada comissão foi construída uma rampa para facilitar o acesso à bancada da Mesa

Em cada colegiado foi construída uma rampa para facilitar o acesso à bancada da Mesa. A Sinfra aproveitou e também construiu uma rampa na área das comissões destinada ao público externo, de acordo com Ronildo. A iniciativa, ressalta o coordenador de Projetos e Reformas, beneficia, além de cadeirantes, pessoas com deficiência visual.

Outra demanda concluída foi a de deixar os corredores aptos para a passagem com cadeira de rodas, diz Ronildo. Ele ressalta que, ao garantir a autonomia e acessibilidade da senadora aos espaços de participação política, a Casa também está apta a receber outros parlamentares com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ainda em 2019, foi instalado um banheiro acessível na Ala Alexandre Costa e houve adequações voltadas à acessibilidade na portaria do Anexo 1. Além disso, foram feitas intervenções no gabinete da senadora Mara Gabrielli.

AÇÕES

O Plano de Acessibilidade é o atual instrumento de gestão adotado pelo Senado Federal na implementação

de ações relacionadas à promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Adotada em 2016, a primeira versão do Plano foi construída de forma conjunta com diversos setores da Casa e com colaboradores com deficiência. Desde sua publicação, os objetivos têm sido monitorados por um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes das áreas internas envolvidas e por representantes dos servidores com deficiência. Para conhecer todas as versões e evoluções do documento, acesse a página de Responsabilidade Social da Casa.

Na avaliação da servidora Francis Lobo, que faz parte da equipe do Senado Inclusivo, a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas é fundamental para promover acessibilidade para pessoas com deficiência física. Segundo ela, houve muitos avanços nos últimos dois anos.

— Todas as ações, das mais simples às mais complexas, foram fundamentais para promoção de acessibilidade — concluiu.



O Senado lançou uma página na internet que reúne as iniciativas da Casa na área de responsabilidade social

Senado fortalece cooperação entre órgãos por acessibilidade e inclusão

Um acordo fechado há cerca de três anos entre órgãos do Poder Público vem sendo mais e mais pavimentado. O objetivo? Desobstruir cidadania, fazendo com que essas casas sejam acessíveis e inclusivas. O mais recente degrau trilhado foi a assinatura, no ano passado, de um termo aditivo que permite a outros órgãos

públicos participarem do Acordo de Cooperação Técnica chamado Rede Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Com isso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se juntou às instituições fundadoras do Acordo: Senado Federal, Câmara dos Deputados (CD), Supremo Tribunal Federal (STF), Superior

Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). De acordo com a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, foi mais um passo na direção da sonhada cidadania para todos:

— O Senado já trabalha com o Plano de Acessibilidade desde 2016, um instrumento de gestão que tem como objetivo promover o ingresso de qualquer pessoa em todas as áreas da Casa. Temos que estar cientes, porém, que a acessibilidade não tem a ver apenas com a estrutura física, mas também com barreiras atitudinais, comunicacionais e tecnológicas — ressaltou a diretora.

AÇÕES CONTINUAM

Humberto Formiga, gestor do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas), explica que, por meio do acordo, a Casa continua participando das reuniões e dos trabalhos da Rede de Acessibilidade. Em setembro do ano passado, afirma, foi realizado evento promovido pela Rede: o I Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão (ENAI), no STJ.

— Na ocasião, lançamos a publicação: Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas, (com o QRCode, você pode acessar esse documento) que é composto por um guia para auxiliar os gestores públicos



Acordo tem objetivo de tornar órgãos cada vez mais acessíveis



Estrutura física da Casa está cada vez mais preparada para receber pessoas com deficiência

a implementar ações desse tipo e por um instrumento de autoavaliação de acessibilidade. Além disso, temos trocado experiências sobre diversos assuntos, como contratações de recursos de acessibilidade, lives acessíveis e gestão — disse.

Para o futuro, Humberto explica que a atenção está voltada para a finalização do Regimento Interno da Rede, que garantirá a possibilidade de adesão de outras instituições. O gestor ressalta ainda que o compartilhamento de experiências tem sido fundamental para o planejamento das ações.

— Na fase de planejamento, entramos em contato com os demais órgãos e vemos qual tem sido a experiência de cada um, os erros e os acertos que eles tiveram em determinado assunto. Assim, já iniciamos nossos projetos com muito mais conhecimento, sabendo o que devemos e o que não devemos fazer.



Encontro debateu desafios para implementação da legislação



Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas.

Bibliografia pela inclusão

Na Casa, há 213 colaboradores com algum tipo de deficiência. O quantitativo leva em conta os servidores efetivos, comissionados, funcionários terceirizados, estagiários e menores aprendizes. Com o intuito de compreender e fortalecer a inclusão desse grupo, a Biblioteca do Senado disponibilizou, em outubro, o “Boletim de bibliografias selecionadas, volume IV, pessoas com deficiência: Valorização social”.

A seleção de livros do acervo da Biblioteca tem como objetivo incentivar a leitura e o conhecimento dos direitos, necessidades e realizações dessa parcela da população.

Segundo a coordenadora da Biblioteca, Patrícia Coelho, o com-

partilhamento desse tipo de conteúdo possibilita “a valorização desses indivíduos e da diversidade humana em sua multiplicidade de características, experiências de vida, visões de mundo e habilidades”.



A bibliografia completa está disponível no link. Consulte outras obras no catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI).

Usuários aprovam primeira versão acessível da Constituição na internet



No início deste ano, a Constituição ficou bem mais acessível e intuitiva para pessoas com diferentes graus de deficiência visual, auditiva e também dislexia. Trata-se da Constituição Transparente, publicada pela Secretaria de Transparência (STrans) no site do Senado. De fevereiro para cá, mais de 11 mil internautas acessaram o material. Desse total, pelo menos 93% dos usuários classificaram a página como cinco estrelas.

Guilherme Brandão, da Secretaria de Transparência, detalha que o texto constitucional adaptado está com leiaute mais claro e possui ferramen-

tas avançadas de acessibilidade, como contraste de imagem na tela, opções de aumentar ou diminuir a fonte, que também pode ser lida com ou sem serifa, além da adoção de ferramenta que ajuda disléxicos na leitura de letras maiúsculas e minúsculas.

O conteúdo ainda está disponível em Libras; e a legislação, em áudio. Como explica o servidor, a intenção é que o usuário “tenha a experiência mais satisfatória possível dentro do portal”. E a resposta inicial não poderia ser melhor.

Na página, foram registrados cerca de 50 comentários e contabili-

zadas 257 avaliações, fruto de uma pesquisa voluntária disponibilizada no portal. Entre os comentários deixados pelos internautas, estão: “Muito bom a CF/88 [Constituição Federal] nesse formato para leitura, estou amando, obrigada por disponibilizar”, “Excelente projeto. Agradável, útil e funcional” e “Deixo minha gratidão por disponibilizarem essas matérias. Acessibilidade e transparência são imprescindíveis para o fomento da cidadania”.

IMPORTÂNCIA

Guilherme ressalta que a Constituição é o principal produto que o Congresso Nacional oferece aos cidadãos e, sendo a legislação mais importante do Brasil, precisava estar ao alcance de todos.

— A Constituição Transparente inova ao incorporar o olhar da acessibilidade para transparência pública. Quando pensamos em divulgação de informações públicas não é costume assegurar seu acesso à parcela da população que possui deficiência. E a Constituição Federal, o documento mais importante da cidadania, é ideal para essa nova abordagem. Ficamos felizes em verificar que a ideia foi bem aceita e teve um altíssimo número de avaliações positivas.

O gestor ressalta ainda que a STrans trabalha em outras frentes, como a atualização de conteúdo do portal da transparência e os diversos sistemas internos utilizados na Casa. A intenção para os próximos anos é que os recursos de acessibilidade estejam disponíveis para as demais legislações.

AÇÕES VÃO ALÉM

Segundo Francis Lobo, que faz parte da equipe do Senado Inclusive, unidade vinculada ao Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas), nos últimos dois anos outras iniciativas do campo de acessibilidade da informação foram colocadas em prática, como a inserção do VLibras embarcado na página do Senado e audiodescrição na TV Senado. O VLibras é um aplicativo desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba para ajudar na comunicação dos surdos.

— Atualmente, cerca de 80% das páginas são acessíveis — conclui a servidora.

Para o futuro, afirma Francis, estão previstos estudos para aquisi-



Guilherme Brandão destaca que publicação está com leiaute mais claro e com ferramentas de acessibilidade



Francis Lobo, do Senado Inclusive, comenta que 80% das páginas do Senado já são acessíveis

ção, para a Biblioteca, de recursos de tecnologia assistiva, nome dado a um conjunto de serviços que proporcionam ou ampliam habilidades funcionais de pessoas com deficiência. Além disso, também haverá a contratação de interpretação em Libras para a TV Senado, a instalação de aro magnético nas portas e auditórios da Casa e a capacitação de colaboradores para elaboração de textos alternativos acessíveis.

— Muitas vezes, quando falamos em acessibilidade, fazemos uma associação direta com questões relacionadas ao acesso aos ambientes físicos, como rampas, elevadores. Com certeza, são pontos muito importantes para a inclusão. No entanto, não podemos esquecer que existem barreiras nas comunicações, que impedem que pessoas com deficiência auditiva ou visual, por exemplo, tenham acesso à informação.



Capítulo 10

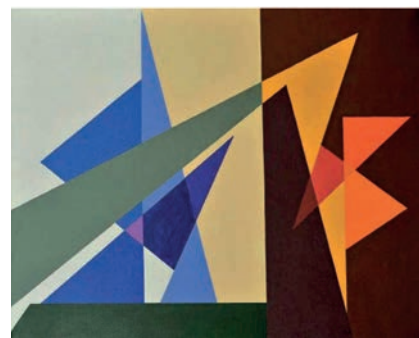
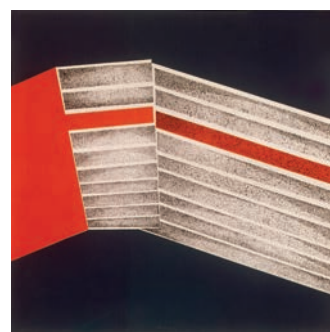
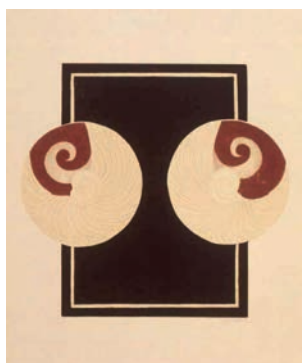
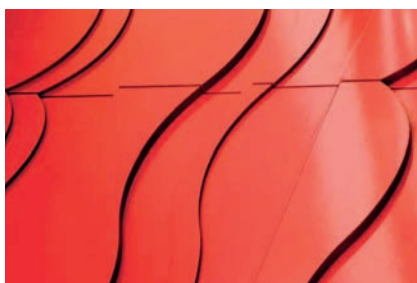
Compromisso com a memória

Museu do Senado: trinta anos serão comemorados em grande estilo

Prestes a completar 30 anos de existência, o Museu do Senado reúne um acervo estimado em três mil peças. O espaço foi criado em 1991 para preservar o mobiliário que veio do Rio de Janeiro, onde a Casa funcionou no Palácio Monroe entre 1925 e 1960. A construção foi demolida em 1976. Mesas, cadeiras, lustres e vários outros itens de designers contratados para mobiliar o Palácio do Congresso Nacional estavam se misturando a peças comuns e precisavam receber um tratamento diferenciado.

Uma parte, cerca de 500 itens, está em exposição no Salão Nobre, onde o Museu recebe visitantes. Vale lembrar que a visitação presencial está suspensa, desde março, por conta das medidas de contenção à covid-19. Outra parte decora os corredores e salões, secretarias e ambientes administrativos, gabinetes e residências oficiais. E algumas peças se encontram na Reserva Técnica, guardadas para exposições, disponíveis para empréstimos ou passando por ações de conservação e restauração.

Em fevereiro deste ano, por exemplo, peças de artistas renomados foram restauradas e integraram uma exposição na Casa. Intitulada *Conservação: obras de arte do Senado Federal*, a mostra exibiu obras de arte da autoria de 18 artistas, principalmente gravuras, que são patrimônio da Casa, mas que



o público em geral não costuma ter acesso.

Fayga Ostrayer, Tomie Ohtake, Maria Bonomi, Emanuel Araújo, Renina Katz, Pericles Rocha e Edith Behring são alguns dos artistas que tiveram obras expostas. Para essa exibição, foram selecionadas 27 das 67 obras de arte que fazem parte do projeto de preservação do patrimônio da casa.

Para preparar as peças para a mostra, o primeiro passo foi avaliar os itens que estavam em molduras antigas. A análise foi feita pela equipe composta por museólogos, historia-

dores e restauradores. Feito isso, foi realizado um diagnóstico sobre essas peças, a fim de verificar se havia avarias ou necessidade de restauração. Por fim, os objetos passaram pela etapa de higienização e foram colocados em novas molduras com materiais apropriados.

ANIVERSÁRIO

Os planos para celebrar as três décadas de fundação eram muitos, mas com a chegada da pandemia muitos deles precisaram ser reformulados,



Criado em 1991 para preservar o mobiliário que veio do Rio de Janeiro, Museu reúne acervo estimado em três mil peças

como explica o coordenador da unidade, Alan Silva.

— Exposições físicas foram adiadas e, para a maior parte da equipe, o trabalho presencial deu lugar ao *home office*. As atividades presenciais foram afetadas enquanto as atividades intelectuais foram aprimoradas.

De acordo com Alan, os impactos da pandemia geraram “dissabores”, mas também proporcionaram oportunidades, como a mostra virtual que dissecou o período que vai da Independência, em 1822, até a proclamação da República, em 1889. Ao longo da narrativa os visitantes encontram dicas de livros que podem ser baixados gratuitamente da Livraria do Senado, além de minuciosas referências para as fontes utilizadas na exposição — praticamente todas elas, disponíveis na Biblioteca e no Arquivo do Senado.

Ao todo, cerca de três mil pessoas visitaram a página da exposição em busca de imagens e outras referências sobre esse período nacional. E ao menos 2,3 mil foram impactadas até o momento por diferentes publicações sobre o assunto, como as feitas pelas páginas dos veículos da Casa. Ou seja, são mais de cinco mil cidadãos alcançados pelo projeto.

— Estamos trabalhando em outras duas; e traçamos um novo planejamento estratégico, com metas, atividades e objetivos adaptados à nova

realidade, em processo apoiado pelo Escritório Setorial de Gestão da SGIdoc [Secretaria de Gestão de Informação e Documentação]. Tudo isso tende a dar feição inteiramente nova ao Museu do Senado, adaptando-o aos novos tempos — acredita Alan.

2021 DE METAS

Entre as perspectivas para o ano que se inicia está a total digitalização do acervo permanente do setor. Tarefa prioritária, assegura Alan: “Pretendemos concluir ou pelo menos avançar muito nesse processo, transformando isso em exposição também perma-

nente, com amplo uso de recursos interativos”.

Outra atividade presente nos planos da equipe é a realização de encontros *online* com professores e alunos de educação básica para discutir temas ligados às exposições e às demais iniciativas do Museu. Segundo Alan, “lives, webinars ou visitas virtuais estão entre as possibilidades em análise”.

E as novidades não param por aí: haverá uma exposição de um dos grandes nomes das artes plásticas brasileiras do século XX: Fayga Ostrower. A artista deixou um legado de valor amplamente reconhecido e parte dessa produção foi recentemente doada ao Senado. Ao todo, são 26 gravuras, que



Edilson Rodrigues

Alan Silva é o coordenador do setor

se juntarão ao acervo já existente na Casa, assinadas pela mesma artista.

Na lista diversificada de planos, tem espaço também para a criação de

uma nova página do Museu. A ideia é que a reformulação tenha depoimentos em vídeo de artistas, servidores e também de senadores que tiveram papel

importante na criação e no desenvolvimento do Museu do Senado.

Três décadas armazenando obras de valor histórico e cultural



Pescadores, de Di Cavalcanti

O Acervo do Museu é composto por quadros, painéis, gravuras, tapeçarias e esculturas. No geral, são obras assinadas por artistas nacionais e estrangeiros com significativa importância no segmento. Entre as peças que fazem parte do acervo da Casa estão os painéis de Athos Bulcão, localizados no Salão Negro do Congresso Nacional, passando pelos azulejos dos jardins internos e fechando com o painel de blocos vermelhos do Salão Nobre. Também há quadros e tapeçarias de autoria de Roberto Burle Marx, que estão na Presidência do Senado e no Salão

Negro. A tela *Pescadores*, de autoria de Di Cavalcanti, é outro item que compõe o acervo do Senado. O artista (1887-1976) nasceu e morreu no Rio de Janeiro, foi pintor, caricaturista, ilustrador, gravador, desenhista, muralista, jornalista, escritor e cenógrafo.

O trabalho *Sertaneja do Maranhão*, de Djanira Motta e Silva, é outro item de grande relevância armazenado na Casa. A artista nasceu em 1914, no município de Avaré (SP). Descendente de imigrantes austríacos e de indígenas, foi pintora, desenhista, cartazista, gravadora, cenógrafa



Sertaneja do Maranhão, de Djanira Motta e Silva

e ilustradora. Quando morreu, em 1979, no Rio de Janeiro, já era considerada uma das principais artistas plásticas do país.



Acervo do Museu do Senado

Palestra, exposição e oficina lembraram os 110 anos de Burle Marx



Bernadete Alves

Jardins de Burle Marx no Ministério da Justiça

A passagem dos 110 anos de nascimento de Roberto Burle Marx, em agosto de 2019, mereceu diversos eventos no Senado Federal, uma das casas que guardam obras do artista multifacetado — paisagista, escultor, pintor e explorador botânico —, re-

conhecido no mundo todo pela rica produção no campo das artes visuais.

E foi com a exposição *O Legado de Burle Marx: A revolução do paisagismo* que o Senado abriu a série de homenagens. O público que frequenta a instituição foi brindado com obras de diferentes áreas, do paisagismo à

litogravura, além de filmes e fotos do artista. A mostra foi uma parceria entre o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas) e a Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDoc), uma cooperação muito produtiva, como acentuou a coordenadora da Biblioteca, Patrícia Coelho:

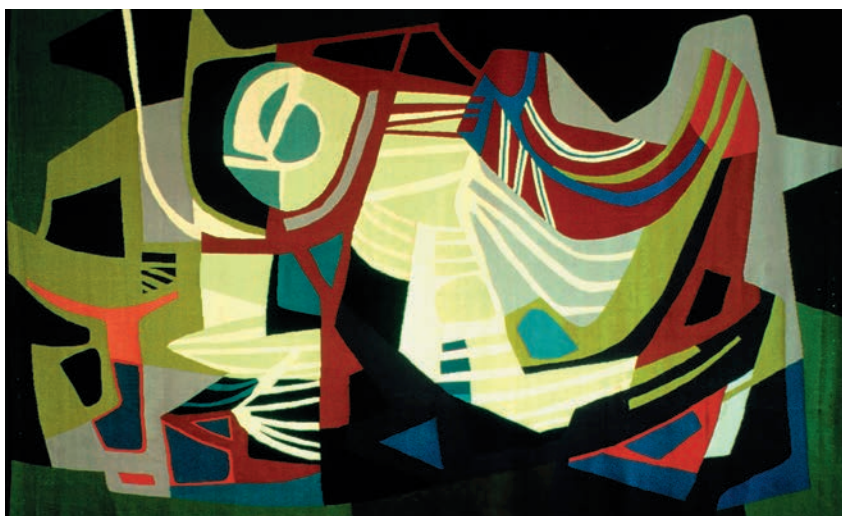
— A mostra foi uma forma de reconhecer a importância do artista e de difundir suas obras a partir de peças e obras que integram o acervo do Senado. O saldo foi muito positivo. O empenho dos envolvidos resultou em um evento rico em conteúdo e significativo no que diz respeito ao esforço de preservar e valorizar a cultura nacional.

Em outra frente, uma oficina de fotografia inclusiva focou os jardins do Itamaraty, do Tribunal de Contas da União (TCU), a Praça dos Cristais e a Quadra 308 Sul, projetados pelo paisagista. Os servidores João Rios e Claudio Cunha foram os instrutores do workshop. “Tratei da parte estética dos jardins de Burle Marx e técnicas básicas de fotografia. O Cláudio trouxe a história pessoal e profissional de Burle Marx”, relatou João. As fotos ficaram expostas na intranet e receberam votos dos colaboradores. As de Aline dos Santos, do gabinete do senador Esperidião Amin, ficaram entre as mais votadas.

— Fotografia, para mim, sempre foi uma paixão, mas como ultimamente meu tempo está bastante exíguo, tinha deixado de lado esse hobby. A oficina foi uma oportunidade de voltar a fotografar. Foi ainda mais especial por ser inclusiva. Todos os participantes são maravilhosos e foi muito legal compartilhar com eles essa experiência — comemorou Aline.

PALESTRAS

Com o tema *O legado de Burle Marx: A revolução do paisagismo*, professores, especialistas em patrimônio cultural falaram ao público no Senado da trajetória do polivalente artista. O paisagista argentino Raul Cãnovas lembrou a importância de Burle Marx, que elevou o nome do Brasil no mundo todo em razão de seus projetos paisagísticos, a ponto de ser considerado um dos maiores nomes da história. Cãnovas conheceu Roberto Burle Marx em 1964,



Tapeçaria, de Burle Marx



Foto Bernadete Alves

Trabalho paisagista de Burle Marx no Salão Verde da Câmara dos Deputados

quando tinha 24 anos e morava em Buenos Aires. Já no primeiro encontro, chegou à conclusão de que ele era “iluminado”. Um dos ensinamentos de Burle Marx, disse, é que, em um projeto de paisagismo, deve-se primeiro pensar na planta e, só depois, na arquitetura.

— Se você tem de sintetizar em uma única palavra a obra dele, você fala ‘alegria’. Não é possível falar a mesma coisa de outros paisagistas. E quem era o cliente de Roberto? O mundo. Por isso, a transcendência dele em todo o planeta — acentuou Raul Cãnovas, para quem o Senado Federal cumpre papel extremamente importan-

te ao divulgar e valorizar nomes como o de Burle Marx, “pois cada vez mais a educação, o conhecimento e a produção acadêmica enfrentam obstáculos para chegar ao público”.

Já Andrey Rosenthal Schlee, então diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), lembrou da mistura original de paisagismo e arte concebida por Burle Marx:

— Ele ficou conhecido por ter incorporado à jardinagem conceitos da arte moderna e levantar preocupações ecológicas e sociais em seus projetos paisagísticos — informou Andrey.

“Arquivo S”: iniciativa populariza acesso a informações históricas do país

Há seis anos, nascia um projeto de grande relevância para o Senado: o *Arquivo S*, uma iniciativa que busca popularizar e facilitar o acesso a informações históricas do país. As reportagens, publicadas mensalmente no portal Senado Notícias, trazem conteúdos e curiosidade relevantes sobre acontecimentos do passado, sempre a partir do ponto de vista do Parlamento.

Ao fim de cada ano, as reportagens são compiladas num livro. Em junho de 2019, a coleção ganhou o quarto volume, que trouxe curiosidades como a revogação da pena de morte no Brasil. O livro reuniu 15 matérias publicadas em 2018 e baseadas em documentos do Arquivo da Casa. A série ganhou ainda exposição, em junho, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima.

Por conta da pandemia provocada pelo novo coronavírus, o cronograma de produção do quinto volume foi alterado, explica Silvio Burle, coordenador-geral da Agência Senado. “A impressão e o lançamento do livro serão no próximo ano, em data a ser definida”.

As versões on-line podem ser baixadas gratuitamente no site da Biblioteca do Senado. Durante o lançamento do quarto livro, Ricardo Westin, autor da maior parte das reportagens, explicou como se dá a parceria em torno desse trabalho:

— Enquanto o Arquivo do Senado participa fornecendo a matéria-pri-



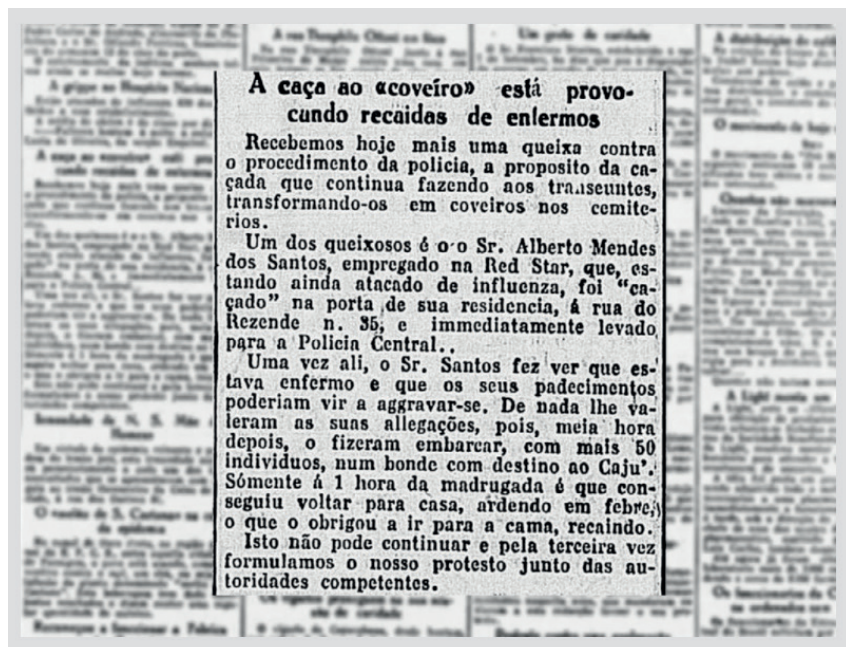
Com seis anos de existência, reportagens trazem conteúdos relevantes sobre acontecimentos do passado

ma, que são documentos históricos, a Secretaria de Comunicação do Senado coopera transformando esse material bruto em reportagens didáticas que, pelo Portal Senado Notícias, podem ser lidas em qualquer lugar do Brasil e do mundo. Me sinto muito feliz por participar de um projeto tão importante, que ajuda a mostrar aos cidadãos a história do nosso país.

De acordo com Westin, do ano passado até hoje, as reportagens da coluna trataram de questões como a Lei da Anistia, os planos do Império de substituir os escravos negros por trabalhadores baratos chineses, as *fake news* que atrapalharam as campanhas

de vacinação no Império, a tentativa de golpe contra JK em 1959, os 40 anos da morte do senador Petrônio Portella, a evolução do sistema de votação no Plenário do Senado e o negacionismo nas epidemias de febre amarela no Império.

— Escolhemos os temas das reportagens por meio de dois critérios jornalísticos. O primeiro é o momento presente. Procuramos algum tema que atualmente esteja em discussão no Parlamento e na sociedade e verificamos como essa mesma questão foi tratada no passado. Quando o Senado decidiu adotar votações remotas por causa da pandemia, por exemplo, o *Arquivo S*



Matérias publicadas trataram de temas como a Lei da Anistia e o negacionismo da febre amarela no Império

mostrou como o sistema de deliberação do Senado se modificou ao longo dos anos, incluindo as cédulas de papel depositadas em urnas de prata no Império e o painel eletrônico adotado na década de 1970 — explicou.

Outro exemplo, de acordo com o jornalista, foi a matéria suscitada pelos debates em torno do racismo após o assassinato do americano George Floyd. Na ocasião, o *Arquivo S* mos-

trou como o Brasil criou a sua primeira lei contra a discriminação racial, a Lei Afonso Arinos, de 1951. Já o segundo critério adotado é a efeméride, conforme detalha Westin.

— Quando algum evento histórico importante faz aniversário, mostramos como ele foi visto pelo Senado da época. Em 2018, o *Arquivo S* tratou da pandemia de gripe espanhola, que completou 100 anos. Quando Brasília

completou 60 anos, há poucos meses, mostramos os diversos planos, desde os tempos de D. João VI, de transferência da capital do Rio de Janeiro para o centro do território nacional.

A seleção dos assuntos abordados vai além dos clássicos da história. Há, por exemplo, textos que tratam da vida cotidiana, como os embates em torno da Lei do Divórcio, em 1977, e outros que resgatam a raiz de questões que estão em pauta hoje, como o surgimento da Previdência Social, em 1923.

PRODUÇÃO EM TEMPOS DE TELETRABALHO

O sistema de trabalho remoto, adotado pela maioria dos colaboradores da Casa a fim de conter a proliferação da covid-19, trouxe algumas mudanças na produção da coluna. A primeira delas é que o podcast ficou suspenso, já que se restringiu o acesso aos estúdios da Rádio Senado em razão da pandemia. Em relação às reportagens escritas, “o contato com os colegas que participam da elaboração dos materiais — desde os que cuidam das fotografias, dos vídeos, dos infográficos e da montagem das páginas eletrônicas até os que fazem a pesquisa no Arquivo do Senado — deixou de ser cara a cara e passou a ser por e-mail, telefone ou videoconferência”.

— As entrevistas com os historiadores também passaram a ser exclusivamente remotas. Nada disso, contudo, prejudica o resultado final das reportagens. O trabalho virtual não chegou a afetar a escolha dos temas.

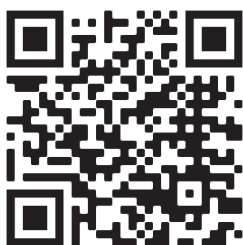
LINGUAGEM ACESSÍVEL

Para o jornalista Eduardo Bueno, que é autor de best-sellers de história do Brasil e apresentador de um canal no YouTube, a linguagem e os temas do *Arquivo S* ajudam a despertar

nas pessoas a curiosidade pelo passado do país.

— Quando a matéria é apresentada como uma mera disciplina escolar, aquela sequência sem fim de nomes e datas, é natural que os jovens a vejam como mais uma chatice que vão ter que aturar até o fim do colégio. Mas, quando ela é mostrada como um processo dinâmico, intenso e cheio de aventura, os jovens começam a se interessar por ela, a curtir-la, e o tema passa a fazer parte da vida deles mesmo depois da escola. É o que eu faço, é o que o *Arquivo S* faz.

A professora Denise Ramos tem opinião semelhante: “O que acho mais interessante é que os assuntos, muitas vezes tão complexos, são abordados de maneira simples e intuitiva. Em vários momentos, as reportagens me ajudaram a aprofundar conhecimentos e ficar por dentro de curiosidades muito relevantes para a minha profissão”.



Acesse os quatros livros da coleção *Arquivo S*:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/546864>



Exposição com documentos históricos do Arquivo e reportagens publicadas no Jornal do Senado



Ricardo Westin recebe público em noite de autógrafos



SIGA BRASIL

Painéis

Descomplicando o Orçamento da União
www.sigabrasil.leg.br





Capítulo 11

Compromisso com a comunidade

Após nove anos de ricas experiências, Jovem Senador adia para 2021 edição comemorativa

Geraldo Magela



Anualmente, 27 alunos são selecionados por meio de um concurso de redação

Eles são alunos do ensino médio de escolas públicas de todo o país, mas durante uma semana têm

a oportunidade de atuar como parlamentares: tomam posse, conhecem as regras do processo legislativo e

apresentam, discutem e votam sugestões que podem tramitar como projetos de lei. Para alguns, o contato tão

Marcos Oliveira



Durante uma semana, estudantes têm a oportunidade de atuar como parlamentares

próximo com o universo do Parlamento pode significar, inclusive, a descoberta de uma vocação.

A experiência é proporcionada pelo Projeto Jovem Senador, uma iniciativa da Secretaria de Comunicação Social do Senado, da Secretaria-Geral da Mesa e Consultorias, com apoio da Diretoria-Geral. Anualmente, 27 estudantes são selecionados por meio de um concurso de redação.

Em 2019, o tema foi “Cidadão que acompanha o orçamento público dá valor ao Brasil”, que reuniu 122.695 redações e mobilizou 264 mil alunos e 8 mil professores. Para fazer os textos, os participantes contaram, como material de apoio, com a série de animações Orçamento Fácil, produzida pela Secretaria Agência e Jornal do Senado em parceria com a Consultoria de Orçamento da Casa.

Na recepção dos jovens senadores, no ano passado, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, disse esperar que os alunos coloquem toda a força de vontade nos quatro dias em que atuarão na Casa. A mesma força, disse, que fez com que chegassem a Brasília.

— Vai ser intenso, vocês vão dormir pouco e trabalhar muito, porque assim é a vida dos senadores. Pensem

no país que vocês querem ajudar a construir. Façam valer a pena. Nós acreditamos em vocês — afirmou na ocasião.

Vale destacar que o concurso de redação foi criado em 2008, mas só a partir de 2009 os finalistas de cada estado passaram a ser premiados com uma viagem a Brasília para conhecer o Congresso. E só em 2011 teve início o Projeto Jovem Senador, em que os estudantes vivenciam durante uma semana a experiência de exercer um mandato parlamentar.

EDIÇÃO COMEMORATIVA ADIADA

Em 2020, muitos planos e projetos de diversas áreas da Casa tiveram que ser reformulados ou prorrogados. Afinal, evitar aglomerações é, desde o início, uma das maneiras mais eficazes e recomendadas pelos órgãos oficiais para combater a covid-19. Dentro desse “pacote” de ações impactadas está o adiamento para 2021 da 10ª edição do Projeto Jovem Senador.

A informação foi anunciada pela diretora da Secretaria de Comunicação Social, Érica Ceolin, em carta enviada, em junho, à Secretária de Ensino Básico

do Ministério da Educação (MEC), Ilona Becskeházy, e aos secretários de Educação dos estados e do Distrito Federal. No texto, a diretora ressaltou que o adiamento, devido à pandemia de covid-19, foi decidido após consulta aos parceiros do projeto.

Segundo Érica, “o período de inscrições [para o concurso de redação que selecionaria os participantes], que seria iniciado em 9 de março, não chegou a ser aberto”. Também não foi enviado para as escolas o material de inscrição e divulgação, uma vez que, com as aulas presenciais suspensas, ficam inviabilizados a mobilização e o debate em sala de aula — etapa fundamental do projeto. De acordo com ela, o tema da redação deste ano — “Adolescência e o despertar para o exercício da cidadania” — será mantido no concurso de 2021.

O coordenador de Gestão de Eventos, Herivelto Ferreira, confirma que a ideia é manter o planejamento de 2020 para 2021. Assim, caso o novo coronavírus esteja controlado, o regulamento será lançado em fevereiro, com a abertura das inscrições em março.

EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA

Pedro Henrique de Araújo foi o primeiro colocado nacional do concurso de redação da edição de 2019. Recém-aprovado para o curso de engenharia civil pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ele relata que a atuação como “jovem senador” aprimorou seu processo de escrita e trouxe conhecimentos de extrema relevância.

— Apreendi bastante com todos os outros jovens e com toda a equipe do JS. Do início das redações até a semana presencial, conheci pessoas incríveis — disse.

Para quem deseja trilhar o mesmo caminho e se sair bem no concurso de redação, o jovem dá conselhos valiosos: “Estude bastante, fique sempre



Desde a primeira edição da ação, 54 proposições foram apresentadas pelos participantes

atento às dicas do seu orientador, pense fora da caixa, seja criativo, expanda sua visão.

A coordenadora estadual Nadia Maria da Silva Cardoso, da Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Cultura de Sergipe, salienta que a ação responde aos anseios de os jovens compreenderem o seu papel social e político no dia a dia da sua comunidade, estado, do país e até do mundo, por conta da globalização.

— Ao passar pelo JS, esses jovens começam a enxergar a vida com mais amplitude. É perceptível a mudança de comportamento deles, a confiança em si para fazerem um Brasil melhor! Estou na Coordenação Estadual de Sergipe do Programa Jovem Senador desde 2017, e me realizo como professora e cidadã quando percebo o quanto nossos alunos crescem. Vejo a dimensão do benefício para o futuro do nosso país que estou ajudando a consolidar! E fico muito orgulhosa disso.

História contada por números expressivos

Com uma década de existência, a iniciativa tem contribuído para mudanças significativas na vida de milhares de estudantes. Os números comprovam a alta adesão em todo o país: mais de 1,8 milhão de jovens mobilizados e 819,9 mil redações enviadas pelas escolas. O quantitativo de proposições apresentadas não fica atrás: 54 desde a primeira edição do Jovem Senador. Desse total, 40 foram aceitas como projetos de lei e duas como proposta de emenda à Constituição (PEC).

Atualmente, 22 estão em tramitação, sendo seis como sugestão legislativa e 16 como projeto de lei. Entre as sugestões transformadas em matéria legislativa estão o PLS 401/2015, que propõe a instituição da Semana dos Direitos Humanos nas escolas do país, e o PLS 646/2015, que destina uma bolsa, no valor de R\$ 250, para os alunos matriculados no ensino médio da rede pública.

Senado mais que dobra volume de livros doados em 2019

O número de livros doados pelo Senado a instituições públicas mais que dobrou no ano passado. Ao todo, foram 14.279 exemplares em 2019 e 6.119 em 2018. Em Braille, foram cedidas 117 publicações no ano passado. Nesse escopo, entram as publicações cedidas à Biblioteca Nacional de Brasília, à Biblioteca Pública do Paranoá, à Secretaria Regional de Educação do Novo Gama (GO) e ao Centro Acadêmico de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB).

Antônia Maciel da Silva, administradora da Biblioteca Pública do Paranoá, considera o acesso às obras primordiais para a comunidade que frequenta a biblioteca, formada em sua maioria por estudantes.

— Muitas vezes, a única referência que têm para o acesso aos livros somos nós. A biblioteca tinha algumas dessas publicações, mas já estavam muito defasadas. Agora eles têm acesso a um conteúdo mais atualizado. Recebemos 960 livros. A maioria é sobre legislação — explicou.

AÇÃO REGULAMENTADA

Segundo o diretor da Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf), Fabrício Ferrão, com a iniciativa a Casa compartilha produção literária de qualidade, ao mesmo tempo em que dá vazão ao estoque que perdeu apelo comercial. Os livros cedidos são editados pela Coordenação de Edições Técnicas (Coedit) e pelo Conselho Editorial. De acordo com Fabrício, as doações são submetidas a um processo



Fabrício Ferrão é diretor da Secretaria de Editoração e Publicações



Aloysio de Brito é coordenador de Edições Técnicas

regulamentado por ato da Comissão Diretora (ATC 32/2013).

De acordo com o artigo 4º da norma, “obras editadas pelo Senado Federal poderão ser doadas para órgãos da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, mediante a apresentação de ofício encaminhado pelo respectivo titular”.

O coordenador de Edições Técnicas, Aloysio Brito, reforça que o projeto permite à Casa oferecer à sociedade publicações de qualidade, o que contribui para o fomento à cultura.

— O Senado tem priorizado instituições do Distrito Federal e do Entorno para evitar os gastos com envio. Essas instituições vêm buscar as publicações. Com isso economizamos a cota dos Correios.

Aloysio explica que, na maioria dos casos, as próprias instituições solicitam os livros. Mas há situações, disse, em que o Senado oferece a doação, especialmente de títulos desatualizados que, mesmo assim, possuem interesse público.

Neste ano, em virtude das ações adotadas para conter a pandemia em todo o país, houve impacto expressivo no volume de doações, como explica Fabrício: “Como elas são realizadas para órgãos públicos [a pedidos desses], e muitos estiveram fechados e outros ainda estão fechados, a distribuição ficou comprometida”.



Antônio Pinheiro

Obras em formato físico são vendidas a preço de custo. As digitais podem ser baixadas gratuitamente



Setor também participa de eventos literários, como feiras de livros. Expectativa é retomar a programação quando a pandemia acabar



Ilana Trombka participou, em 2019, da Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro. Na ocasião, Senado doou obras em braille

Senado iluminado: projeção de cores na cúpula revela apoio a causas importantes



Jonas Pereira

Marco histórico: cores do arco-íris projetadas nas cúpulas do Senado e da Câmara para celebrar o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+

Arco-íris para simbolizar a luta do movimento LGBTQIA+, lilás para marcar o mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, rosa para reforçar a importância da prevenção ao câncer de mama e do colo do útero; e amarelo em apoio à campanha de prevenção ao suicídio. Já virou tradição: em alguns períodos do ano, o Senado se veste de cores específicas, em luzes refletidas na cúpula e na torre. As causas são diferentes, mas têm algo em comum: evidenciam simbolicamente a

preocupação da Casa em apoiar temas urgentes e sensíveis.

Em junho deste ano, o Congresso Nacional foi cenário de um acontecimento histórico: pela primeira vez, as cores do arco-íris foram projetadas nas cúpulas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A iluminação especial, que simbolizou o grupo formado por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, teve o objetivo de marcar a passagem do Dia Internacional do

Orgulho LGBTQIA+, celebrado em 28 de junho.

Na ocasião, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, comentou que “é da essência da própria democracia o respeito à pluralidade e à diversidade”. Ele avalia que é importante não haver espaço para o preconceito.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, lembrou que o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ marca um episódio ocorrido em Nova York, em 1969, quando frequentadores do

bar Stonewall Inn reagiram às batidas policiais realizadas com frequência no local e motivadas pela intolerância contra a comunidade gay.

— O acontecimento foi um marco na busca pela garantia de direitos civis e teve reflexos importantes na história. Prova disso é que, um ano depois, ocorreu a primeira Parada do Orgulho Gay dos Estados Unidos, cuja tradição segue até hoje em diversos países. Celebramos, nessa data, a luta contra o preconceito, o respeito à diversidade e o amor em todas as suas formas — disse Ilana.

IDEALIZAÇÃO

A iniciativa partiu de uma sugestão do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) e a iluminação foi realizada pelo Brasília Orgulho, coletivo responsável pela organização das atividades para celebrar a data na cidade, a exemplo da Parada LGBTQIA+, que este ano não foi realizada devido à pandemia do novo coronavírus.

— Esse arco-íris que iluminou o Congresso Nacional simboliza a nossa liberdade, respeito, amor e igualdade. Sonho com o dia em que ninguém será

julgado pela cor da sua pele, pela sua orientação sexual ou por qualquer outra situação que justifique violência ou preconceito — afirmou o parlamentar.

O ativista Welton Trindade, um dos organizadores da projeção, ressalta que a iluminação teve o intuito de levar ao público que faz parte do movimento uma mensagem sobre a importância de se amar e viver a própria vida. Já para os cidadãos em geral a ideia foi mostrar que é preciso viver em diversidade e respeito.

ALEGRIA

A gestora da Coordenação de Visitação Institucional e de Relacionamento com a Comunidade (Covisita), Marília Serra, que também é uma das fundadoras da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh), disse ter ficado feliz em ver as cores do arco-íris representadas na fachada das duas Casas Legislativas.

— Infelizmente, as leis e políticas públicas ainda não são suficientes para impedir a violência e coibir o preconceito que dificulta que LGBTIs arranjem trabalho, adotem ou registrem seus filhos, por exemplo. Esperamos

que o Brasil evolua nesse sentido e deixe de ser o país onde mais se matam LGBTs — observou a servidora.

Na opinião do servidor Fábio Ribeiro de Souza, do Serviço de Pagamento (Sepasi), a ação é benéfica não apenas para essa parcela da população que trabalha no Legislativo, mas para todas as pessoas que integram o movimento LGBTI.

— Vemos que, aos poucos, estamos conquistando nosso espaço na sociedade. Tenho orgulho de fazer parte do Senado e o parabenizo pelo exemplo que vem dando para o serviço público — ressaltou.

Para a coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, Dalva Moura, abordar o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ é “registrar a busca por direitos humanos não só no campo jurídico, mas como espaço de lutas por direitos e políticas públicas”.

Fim da violência contra a mulher — Em agosto, quando o país iniciava o período de maior número de contaminações de covid-19 por dia, um outro infortúnio assombrava as estatísticas e, principalmente, as casas de muitos brasileiros: a violência doméstica. Por isso, durante alguns dias do mês de setembro, o Senado se vestiu de lilás. O Mês de Conscientização pelo Fim da Violência contra a Mulher é também de aniversário da Lei Maria da Penha, que no dia 7 de agosto completou 14 anos.

Autora do pedido para iluminação especial, a senadora Leila Barros (PSB-DF) assinalou que a cor lilás refletida cumpre o papel de chamar a atenção da sociedade para o problema. E não apenas no Brasil, já que as imagens viajam o mundo. Ao justificar o pedido, a senadora lembrou que falava em nome da bancada feminina do Congresso e de todas as mulheres.

— A violência doméstica é uma mancha que permanece envergonhando a sociedade brasileira, mesmo em

Marcos Oliveira



Marília Serra afirmou ter ficado feliz com a iniciativa

pleno século 21. O Congresso Nacional tem sido uma voz altiva no combate a esse tipo de atitude tão covarde e injusta. O maior exemplo foi a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, cuja sanção serviu como inspiração para a campanha Agosto Lilás.

PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

Em setembro, a cúpula da Casa foi iluminada com a cor amarela, em apoio à Campanha Nacional de Prevenção do Suicídio. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) estima-se que 800 mil pessoas tiram a própria vida todos os anos no mundo, a cada 40 segundos. No Brasil são registrados anualmente 12 mil suicídios. Os atendimentos de urgência cresceram durante a pandemia.

A iluminação atende a uma solicitação do senador Eduardo Girão (Podemos-CE): “Muita gente sofrendo, ainda mais nesse período de incertezas, de problemas com relação a desemprego, saúde pública. Então, iniciativas do Congresso, de audiências públicas, de ações nesse sentido — nós temos projetos de lei também para fortalecer políticas públicas — são prioridade máxima, questão de humanidade”, disse o parlamentar em entrevista à Rádio Senado.

Leila Heredia, porta-voz do CVV e servidora da Rádio Senado, explicou, em setembro do ano passado, que a ideia era sensibilizar a população sobre a importância dos cuidados com a saúde emocional. Segundo ela, quando alguém decide pôr fim à própria vida o objetivo não é morrer, mas sim acabar com a dor que parece insuportável naquele momento.

— Pelo menos 90% dos casos de suicídio são previsíveis. Frases como “eu sou um fardo para as outras pessoas” e “eu não quero viver” são sinais importantes.

Ela ressalta que o trabalho desenvolvido pela entidade não é técnico e, portanto, não substitui a ajuda médica, mas funciona como um pronto-socorro emocional, permitindo que a pessoa desabafe sem medo de julgamentos. A dica para quem deseja ajudar um amigo ou familiar nessa situação, segundo Leila, é oferecer acolhimento.

— É importante ouvir a pessoa, deixar que ela fale abertamente e compartilhe as dores dela. Se ela está cercada de gente, mas tem medo de ser julgada ou não compreendida, ela acaba se fechando ainda mais — disse.

SAÚDE DA MULHER

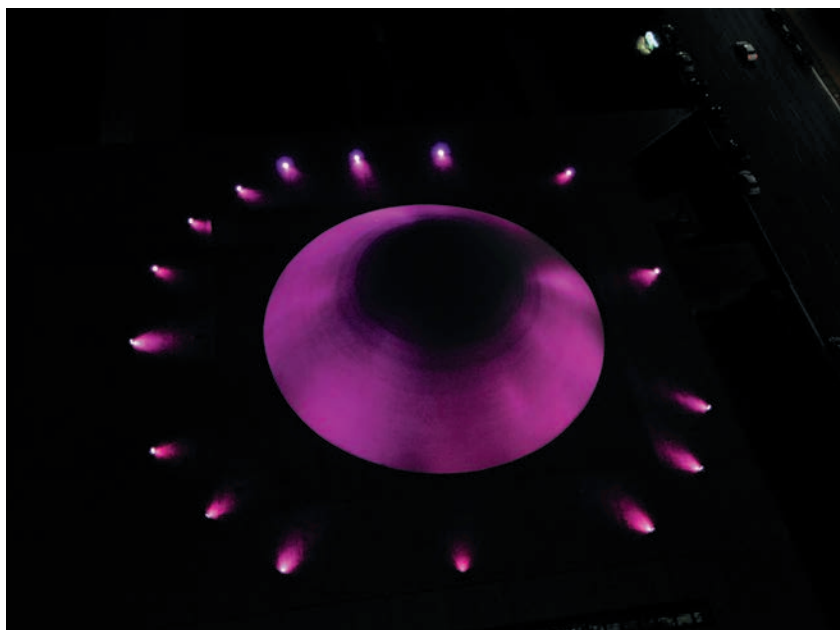
Passado o Setembro Amarelo, as ações de gênero do Senado se voltaram ao Outubro Rosa, mês em que todos os esforços são para conscientizar as mulheres sobre a importância da prevenção para combater o câncer de mama e o do colo do útero.

Este ano, a iniciativa oficial da iluminação partiu do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que atendeu a uma

solicitação da Procuradoria Especial da Mulher e do Instituto Oncoguia. O parlamentar ressalta que o Senado é parceiro na luta contra o câncer de mama, o que mais acomete mulheres no país. Além do engajamento nas campanhas externas, a Casa promove, anualmente, em outubro, mutirão de exames gratuitos de mamografia para colaboradoras terceirizadas (Leia mais no Capítulo 3).

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o país deve fechar 2020 com 66.280 novos casos de câncer de mama, 11% a mais que no ano anterior. Todas as estatísticas revelam, segundo Sérgio Petecão, a necessidade de se apoiar a campanha.

— Iluminar o Senado Federal com as cores do combate ao câncer é um gesto que parece simples frente ao problema, porém, importante para trazer luz a este tema. Quando o Senado dá sua contribuição refletindo as cores da campanha, mostra nossa preocupação. Se Deus quiser, nós vamos vencer essa batalha contra o câncer de mama — afirma.



Iluminação especial do prédio da Casa em apoio ao Outubro Rosa

Liga do Bem – cinco anos de alegria e solidariedade

Mais do que qualquer outro ano, 2020 inspirou o planeta a refletir sobre valores como união, solidariedade, compartilhamento. Pelos meios de comunicação, vimos o esforço individual e coletivo somados na tentativa de amenizar a dor e a privação dos semelhantes. Nas corporações, essas virtudes têm sido estimuladas. Elas fortalecem o elo entre colegas e ao mesmo tempo ajudam a promover a marca, já que clientes também escolhem o que vão comprar a partir do comportamento social da empresa. Instituições públicas, que lidam com outros tipos de produto, igualmente têm procurado valorizar a ação social como código de relacionamento interno e para com a sociedade.

No Senado, essa face atende pelo nome de Liga do Bem, que acaba de completar cinco anos. E nasceu da sugestão de um servidor, Alisson Bruno Dias de Queiroz, ao participar de uma das primeiras edições do programa Manhã de Ideias, iniciativa pela qual a Diretoria-Geral recebe, uma vez por mês, a visita de colegas que apresentam suas propostas de melhoria à administração da Casa (Leia mais no Capítulo 5). A ideia de Alisson agradou em cheio: incentivar a criação de um grupo voluntário de colaboradores.

— Eu acredito que, quando você é voluntário e ajuda alguém que precisa, você mais ganha em fazer isso do que quem está sendo ajudado. Ainda tem o efeito multiplicador. As pessoas naturalmente vão sendo influenciadas pelo bem. Vendo que

outros estão fazendo, elas também ajudarão — acredita Alisson.

A partir daí, ações solidárias isoladas de colegas ou de setores do Senado foram se costurando e formaram uma só rede, que começou a embalar alegrias no Natal Solidário de 2015. Poucos meses depois, fez brotar sorrisos em mulheres vítimas de violência, que ganharam bolsas com itens de higiene e peças de vestuário. Coordenadora da Liga do Bem desde sua fundação, em 2015, Patrícia Seixas lembra que a campanha “Com que bolsa eu vou?”, do Governo do Distrito Federal, foi um marco para o grupo voluntário.

— Essas mulheres geralmente chegam à Casa Abrigo com apenas a roupa do corpo, muitas vezes com seus filhos, e é uma situação muito triste,

de muita fragilidade. Nós aderimos à campanha para que pudéssemos trazer um pouco de autoestima para elas. Nossa ideia era ajudá-las a resgatar sua feminilidade — explicou Patrícia.

A grande adesão dos colegas a essa campanha marcou a consolidação da Liga do Bem, que dali para frente se organizou em torno de ações anuais. Um calendário que movimentava voluntários durante todo o ano para atender a crianças na Páscoa e no Natal, moradores de rua que precisam de agasalho, acolhidos em casas de abrigo, entre outras parcelas frágeis da sociedade. No caso das cartinhas do Papai Noel, a Liga do Bem foi reconhecida há dois anos como a maior parceira dos Correios no Distrito Federal na busca de presentes sonhados por crianças e idosos.



Durante o ano, voluntários atendem crianças, moradores de rua, pessoas em casas abrigo, além de outras parcelas frágeis da sociedade

MUDANÇA DE FOCO

Mas aí veio 2020. E o que era difícil tornou-se crítico. Desemprego, angústia e desesperança. No caso da Liga do Bem, tanta adversidade serviu para impulsionar ainda mais o trabalho voluntário, e, claro, modificou por completo a agenda da Liga. O foco passou a ser ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade social em decorrência da pandemia. Não faltou serviço. Em compensação, Patrícia Seixas observa que a crise trouxe mais voluntários e um empenho renovado.

— Com a pandemia as pessoas se colocaram no lugar do outro, acho que aumentou a sensibilização. Passamos a valorizar as pequenas coisas que, no dia a dia, não damos importância. Fazer o bem contagia. O bem se torna uma grande corrente que se multiplica. Novas amizades são feitas e percebemos que se cada um fizer um pouco, os elos da corrente se solidificam e atingem um número maior de pessoas vulneráveis.

Só nos dois primeiros meses de quarentena, as contribuições resultaram na compra de 100 cestas básicas, 500 pares de luvas de proteção, 60 litros de álcool em gel, 300 cobertores, 480 fraldas infantis e geriátricas, além de brinquedos, roupas, material de limpeza e kits de higiene. Hospitais, lares de idosos e casas abrigo, assim como comunidades e famílias do Distrito Federal e do Entorno, estão entre os beneficiados das ações pós-pandemia da Liga do Bem.

— Esse momento exige união de esforços para construir condições e passar por essa crise. Que esse exemplo dos colaboradores da Casa, integrantes do grupo, inspire o fazer de cada um na construção desse mundo que emergirá pós-pandemia. O novo normal será certamente de colaboração e união entre as pessoas, algo já realizado com primazia pela Liga — analisou,

em maio, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

O balanço mostra campanhas complexas, com envolvimento de várias frentes, como na produção de máscaras de proteção facial. Aqui, diferentes equipes se integraram na arrecadação de recursos, compra de tecido, recorte, costura, montagem e entrega. Em números, cerca de 17 mil máscaras confeccionadas e doadas por meio de parcerias com diferentes instituições.

PRESTADORES DE SERVIÇO

Um dos grupos mais prejudicados na pandemia foi o dos trabalhadores informais. No Senado, são 34 profissionais, entre lavadores de carro, manicures, cabelereiros e engraxates, que viram seu ganha-pão interrompido a partir do isolamento social. Esses colegas e suas famílias tiveram atenção especial da Liga do Bem. Primeiro, por meio de aplicativo criado por um voluntário, o servidor Airtton Luciano Aragão Júnior. A ferramenta permite aos clientes habituais desses autônomos adiantarem pagamento sobre serviços que serão realizados no retorno das atividades presenciais.

Edson Bevennuto começou a lavar carro na Gráfica do Senado

em 1973. Mas a partir de março, os estacionamentos ficaram vazios e o dinheiro sumiu. O adiantamento do serviço foi muito bem vindo, agradeceu Edson: “Trabalho ali desde os meus 13 anos, são 46 anos só de lavar carro. Entraram R\$ 650 até agora e chegou em boa hora, são quase 50 dias sem trabalhar”.

Para completar, solidariedade. A Liga promoveu nove rodadas de entrega de cestas básicas e kits de higiene e limpeza nas casas desses profissionais desde a decretação da pandemia. Integrante do time de voluntariado, Uallacy dos Anjos Silva, vigilante da Casa, sintetizou numa frase o ciclo do bem de que faz parte:

— Sinto que precisamos ajudar a melhorar a vida dessas pessoas para que elas possam recomeçar e se restabelecer para ajudar mais gente.

PAREDES DO BEM

Outra novidade de 2020 foi aquecer as casas de quem mais sofre no inverno. O projeto “Paredes do Bem” foi inspirado no trabalho de uma ONG chamada Brasil Sem Frestas, de Curitiba (PR), e consiste em forrar paredes com lâminas de caixa de leite longa vida,



Airtton Luciano Aragão Júnior criou aplicativo que permite doações para trabalhadores autônomos da Casa



Paredes do Bem: projeto consiste em forrar paredes com lâminas de leite longa vida, que são costuradas uma na outra



Alessandra Queiroz e filhos estão entre os beneficiados pelas ações da Liga

que, uma vez abertas e higienizadas, são costuradas uma na outra. A face em alumínio fornece isolamento térmico

para barrar o frio. As 250 pessoas que formam a equipe responsável pela coleta, preparação do material, costura

e implantação das placas já estão na forração da décima casa.

No ato da entrega, os moradores recebem mais que calor. “Sempre levamos de duas a três cestas básicas, máscaras, móveis quando preciso, colchão, roupas, brinquedos, utensílios cobertores e roupas de cama e banho”, assinala Patrícia Seixas.

Que o diga quem chega em casa e vê tudo transformado...e mais bonito. Foi o que aconteceu com Alessandra Queiroz Silva, do Morro do Macaco, uma extensão da cidade de Samambaia (DF).

— Tô apaixonada, meu barraco está outro. Superou minha expectativa. E a dedicação da equipe? Eles até mexeram no telhado, taparam uns buracos que tinha ali, deixaram tudo arrumadinho. Eu estava no serviço pensando que eles não iam dar conta, mas cheguei em casa e vi tudo tão lindo. Obrigado pela televisão, pela cesta. As crianças estão encantadas com os brinquedos. Tô muito feliz.

O time da Liga do Bem também ficou feliz. Pela alegria de quem recebeu as paredes e pela receptividade da campanha entre os moradores de Brasília. Foram tantos chamados para doar embalagens de longa vida que o grupo precisou de um espaço maior para a armazenagem.

FRALDAS E CADEIRAS DE RODA

Outros dois projetos, nascidos junto com o das paredes, foram alavancados nos últimos meses: o “Ligado nas Tampinhas” e o “Lacre do Bem”. Só entre agosto e outubro, eles transformaram tampas, lacres de alumínio e aparas de caixas, vendidos a empresa de reciclagem, em 53 pacotes de fraldas geriátricas. O material foi distribuído a dois lares de idosos e a dois abrigos de pessoas com deficiência, todos localizados no Distrito Federal. O próximo

lote deve ser comercializado para a aquisição de cadeiras de roda.

PARCERIAS QUE MULTIPLICAM O BEM

Uma das marcas da Liga do Bem, a atuação em rede, foi ampliada pela construção de parcerias ao longo dos anos. Como é o caso do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União. Foi o Sindilegis que doou cinco máquinas de costura e uma de corte para a entidade Villa Samaritana, instituição assistida pela Liga do Bem

e que ajuda moradores em situação de rua.

A ação, no início do segundo semestre, coroou uma corrente de boas ações. Treinadas, as pessoas assistidas pela Villa passaram a ajudar na confecção de máscaras de proteção facial para a Liga do Bem. Ao mesmo tempo, assimilaram nova profissão e já estão faturando com seu trabalho nas máquinas.

A Campanha do Outubro Rosa é outro bom exemplo. Já virou tradição na Liga do Bem promover cortes de cabelo durante o mês da conscientização sobre a importância da prevenção contra o câncer de mama. Os cortes



Cortes de cabelo que serão revertidos para confecção de perucas

Ação de carnaval mostra o poder de espalhar amor

A pandemia ainda não tinha sido decretada, e os brasileiros festejavam nas avenidas. No Carnaval 2020, voluntários da Liga do Bem resolveram inovar e, munidos de confete, serpentina e muito amor, produziram uma festa solidária para deficientes físicos e intelectuais do Abrigo Esperança, da Ceilândia.

Um canto do salão foi reservado para os mais de 200 kg de alimentos doados pelo Sindilegis. O restante, foi usado para espalhar a maior doação do dia: amor. Como assinalou na ocasião a coordenadora da Liga, Patrícia Seixas, o programa não é apenas social, mas um jeito dos colaboradores vivenciarem grandes experiências humanas.

— Essa é uma ação que deveria ser muito valorizada. É uma oportunidade que estamos dando para o colaborador da Casa, um crescimento que não tem preço. Estamos oferecendo uma oportunidade de as pessoas receberem um amor

verdadeiro que não requer nada em troca — disse Patrícia.

Veterana nas ações da Liga do Bem, a voluntária Joelina Mota marcou presença no evento e afirmou que o trabalho já faz parte de sua vida.

— Nós viemos porque queremos transmitir esse abraço, trazer alegria, qualidade de vida para essas pessoas. É dar e receber um abraço diferente. Fico feliz em trazer felicidade para eles e, para falar a verdade, eu saio mais contente do que eles — contou Joelina.

PURA FOLIA

O encontro foi marcado por marchinhas de carnaval, brincadeiras e muita espontaneidade. Entre os abrigados, Célia de Oliveira, a “namoradeira do abrigo”, aproveitou para mandar um bilhete para um dos cuidadores.

— Escreve aí que eu amo muito esse moço bonito — pediu Célia, que

sofre com problemas psicológicos e foi abandonada no abrigo desde criança.

Cadeirante e com problemas cerebrais, Luzineide de Jesus não anda, mas fez sua voz soar pelo salão acompanhando a melodia carnavalesca, enquanto anunciava, alegre: “eu sou cantora, deixem-me cantar”.

SAUDADE

O abrigo já funciona há 47 anos e trabalha com deficientes físicos e mentais que têm atividades psicomotoras e de socialização. É o caso de Divina Maria, cadeirante vítima de violência praticada pelo próprio filho. Assim como as colegas Célia e Luzineide, que brincaram com ela o Carnaval Solidário, Divina sente falta do burburinho das visitas.

É cedo para saber quando será possível pular de novo o carnaval, mas o convite da dona Divina continua de pé para, assim que der, a Liga do Bem voltar com sua alegria ao Abrigo Esperança.

produzem mechas de cabelo que, beneficiadas, viram perucas para pacientes nos hospitais em tratamento contra o câncer. A boa ideia foi potencializada pela ajuda de salões e profissionais que aderiram à campanha com cortes de cabelo gratuitos. Assim, a Liga conseguiu juntar 540 mechas, além de vários outros acessórios, como lenços, bonés e presilhas infantis de cabelo.

O material foi reunido e uma parte foi doada no dia 23 de novembro – Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil – à Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadores de Câncer e Homeopatas, mais conhecida como Abrace, que funciona junto ao Hospital da Criança de Brasília José Alencar (HCB). O restante da arrecadação foi entregue quatro dias depois à Rede Feminina de Combate ao Câncer, no Hospital de Base do Distrito Federal.

Para 2021, frente a incertezas quanto a imunização coletiva, empresas e setores não conseguem cravar o que de fato poderá ser feito e o que continuará a ser plano. Mas, para a Liga do Bem, o balanço rico em ações num ano majoritariamente pandêmico deixa uma certeza coletiva: basta depurar ideias, unir esforços e tocar à frente os projetos. A aldeia agradece.

Prêmio “Gente que inspira”

Poucas coisas foram tão inspiradoras em 2020 quanto o trabalho da Liga do Bem. Por isso, a coordenadora do grupo, Patrícia Seixas, foi uma das homenageadas na segunda edição do projeto “Gente que inspira”, do Sindilegis, em parceria com o Sindicato dos Servidores do Judiciário, o Sindjus. O evento foi realizado no dia 21 de novembro, em Brasília.

Foram 11 servidores do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU) homenageados. De acordo com as regras do projeto, as indicações partiram dos colegas e foram analisadas pelos organizadores.

Três deles são colegas do Senado. Além de Patrícia, foram agraciados o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Alesandro Albuquerque, e o servidor aposentado José Afonso Braga. Alesandro ajudou a viabilizar as votações virtuais do Senado durante a pandemia, por meio do Sistema de Deliberação Remota (SDR). E José Afonso, diagnosticado em 2013 com esclerose lateral amiotrófica (ELA), criou aplicativo que ajuda na comunicação, compensando a perda da fala – uma das consequências da doença –, e recentemente lançou livro contando a história de sua vida.

O “Gente que inspira” não envolve premiação em dinheiro, mas é uma oportunidade de juntar mais quilos de alimentos não perecíveis, que serão doadas a instituições atendidas pela Liga do Bem. O objetivo do projeto é reconhecer iniciativas que trouxeram resultados

ímpares na administração pública em inovação e mudaram os rumos institucionais e pessoais da Câmara, do Senado e do TCU, inclusive nas áreas social e de meio ambiente.



Patrícia no Outubro Rosa



Capítulo 12

Especial Coronavirus

Em meio a dificuldades, colegas compartilharam emoções e aprendizados

Chegamos ao fim do ano, mas o caminho que nos trouxe até aqui não foi fácil. Coragem e determinação foram ingredientes fundamentais para enfrentar desafios e emoções inéditos para muitos, como o teletrabalho, a imprevisibilidade, as angústias, o medo. Ao longo do percurso, dividir com os colegas a “bagagem” de sentimentos e dificuldades fez a diferença. Por isso, nos últimos meses, a Diretoria-Geral (DGer) tem compartilhado depoimentos de colaboradores sobre as vivências e aprendizados dessa fase. O resultado: declarações sinceras, inspiradoras e cheias de sensibilidade.

A servidora Juliana Monteiro Steck, da Secretaria de Comunicação Social (Secom), falou sobre suas experiências na nova rotina. Para ela, a possibilidade de trabalhar em casa foi bem-vinda, já que ela faz parte do grupo de risco da covid-19, por ser considerada imunodeprimida — condição das pessoas cujo sistema imunológico está enfraquecido, o que pode aumentar o risco e a gravidade de doenças infecciosas.

— Fiz uma cirurgia no dia 28 de fevereiro [deste ano], quando tive que trocar a prótese da mama em que tive câncer. Então, estava com muito medo de voltar ao trabalho e, por isso, poder trabalhar em casa, segura, foi um grande alívio — comentou.

De acordo com Juliana, conciliar a rotina profissional com os afazeres



Maria Cristina Monteiro ao lado da filha Gabriela, de 10 anos

domésticos exigiu disposição. Uma dica, afirmou, é cumprir a jornada normalmente: ou seja, tentar esquecer que está em casa quando está trabalhando.

— A gente tem adiantado a produção de reportagens sobre os projetos que estão prontos para entrar nas pautas das comissões permanentes. Porém, também ficamos de plantão para as propostas que entram na pauta do Plenário — disse.

E para as mães? Sem tempo para se preparar, mães tiveram que assumir a logística da casa, dos filhos e ainda cumprir as demandas do trabalho. Completando o pacote, houve

a necessidade de adaptar tudo isso ao distanciamento social. No Senado, há muitos casos de profissionais que se encaixam nesse perfil, como a diretora da Secretaria de Atas e Registros, Roberta Lys. Mãe dos pequenos Henrique e Vinícius, ela afirma que cumprir as demandas exige esforço e “jogo de cintura”. Afinal, apesar de todos enaltecerem a capacidade feminina de fazer várias coisas ao mesmo tempo, isso não ocorre sem que elas “suem a camisa”.

— Conciliar as responsabilidades do trabalho com a jornada familiar é um desafio muito grande. No isolamento social, é ainda maior. A

gente está conciliando o teletrabalho do papai e da mamãe com as atividades escolares dos meninos, a arrumação da casa, a preparação das refeições e ainda precisamos encontrar um tempinho para brincar com os pequenos. O desafio é grande e a correria, também, mas o amor é ainda maior — comentou a servidora.

A servidora Maria Cristina Monteiro, diretora da Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing (SRPPM), conta que o distanciamento social trouxe obstáculos, mas que aos poucos ela tem aprendido a não ser tão exigente com as tarefas domésticas e a dedicar mais tempo para a filha Gabriela, de seis anos.

— Não tem sido fácil ser mãe, dona de casa, professora e diretora de RP, mas entre uma tarefa e outra de trabalho, que não tem hora para chegar, eu brinco com minha filha, passeio com os cães e tento levar esse momento da melhor forma possível — disse Cristina.

E os sentimentos dos filhos? Muito se fala sobre os riscos e sintomas físicos provocados pela covid-19, mas a gravidade dos danos emocionais causados pelo contexto da doença, especialmente em crianças e adolescentes, também merece atenção especial. Por isso, para marcar a passagem do Dia dos Pais, em agosto, convidamos alguns pais do Senado para falar sobre os desafios vivenciados durante a pandemia.

Pai da pequena Maria Isis, de cinco anos, o policial legislativo Danilo Mendes acredita que o diálogo com as crianças é fundamental. Afinal, é um direito terem as dúvidas esclarecidas e entenderem as motivações das bruscas mudanças na rotina.

— Elas têm muitas dúvidas. Querem saber porque não podem visitar o vovô e a vovó, os tios e primos, porque não podem ir no shopping etc. É importante falar, inclusive, para a

criança se adaptar aos novos hábitos (máscara, álcool em gel, não tocar em qualquer lugar) — explicou.

E AS CRIANÇAS AUTISTAS?

Se as mudanças impostas pela pandemia são um desafio para todos, para crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA), as alterações no cotidiano são ainda mais difíceis. O servidor Marco Antônio Reis, da Rádio Senado, pai de Vinícius, de 12 anos, sabe bem disso.

— Foi muito difícil. O Vinícius tem muitas dificuldades de entender o que está ocorrendo no mundo ao redor. De uma hora para outra, viu-se impossibilitado de fazer as coisas de que mais gosta, a vida ao ar livre, as visitas aos parentes, as saídas para restaurantes [algo pelo qual ele tem especial predileção] — comentou Marco, que também pai de Antonio, 22, e Laura, 19.

Segundo Marco, os impactos têm sido sentidos de maneira intensa pelo filho, trazendo prejuízos à estrutura emocional do garoto: “Manifestações

típicas do autismo, como comportamentos repetitivos, ecolalia [repetição de frases ou palavras sem sentido apropriado ao contexto] e crises nervosas ficaram mais frequentes. Realmente, ele tem sofrido com o momento, o que me deixa bastante triste”.

Na opinião dele, não há tema que não possa ser abordado com os filhos. Em especial, no caso da crise atual: “É importante saber o que se passa, entender que, apesar de tudo, somos privilegiados, e que há muitas pessoas em sofrimento. A gente sempre terá condições de agir melhor, quanto mais informação se tiver”.

— A única coisa que posso dizer é que é preciso ter paciência, embora não seja fácil, e seguir a recomendação das autoridades sanitárias, baseadas no conhecimento científico. Não há saída fora disso. A crise é antes de tudo comunitária. Todos precisam se cuidar, para não colocar a vida dos outros em risco e para que possamos voltar à normalidade com o menor número de vítimas possível — concluiu.



Marco Antonio Reis é pai de Vinícius, de 12 anos



Servidora Roberta Lys é mãe dos pequenos Henrique e Vinícius

Atenção à intensidade de alguns sentimentos — A psicóloga Ana Livia Babadopulos, do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), ressalta que, antes de tudo, o estresse é uma resposta biológica do organismo diante de um quadro de perigo. Por isso, na conjuntura da pandemia, ter algum sinal de ansiedade é esperado e até necessário para que o indivíduo se adapte às “contingências difíceis”.

— O problema está quando ambiente estressor se prolonga demais ou quando a adaptação não acontece. Ademais, é importante levar em conta que cada um de nós enxerga a realidade a partir de suas perspectivas e pode acontecer de a visão de um adulto e das crianças pequenas e das mais crescidas serem diferentes — disse.

REVENDO CONCEITOS

Com a correria do dia a dia, muitas vezes falta tempo para lidar com as questões pessoais. É comum evitar pensar no que incomoda, acumulando sentimentos e esquecendo de olhar para dentro de si. Com o isolamento

social dos últimos meses, muitas pessoas têm aproveitado para refletir sobre suas convicções, prioridades e metas para quando o “novo normal” chegar.

Para a colaboradora Ingrid Nunes, da equipe de programação da TV Senado, a pandemia trouxe uma aproximação com as questões ligadas ao meio ambiente. De acordo com ela, “faz um bom tempo que a natureza está pedindo socorro por conta da destruição sofrida nos últimos tempos”.

— Ter essa pausa não só fez com que ela [a natureza] pudesse ficar livre de muitos acontecimentos que a destroem, mas também nos fez olhar com mais carinho para o mundo onde vivemos.

Pedro Ramirez, da Secretaria de Comunicação Social (Secom), conta que a adaptação, do ponto de vista emocional, tem sido marcada por altos e baixos. Porém, com o passar do tempo, os momentos de apatia foram ficando mais escassos.

— Ainda hoje têm dias que dão um desânimo, uma tristeza. Mas é mais raro que no começo da pandemia. Hoje, quando fico ‘para baixo’, me permito sentir isso sem me cobrar, pois estamos em um momento muito

diferente. Então, aceito meus instantes de baixa. Para mim, [a quarentena] trouxe a reflexão de que não preciso acompanhar o ritmo das outras pessoas. Tenho que entender e aceitar o meu próprio ritmo, os meus próprios sentimentos frente a tudo o que está acontecendo — ressaltou.

SAÚDE MENTAL EM LIVE

A temática também foi tema de uma conversa, em maio, entre a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e Marina Vahle, chefe do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), sobre a saúde mental em tempos de isolamento.

No bate-papo, a psicóloga destacou que um estudo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) mostrou que, com o isolamento social, os casos de ansiedade dobraram e os de depressão aumentaram 90% no Brasil. Segundo ela, essa “é uma situação de risco psicossocial que se vive, além do biológico”.

A profissional também recomendou cautela com o excesso de informações: “Vejo que isso tem atrapalhado as pessoas. É melhor filtrar e buscar ter momentos de relaxamento, se afastando, ao longo do dia, das notícias negativas”.

ATENDIMENTO AOS COLABORADORES

Desde o início da pandemia, os colaboradores que precisam de ajuda profissional para lidar com essas questões podem contar com os psicólogos do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT).

Ao todo, cinco psicólogos e uma assistente social se revezam para conversar com quem busca ajuda e amparo.

Psicólogos da Casa oferecem atendimento a colaboradores durante pandemia

O distanciamento social e a impossibilidade de vivenciar alguns hábitos rotineiros trouxeram, nos últimos meses, impactos emocionais para muitas pessoas. Atentos a isso, desde o início da pandemia, cinco psicólogos e uma assistente social estão a postos para auxiliar os colaboradores que precisam de suporte profissional que os ajude a passar por essa fase. Mais de 80 pessoas já foram acolhidas e somaram cerca de 550 atendimentos.

Marina de Andrade Vahle, chefe do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), comenta que a quarentena trouxe à tona, para alguns indivíduos, emoções relacionadas ao desamparo e à incerteza, que despertam angústia, ansiedade, desânimo e tristeza.

— Transformações em si já causam alguma ansiedade, ainda mais se elas vêm nesse contexto catastrófico. A união entre transformações e catástrofe, como mortes, doença, incerteza e crise econômica, gera uma exacerbção de reações e o aparecimento de sintomas psicológicos e físicos — ressalta a gestora.

Após o acolhimento dos psicólogos da Casa, também é verificada a necessidade de encaminhar a pessoa para outro tipo de assistência ou atendimento especializado, explica a servidora.

— Às vezes, o usuário traz questões médicas relacionadas ao



Fernanda Stumpf

As psicólogas Lúcia Pimentel e Ana Livia estão entre os responsáveis pelo acolhimento



Ao todo, mais de 80 colaboradores já foram atendidos pelos profissionais do SesoQVT

coronavírus, por exemplo. Nesses casos, ou ele é encaminhado para o canal específico, disponibilizado pelos médicos do Senado, ou é direcionado para outros profissionais de saúde da rede pública ou privada — disse.

Após oito meses de implementação, Marina destaca que a ação tem sido muito efetiva: “Cada vez mais as pessoas vieram atrás desse nosso canal de atendimento virtual, foram criando confiança, e a maioria tem permanecido em acompanhamento periódico com nossos profissionais”.

QUEIXAS MAIS COMUNS

A psicóloga Ana Livia Babadopulos, que integra o time responsável pelos atendimentos, relata algumas das queixas mais comuns dos colaboradores que procuram o serviço.

— Entre as reclamações estão o medo de ser infectado, de adoecer e morrer, e o agravamento de conflitos familiares preexistentes — acrescentou Ana.

Para Lúcia Pimentel, uma das psicólogas da equipe, a ação tem se mostrado útil. De acordo com ela, a

“organização do trabalho dentro de casa é totalmente diferente e alguns colaboradores têm dificuldade até em definir um horário de expediente de home office”.

O serviço também tem atendido funcionários que se sentem sozinhos ou não têm lidado bem com o isolamento social. Lúcia lembra que, por sua característica, “o Senado agrega diversos colaboradores de diferentes estados e, muitas vezes, vivem sem ninguém ou com um núcleo familiar pequeno”.

Situações mais comuns entre os pacientes

- Crises de ansiedade
- Humor deprimido
- Agravamento de conflitos familiares
- Medo da morte e da doença
- Solidão, desamparo
- Sobrecarga de tarefas (domésticas e trabalho)
- Insegurança quanto ao futuro

Equipe de eventos reinventa ações de comunicação interna em 2020



Márcia Yamaguti explicou que mudanças seguiram o conceito Comunicação 4.0

Em março deste ano, a equipe de eventos da Diretoria-Geral (DGer) cumpriu o desafio de readequar, de maneira repentina, todo o calendário de eventos previstos para este ano. Isso porque todas as ações presenciais foram canceladas por conta da pandemia e da necessidade de distanciamento social. Com isso, veio o questionamento: o que fazer a partir daquele momento?

A resposta foi dada de maneira rápida e eficaz pelas profissionais de relações públicas Ana Paula Roncisvalle e Márcia Yamaguti. Os principais desafios eram inovar em um cenário totalmente desconhecido, sem abrir mão da humanização, e aproximar os colaboradores, atualmente em teletrabalho. Mas, como alcançar esse feito, se o trabalho desenvolvido pela dupla tinha como pilar a presença do público?

— Precisávamos desenhar ações internas que aproximassem os funcionários, para que mesmo distantes tivessem o sentimento de estar perto virtualmente. Pensamos em propostas que o próprio colaborador poderia fazer sozinho, muitas vezes apenas com o celular na mão. Daí surgiram as ações das fotos, culinária, dicas para a quarentena e consciência ambiental. Tivemos que nos reinventar e buscar experiências como forma de amenizar os efeitos da pandemia — explicou Márcia.

Para isso, a dupla usou instrumentos baseados no conceito Comunicação 4.0, criado pela relações públicas



Ana Paula Roncisvalle falou sobre diferenças entre ações presenciais e remotas

Adevani Rotter. A nova forma de conceber eventos “veio para conectar pessoas usando a tecnologia para trazer uma nova forma de se comunicar”, criando conteúdos interessantes que possam contribuir para o bem-estar de quem os acompanha e facilitar as interações humanas a partir de uma interlocução colaborativa baseada na experiência de cada um.

— As principais características da Comunicação 4.0 são a curadoria, a experiência humana e a mensuração dos resultados. E isso foi a essência do nosso trabalho — ressaltou Márcia.

O primeiro passo para a reformulação das atividades foi tentar adequar o que estava planejado. Assim, em abril elas avaliaram quais eventos

presenciais poderiam ser feitos de forma virtual e pensaram em novas estratégias de comunicação digital para o público interno. Feito isso, ainda em maio, as servidoras colocaram em prática os projetos idealizados.

Na percepção das profissionais, as ações fortaleceram o sentimento de pertencimento à Casa por meio da humanização, que é ainda mais essencial em tempos de falta de convivência física. Márcia reitera ainda que o sucesso das iniciativas passou, impreterivelmente, pelo apoio das chefias:

— Só conseguimos fazer isso porque nos deram liberdade, segurança para pensar, inovar e ousar. A dificuldade foi manter o nosso trabalho sem o contato físico e despertar o interesse

do nosso público em tempos de tantos eventos digitais concorrentes. Para isso, tivemos que investir em mídias sociais, que se tornaram uma ferramenta imprescindível para divulgar os nossos eventos — concluiu.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS

Ana Paula explica que há algumas diferenças entre as ações presenciais e as remotas. Para que em ambas as modalidades os resultados desejados sejam alcançados, é preciso, inicialmente, definir os objetivos, formatos e público-alvo.

— A divulgação e as estratégias apropriadas para atingir o público em questão são premissas que estarão presentes em todos os eventos. Sensibilidade às demandas do grupo que se pretende alcançar também devem ser observadas. Horários e dias de maior atividade em determinados setores seguramente podem comprometer a adesão dos colaboradores, ainda que o tema seja de grande interesse — destacou Ana Paula.

Ao olhar para trás, Ana avalia que a sensação é de alegria e gratidão diante dos resultados conquistados. De acordo com ela, “no começo, pensamos que não teríamos desafios durante a pandemia e que nosso trabalho se tornaria dispensável”.

— Construir ações virtuais que conseguissem envolver de forma agradável, instigante e divertida os colaboradores da Casa foi um processo que acabou fluindo de forma leve e muito gratificante. A medida que percebíamos que as iniciativas propostas estavam ganhando adesão, envolvimento e simpatia do público em geral, nos tornamos ainda mais criativos nas novas atividades sugeridas — ressaltou Ana Paula.

Para o futuro, a expectativa é que a transformação digital seja um dos legados da pandemia. Ao longo

desses meses, a equipe tem permanecido atenta à verificação das métricas da Intranet e aos efeitos transformadores das propostas colocadas em prática. Dessa forma, também poderá ser mais fácil realizar eventuais ajustes nas próximas ações.

COMUNICAÇÃO INTERNA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Líderes da equipe, Juliana Borges e Daniel Pinto, chefe e subchefe de gabinete da DGer, respectivamente, destacam que a sensação é de dever cumprido.

— A adaptação da área de eventos da DGer era a que mais nos preocupava. A mudança de cultura teve que ser instantânea. As ações foram um sucesso por causa da atuação da Ana Paula e da Márcia, que se dedicaram incansavelmente a fazer uma ação boca a boca com os funcionários. Ligar, mandar mensagem, explicar a importância de participar. Elas se adaptaram aos tempos digitais muito rapidamente, trouxeram ideias inovadoras

e executaram o trabalho de maneira irretocável — explicou Juliana.

Em setembro, Juliana e Daniel representaram o Senado no 1º Encontro dos Quadros de Comunicação Social dos Paramentos de Língua Portuguesa e falaram sobre a temática “Comunicação interna em tempos de pandemia: como ações de humanização movimentaram as relações entre os colaboradores do Senado Federal”.

— Foi muito bom levar o trabalho do Senado para outros parlamentos do mundo e também poder aprender com eles. Essa troca num momento tão delicado, que o mundo inteiro está passando, é fundamental para sentirmos que todos temos as mesmas dificuldades e podemos compartilhar soluções — afirmou Juliana.



Juliana Borges e Daniel Pinto são, respectivamente, chefe e subchefe de gabinete da Diretoria-Geral

Integração com criatividade

Debates virtuais, mostra fotográfica, compartilhamento de receitas culinárias, dicas de lazer. A Dger programou, desde maio, uma série de atividades que vem aproximando tanto os colegas em teletrabalho quanto os aposentados. Publicadas na intranet, as ações fazem multiplicar curtidas e comentários. Como lembra a diretora-geral, Ilana Trombka, “essa é a forma também de matar a saudade uns dos outros. Estamos separados fisicamente, mas nunca deixamos de ser uma comunidade”.

O “DGer Compartilha”, por exemplo, estimula os colaboradores a enviar vídeos com dicas da quarentena. As gravações, de no máximo 15 segundos, foram publicadas numa galeria na Intranet. O mosaico na rede interna do Senado também abrigou imagens de outra iniciativa, o “Foque em Casa”, que reuniu fotos de colaboradores mostrando sua rotina domiciliar em situações inusitadas ou curiosas.

Colaboradores amantes da gastronomia foram incentivados a enviar uma ou mais receitas para publicação

na intranet. O “Minha Receita Gourmet para a Quarentena” começou a funcionar no final de maio e juntou várias dicas deliciosas no canal interno de divulgação do Senado.

Além da atividade gastronômica, outra ação despertou a atenção do corpo funcional durante a pandemia: o “Educa Viveiro”, uma série de videoaulas produzidas pelo servidor e agrônomo Érico Zorba. Em cada edição, Érico mostra como criar horta em pequenos espaços, como fazer compostagem, além de dicas sobre agricultura urbana, infraestrutura verde e outros temas relacionados à responsabilidade socioambiental.

No último trimestre do ano, teve o Senado em verso e prosa, no qual colaboradores foram incentivados a enviar vídeos com trechos literários, tanto de autoria própria quanto de suas obras favoritas. O resultado foi divulgado na Intranet: “Recebemos várias contribuições preciosas, com a leitura de poemas de Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector e outros de autoria própria”, disse Ana Paula.





Capítulo 13

Senado em Números

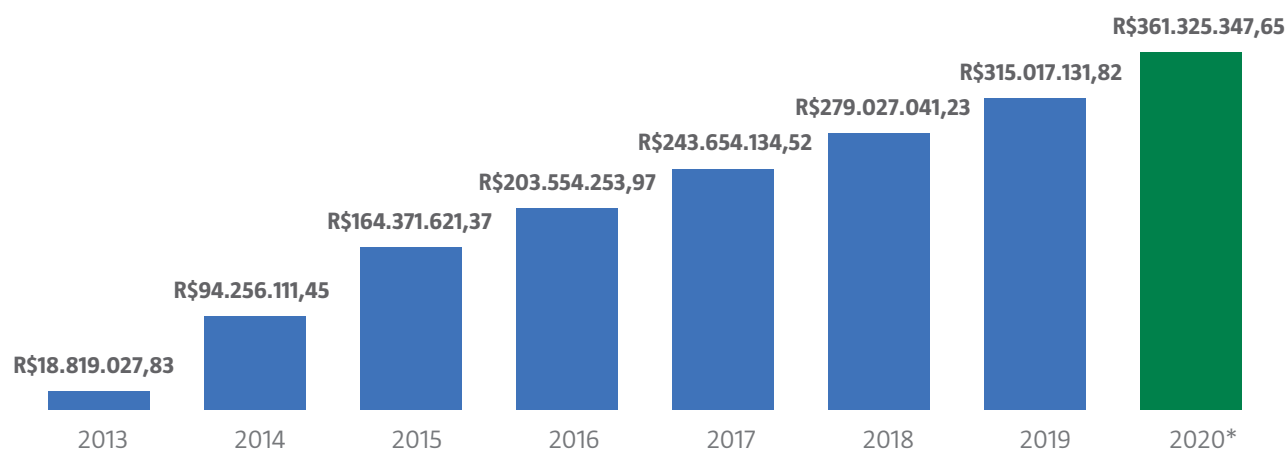
Qualidade de Gestão

Governança de Contratações

Desde 2014, com a criação do Programa de Sistematização das Contratações – PSC – e o desenvolvimento do Sistema de Governança de Contratações, estabelecido no ATC 12/2014, o Senado vem tornando o processo de contratações e gestão de contratos mais eficiente. Foram implantadas diversas melhorias nos processos de trabalho, incluindo alterações de estruturas organizacionais,

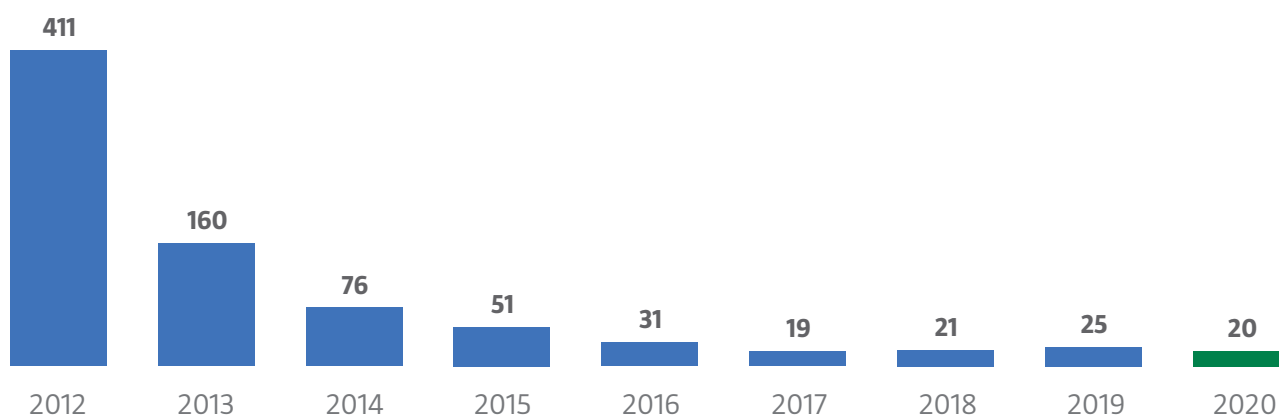
normativos e atribuições, além de suporte tecnológico e integração de sistemas. O atual Sistema Integrado de Contratações, SENiC, que segue em constante evolução, possui acompanhamento de todas as demandas, suporte ao comitê de contratações, priorização de processos, fluxos padronizados, painel de indicadores, entre outras funcionalidades.

ECONOMIA ACUMULADA – LICITAÇÕES TOTAL



*Até setembro de 2020
Fonte: COPELI/SADCON

TOTAL DE DISPENSAS DE LICITAÇÕES

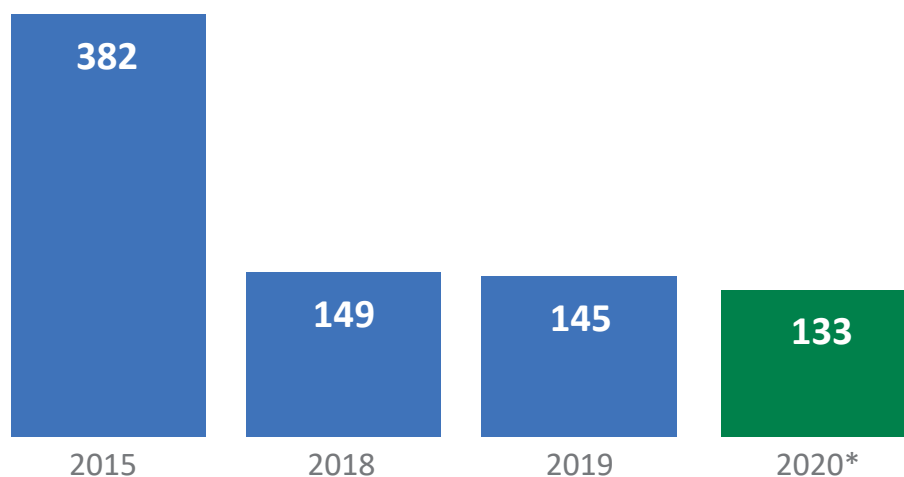


*Até setembro de 2020
 Fonte: SADCON

Em 2015, o tempo médio de instrução de um processo licitatório regular era de 382 dias, e desde então, esse número reduziu progressivamente. De acordo com o painel de indicadores do SENiC, que é atualizado em tempo real, o tempo médio de instrução em outubro de 2020 é de 133 dias. Também nesse ano, a SADCON

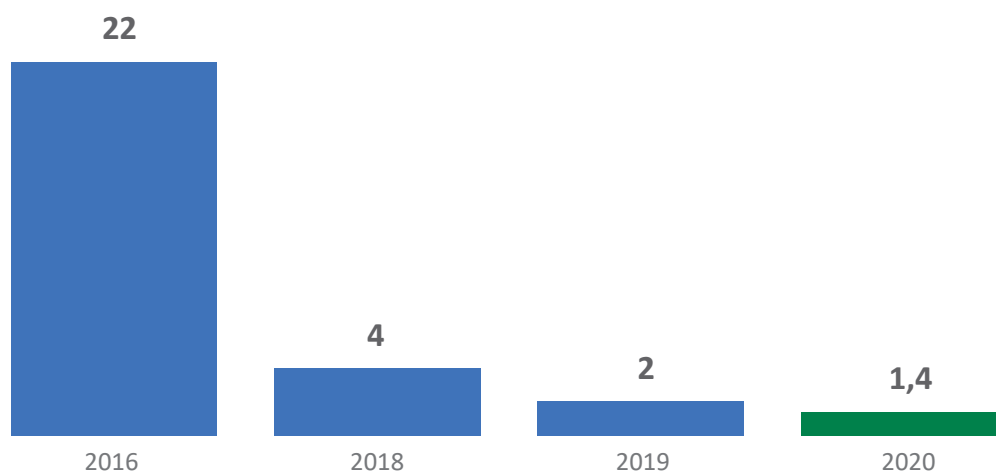
conseguiu concluir a instrução de alguns processos licitatórios prioritários para a Casa em tempo recorde, por exemplo, a Contratação nº 20200130 - Modernização da geração e distribuição de sinais do Sistema VIP para padrão de TV Digital (Processo nº 00200.016369/2019-04), concluída em 43 dias.

TEMPO MÉDIO PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSO (dias)



*Em 11/10/2020
 Fonte: SADCON e SENiC

TEMPO MÉDIO DE ACIONAMENTO DE ARP (dias)

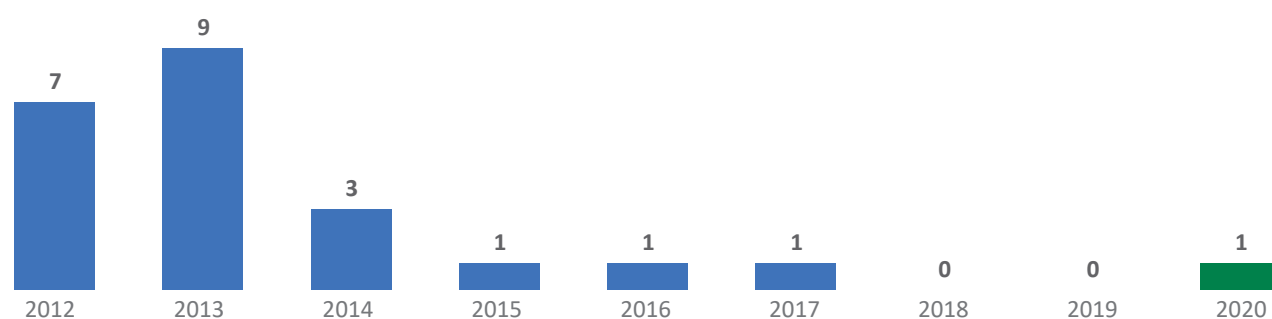


Fonte: SADCON e Direcon

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do vírus COVID-19 que exigiu da Administração do Senado Federal uma gestão pautada pelo ineditismo e pela racionalização dos recursos, frente às incertezas. Diante desse cenário, foi

realizada, até a presente data, apenas 1 (uma) contratação emergencial referente ao Processo Nº 00200.006941/2020-52 - Testes COVID-19.

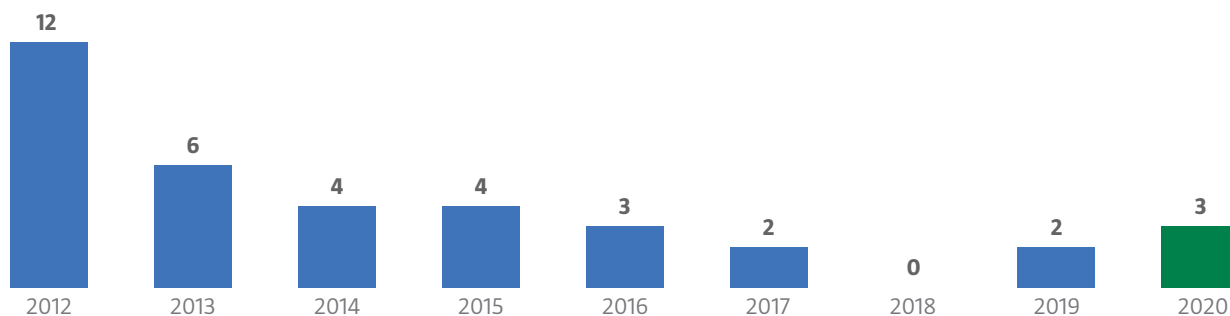
CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS TOTAL



*Até setembro de 2020

Fonte: SADCON

PRORROGAÇÕES EXCEPCIONAIS TOTAL



*Até setembro de 2020

Fonte: SADCON

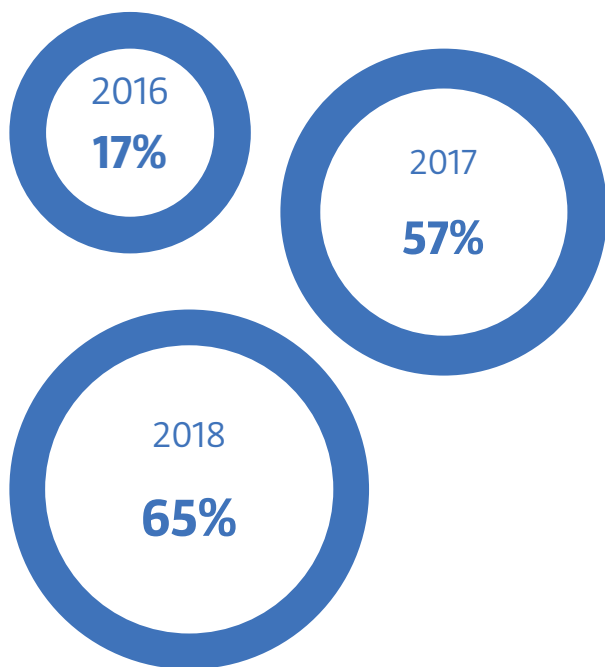
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Tribunal de Contas da União realiza levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

Em 2016, o Índice de Governança e Gestão da TI (IGovTI) do Senado Federal foi 17%. No entanto, a partir do Ato da Comissão Diretora nº 08 de 2016, que institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF), o qual cria o Comitê de Governança de TI (CGTI) e consequentemente o primeiro Plano Diretor de TI (PDTI) da Casa, este índice subiu para 57% em 2017 e 65% em 2018, data em que foi apurado pela última vez.

Um novo levantamento estava previsto para 2020, no entanto, devido à pandemia, foi adiado para 2021. Vale ressaltar que atualmente o CGTI – Comitê de Governança de Tecnologia da Informação, está elaborando o novo PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação, o segundo ciclo de planejamento de TI da Casa, com diversas melhorias implantadas em relação ao ciclo anterior.

SENADO FEDERAL – ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TI
Vlr do índice

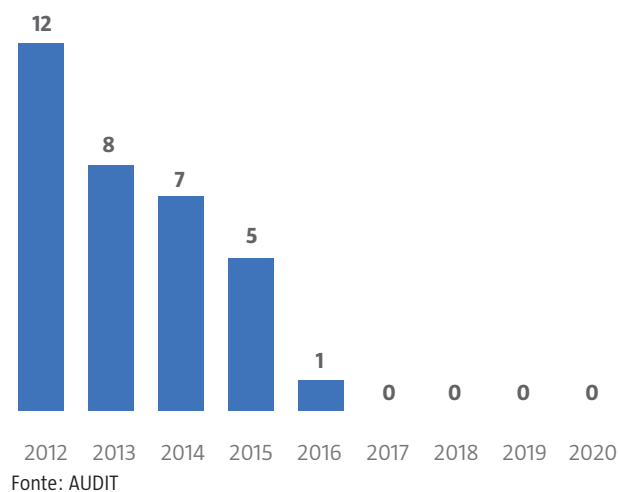


Fonte: Tribunal de Contas da União – TCU

LEVANTAMENTO DA TOMADA DE CONTAS ANUAIS E NÚMERO DE RESSALVAS

A Constituição Federal estabelece que compete ao TCU julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal. O processo de contas anuais compreende três etapas complementares: a prestação de contas, a auditoria nas contas e o julgamento dos administradores. Durante a segunda etapa do processo, o dirigente da Auditoria do Senado Federal emite um parecer considerando possíveis ressalvas. Ao longo dos anos, o número de ressalvas nas Contas do Senado Federal caiu, até ser zerado nos últimos anos, conforme gráfico abaixo.

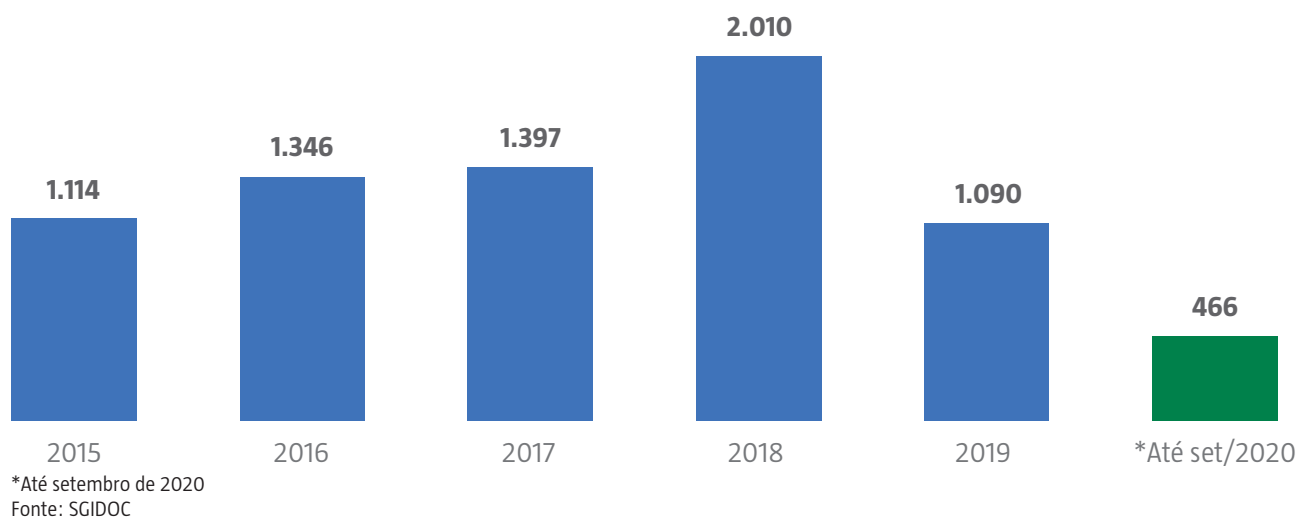
RESSALVAS NO LEVANTAMENTO DAS TOMADAS DE CONTAS ANUAIS



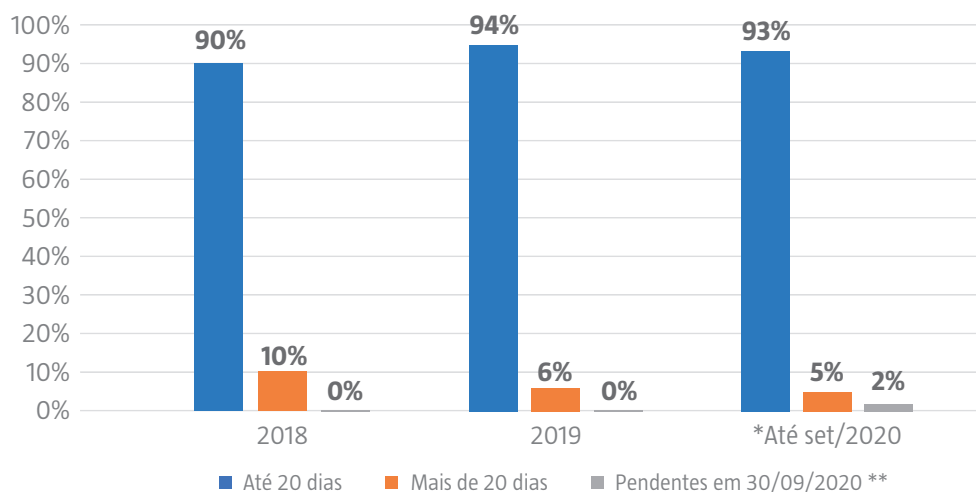
Transparência - Atendimento da Lei de Acesso à Informação em 2020

A Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011 - regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A seguir estão representados os quantitativos de atendimentos do Senado Federal, considerado o resultado parcial de janeiro a setembro de 2020, assim como o atual tempo de resposta.

ATENDIMENTO A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI



TEMPO DE RESPOSTA



*Até setembro de 2020
 ** Pendentes de recurso à Mesa Diretora
 Fonte: SGIDOC

Economias de Gastos e Sustentabilidade

Em 2015 foi criado o painel de indicadores de gastos mensais, que é atualizado periodicamente pelas áreas técnicas. A partir de diversas ações fomentadas pela Diretoria-Geral, observa-se cada vez mais a redução do consumo de recursos e sua utilização consciente. Em 2020, em virtude do Ato da Comissão Diretora nº 9 de 2020, que institui o

trabalho semipresencial na Casa em função da pandemia de COVID-19, também contribuiu para redução de vários itens de custeio administrativo. Observou-se uma economia de mais de 9 milhões em alguns dos itens de custeio levantados, como demonstra a tabela resumo a seguir.

Tipo de consumo	2019*	2020*	Economia
Água	R\$ 2.466.291	R\$ 1.278.729	R\$ 1.187.562
Energia	R\$ 11.228.762	R\$ 8.595.541	R\$ 2.633.221
Correios	R\$ 2.159.577	R\$ 1.147.278	R\$ 1.012.299
Chapas	R\$ 278.630	R\$ 161.633	R\$ 116.997
Tinta	R\$ 27.410	R\$ 10.691	R\$ 16.719
Telefonia Fixa	R\$ 417.252	R\$ 187.712	R\$ 229.540
Papel	R\$ 1.697.928	R\$ 796.145	R\$ 901.783
Diárias e passagens**	R\$3.471.041	R\$530.714	R\$ 2.940.328
Total	R\$21.746.891	R\$12.708.443	R\$ 9.038.449

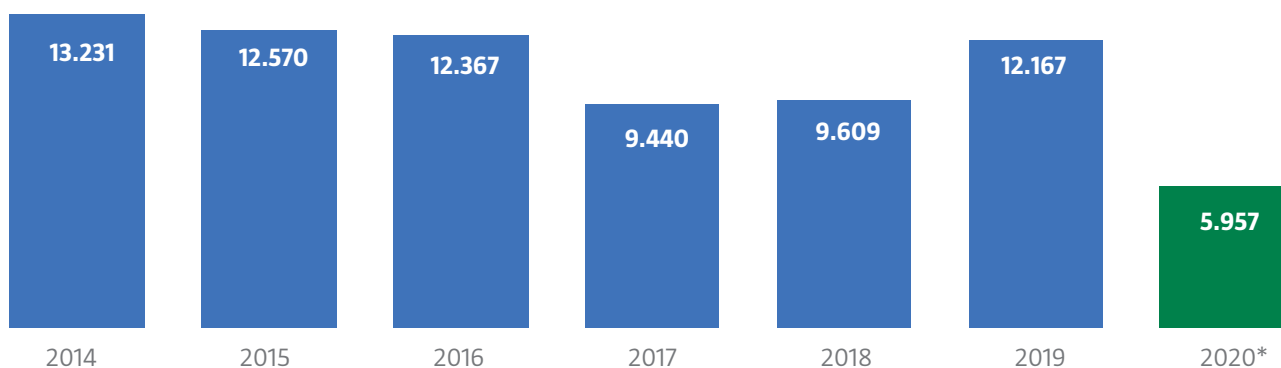
Fonte: Painel de indicadores de gastos mensais

*Em relação ao mesmo período de meses.

** Gasto anual até 13/10/2020

CONSUMO DE ÁGUA

CONSUMO DE ÁGUA (m³)
Valor médio mensal/ano



* Média de Janeiro a setembro

Fonte Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Consumo de Água		
Período	Valor mensal 2019	Valor mensal 2020
Janeiro	R\$216.325	R\$213.694
Fevereiro	R\$245.350	R\$181.336
Março	R\$252.588	R\$162.992
Abril	R\$344.715	R\$86.436
Maiο	R\$292.916	R\$98.111
Junho	R\$212.095	R\$119.936
Julho	R\$263.223	R\$133.496
Agosto	R\$343.234	R\$136.095
Setembro	R\$295.845	R\$146.633
Total	R\$2.466.291	R\$1.278.729
ECONOMIA		R\$1.187.562

Economia de

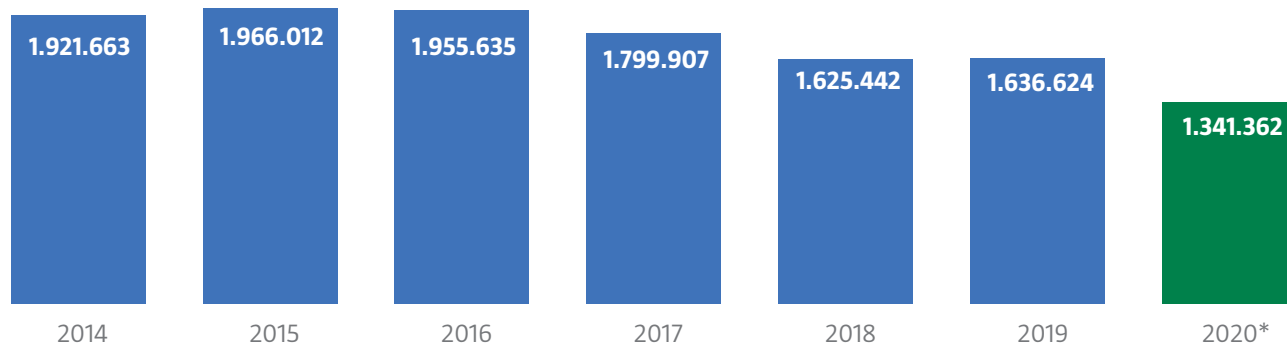
R\$ 1.187.562

em relação
ao mesmo período
de 2019.

CONSUMO DE ENERGIA

CONSUMO DE ENERGIA (kWh)

Valor médio mensal/ano



* Média de Janeiro a setembro

Fonte: Secretaria de Infraestrutura – SINFR

Consumo de Energia		
Período	Valor mensal 2019	Valor mensal 2020
Janeiro	R\$1.214.814	R\$1.189.123
Fevereiro	R\$1.301.243	R\$1.174.357
Março	R\$1.179.405	R\$1.093.199
Abril	R\$1.318.701	R\$1.052.493
Maio	R\$1.255.327	R\$874.544
Junho	R\$1.260.706	R\$897.290
Julho	R\$1.175.270	R\$715.087
Agosto	R\$1.188.325	R\$747.367
Setembro	R\$1.334.971	R\$852.082
Total	R\$11.228.762	R\$8.595.541
ECONOMIA	R\$2.633.220	

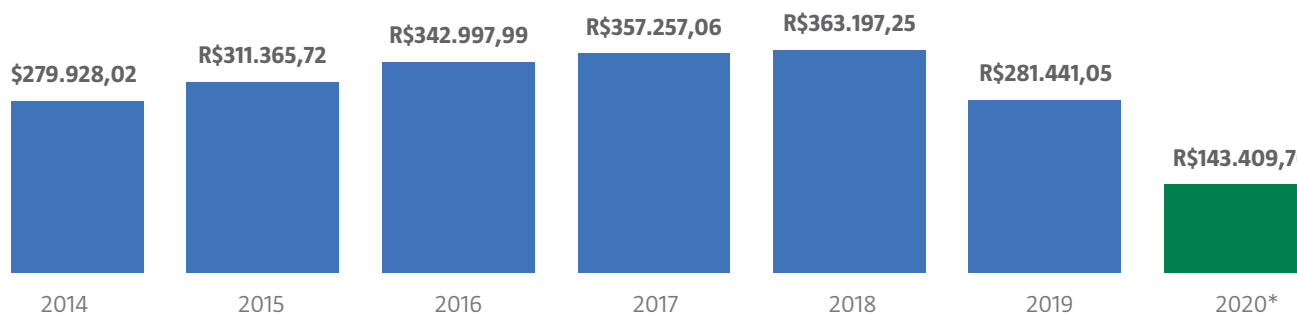
Economia de

R\$ 2.633.220em relação
ao mesmo período
de 2019.

CORREIOS

CORREIO (R\$)

Valor médio mensal/ano



* Média de Janeiro a setembro

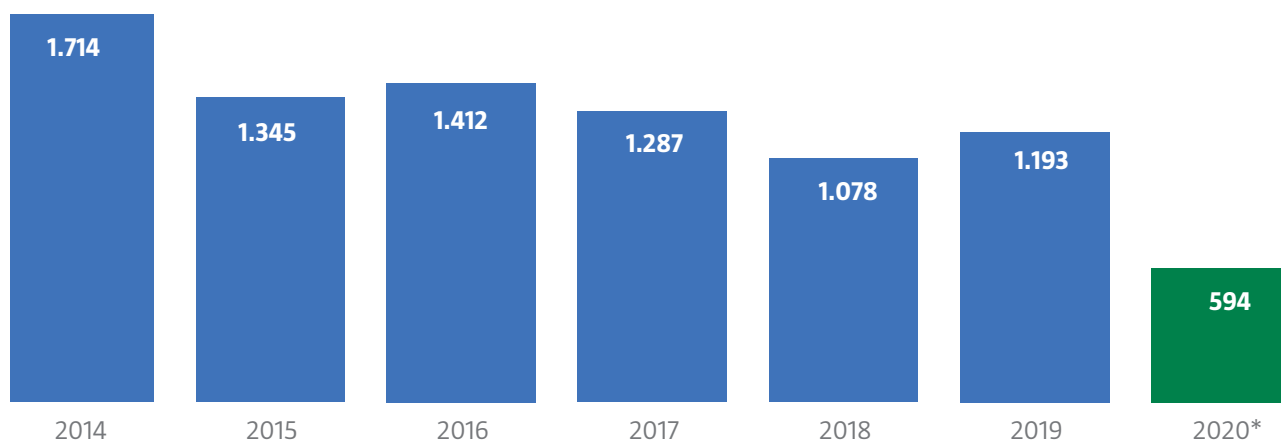
Fonte: Secretaria de Patrimônio – SPATR

Correios		
Período	Valor mensal 2019	Valor mensal 2020
Janeiro	R\$338.491,71	R\$133.616,73
Fevereiro	R\$198.116,18	R\$204.874,37
Março	R\$285.253,50	R\$226.130,79
Abril	R\$218.035,47	R\$63.050,84
Maió	R\$342.358,28	R\$78.419,65
Junho	R\$264.847,39	R\$125.845,92
Julho	R\$203.875,13	R\$161.681,79
Agosto	R\$308.599,71	R\$153.657,49
Total	R\$2.159.577	R\$1.147.278
ECONOMIA	R\$1.012.300	

Economia de

R\$ 1.012.300em relação
ao mesmo período
de 2019.

CONSUMO DE CHAPAS PARA IMPRESSÃO

CHAPAS PARA IMPRESSÃO (Unidade)
Valor médio mensal/ano

* Média de Janeiro a agosto

Fonte: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEGRAF

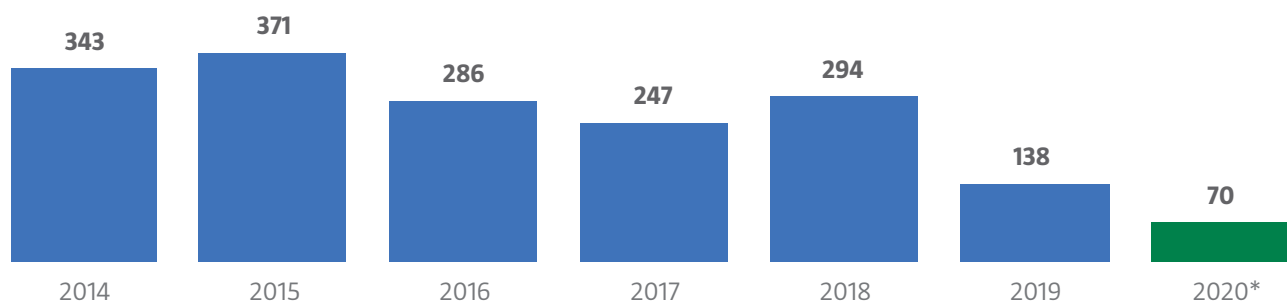
Chapas de Impressão		
Período	Valor mensal 2019	Valor mensal 2020
Janeiro	R\$53.557	R\$58.544
Fevereiro	R\$43.400	R\$31.255
Março	R\$34.306	R\$0
Abril	R\$32.891	R\$0
Maió	R\$46.895	R\$0
Junho	R\$13.962	R\$0
Julho	R\$27.925	R\$0
Agosto	R\$3.598	R\$71.834
Setembro	R\$22.096	R\$0
Total	R\$278.630	R\$161.633
ECONOMIA	R\$116.997	

Economia de

R\$ 116.997em relação
ao mesmo período
de 2019.

GASTOS COM TINTA PARA IMPRESSÃO

TINTA PARA IMPRESSÃO (Kg)
Valor médio mensal/ano



* Média de Janeiro a setembro

Fonte: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEGRAF

Tinta de Impressão		
Período	Valor mensal 2019	Valor mensal 2020
Janeiro	R\$6.793	R\$6.511
Fevereiro	R\$2.982	R\$1.808
Março	R\$638	R\$0
Abril	R\$3.741	R\$0
Maio	R\$2.999	R\$0
Junho	R\$2.034	R\$0
Julho	R\$2.783	R\$0
Agosto	R\$2.348	R\$1.175
Setembro	R\$3.092	R\$1.197
Total	R\$27.410	R\$10.691
ECONOMIA	R\$16.719	

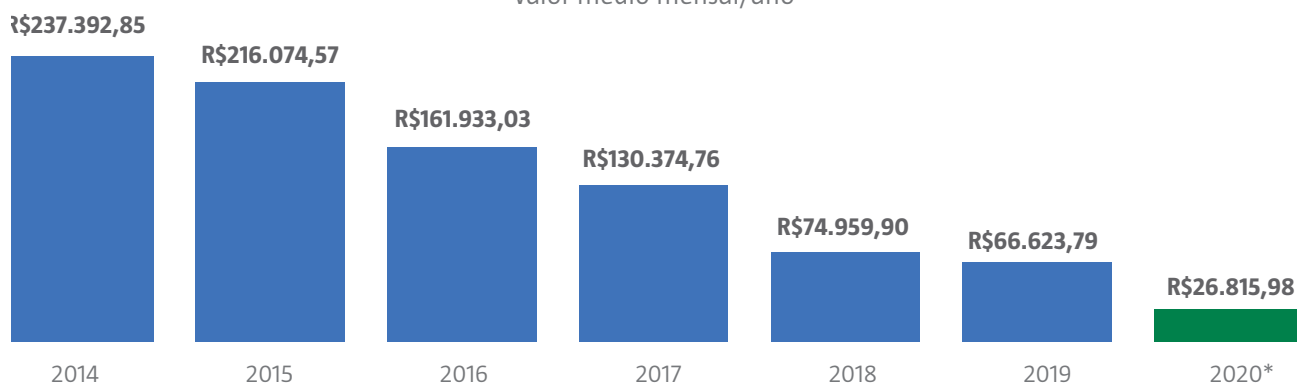
Economia de

R\$16.719

em relação
ao mesmo período
de 2019.

GASTOS COM TELEFONIA FIXA

TELEFONIA FIXA (R\$)
Valor médio mensal/ano



* Média de Janeiro a agosto

Fonte: Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Telefonia Fixa		
Período	Valor mensal 2019	Valor mensal 2020
Janeiro	R\$ 73.461,78	R\$ 32.768,84
Fevereiro	R\$ 69.418,74	R\$ 37.827,72
Março	R\$ 46.267,57	R\$ 40.254,23
Abril	R\$ 53.906,86	R\$ 24.042,49
Maio	R\$ 57.325,54	R\$ 16.585,37
Junho	R\$ 71.166,67	R\$ 19.608,15
Julho	R\$ 45.705,23	R\$ 16.625,03
Total	R\$417.252	R\$187.712
ECONOMIA	R\$229.541	

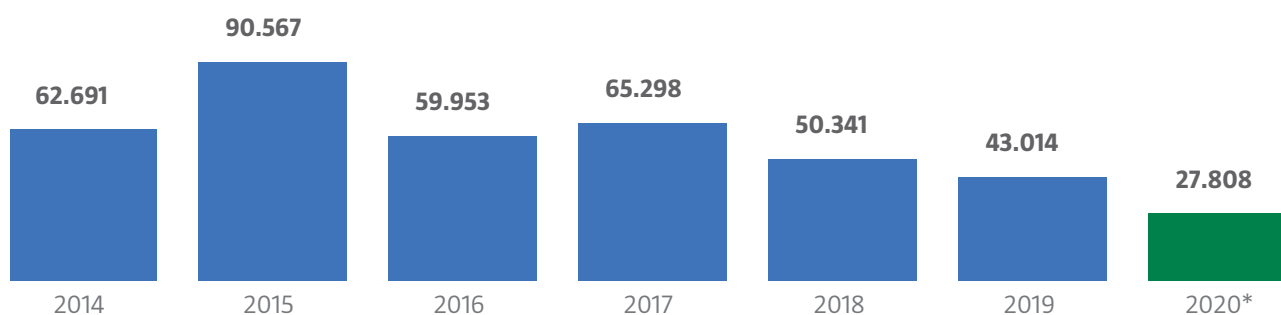
Economia de

R\$ 229.541em relação
ao mesmo período
de 2019.**CONSUMO DE PAPEL**

O gráfico apresenta o quantitativo em kg de papéis descartados. É possível perceber que houve uma redução considerável do descarte de papel ao longo do período, o que indica um menor consumo desse material, tanto em

razão da instalação e constante evolução dos processos eletrônicos, como também pelo controle de impressão. O impressômetro – quantidade de cópias, P&B e coloridas, separadas por cada servidor do setor – é enviado para todos os gestores periodicamente.

CONSUMO DE PAPEL (Kg)
Valor médio mensal/ano



* Média de Janeiro a setembro

Fonte: NCAS - Núcleo de Coordenação de Ações

Papel		
Período	Valor mensal 2019	Valor mensal 2020
Janeiro	R\$268.042	R\$184.751
Fevereiro	R\$241.352	R\$171.908
Março	R\$177.759	R\$61.979
Abril	R\$184.327	R\$38.827
Maio	R\$174.396	R\$49.845
Junho	R\$119.298	R\$42.589
Julho	R\$139.917	R\$84.250
Agosto	R\$204.714	R\$102.187
Setembro	R\$188.123	R\$59.809
Total	R\$1.697.928	R\$796.145
ECONOMIA	R\$901.783	

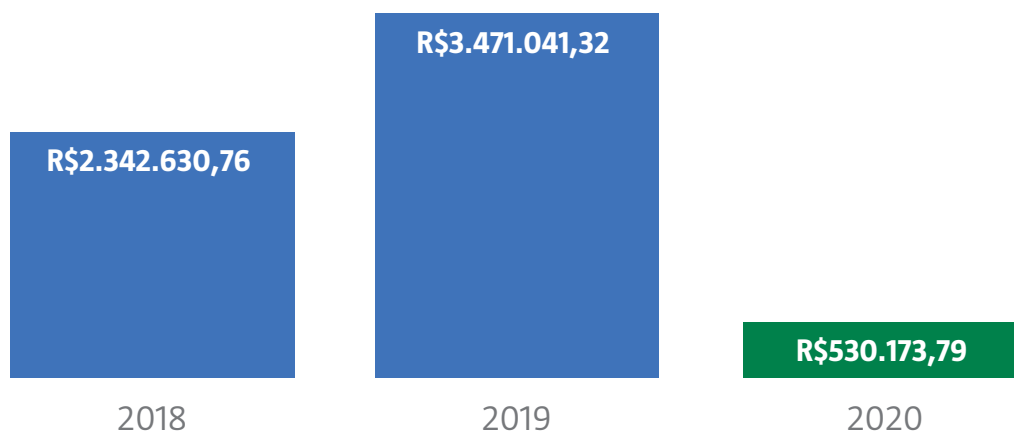
Economia de

R\$ 901.783em relação
ao mesmo período
de 2019.

GASTOS ANUAIS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

Em 2020, em virtude da pandemia do COVID-19 e o consequente isolamento social, uma grande economia no Senado-Federal, assim como nos demais órgãos federais,

foi com despesas de deslocamento (diárias e passagens). Essa economia foi possível com a edição do Ato da Comissão Diretora nº 7 de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal (SDR) e o Ato da Comissão Diretora nº 9 de 2020, que institui o trabalho semipresencial.

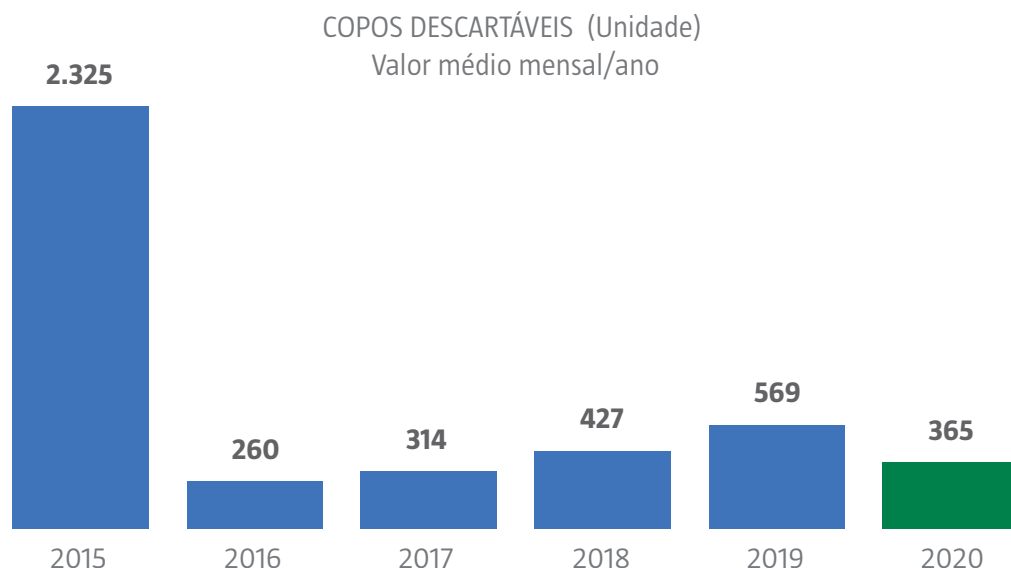


Fonte: Assessoria de Qualidade de Atendimento e Logística - ASQUALOG
Os dados de 2020 consideraram o período de janeiro a outubro.

CONSUMO MÉDIO DE COPOS DESCARTÁVEIS

Em torno de 200.000 copos descartáveis deixaram de serem consumidos no Senado Federal entre 2015 e 2017. A

meta que previa a substituição total dos copos descartáveis de plástico por biodegradáveis foi alcançada em fevereiro de 2018.



* Média de Janeiro a agosto
Fonte: NCAS - Núcleo de Coordenação de Ações

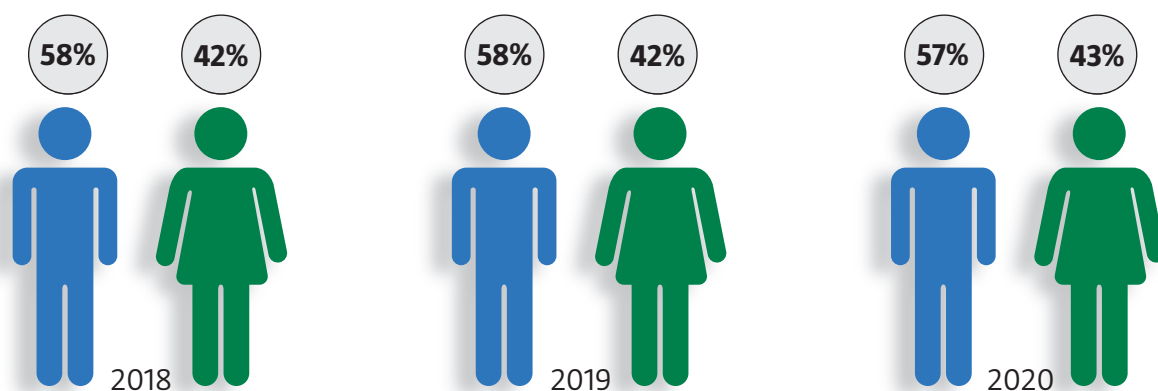
Equidade de Gênero

Em 2011 o Senado aderiu ao Pró-equidade de Gênero e Raça – um programa do Governo Federal que busca gerar novas concepções na gestão de pessoas. Desde então, a Casa já foi premiada duas vezes. Com o objetivo de reforçar ainda mais esses conceitos, a Diretoria-Geral fundou em 2015 o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. Suas ações têm mudado a cultura organizacional e tornado o Senado um modelo para outras instituições públicas de todo o Brasil. Em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação – PRODASEN, foi desenvolvido, em outubro de 2016, o Painel de Indicadores de Equidade, que possibilita conhecer o perfil funcional da Casa, pelo tipo de vínculo, sexo/gênero, cor/raça e etnia, escolaridade, faixa

etária, estado civil, tipo de cargo, especialidade e função exercida. Nos gráficos seguintes, apresentamos alguns dados relativos à equidade de gênero.

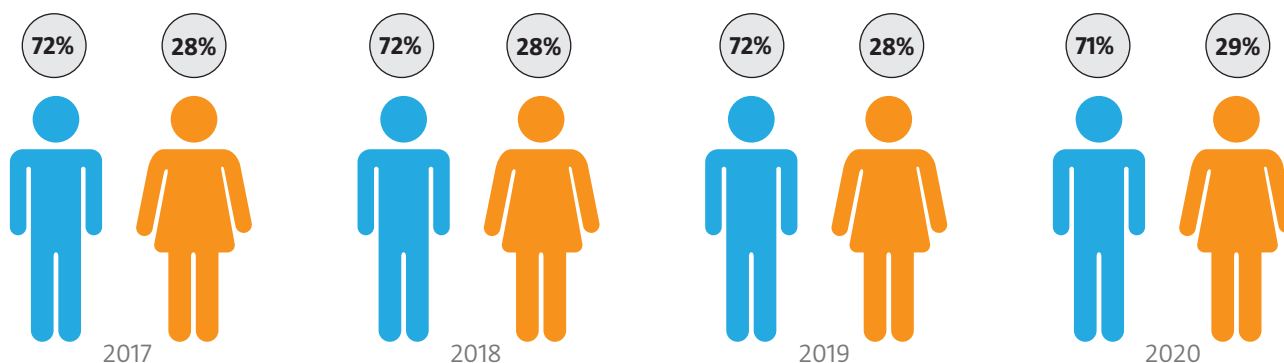
FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO

A Força de Trabalho Total por Gênero inclui efetivos/as, comissionados/as, estagiários/as, terceirizados/as e jovens aprendizes. No cômputo geral, aproximadamente 15 pontos percentuais separam o quantitativo de mulheres e homens, em desfavor das mulheres, nos anos de 2018 e 2019, com leve redução dessa diferença até setembro/2020.



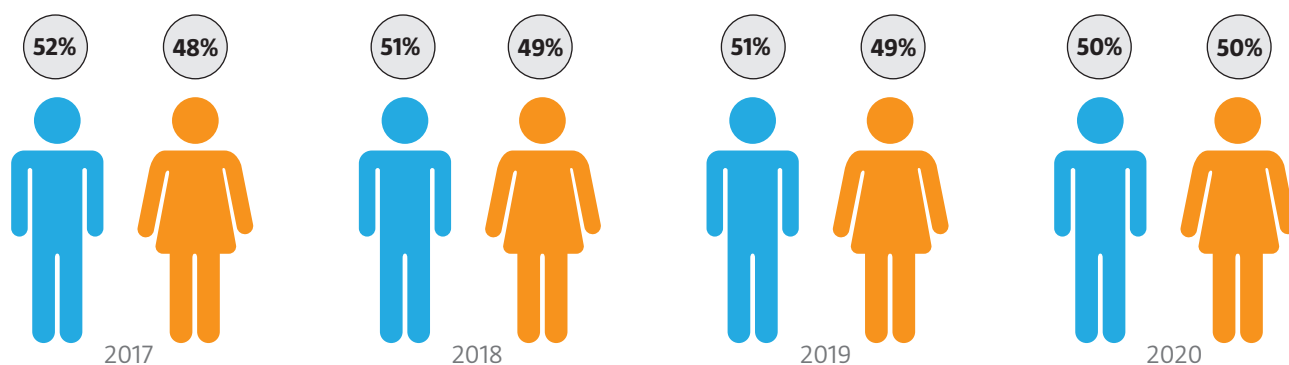
Fonte: Programa Pró-equidade

SERVIDORES/AS EFETIVOS/AS POR GÊNERO %



Fonte: Programa Pró-equidade

SERVIDORES/AS COMISSIONADOS/ AS POR GÊNERO %

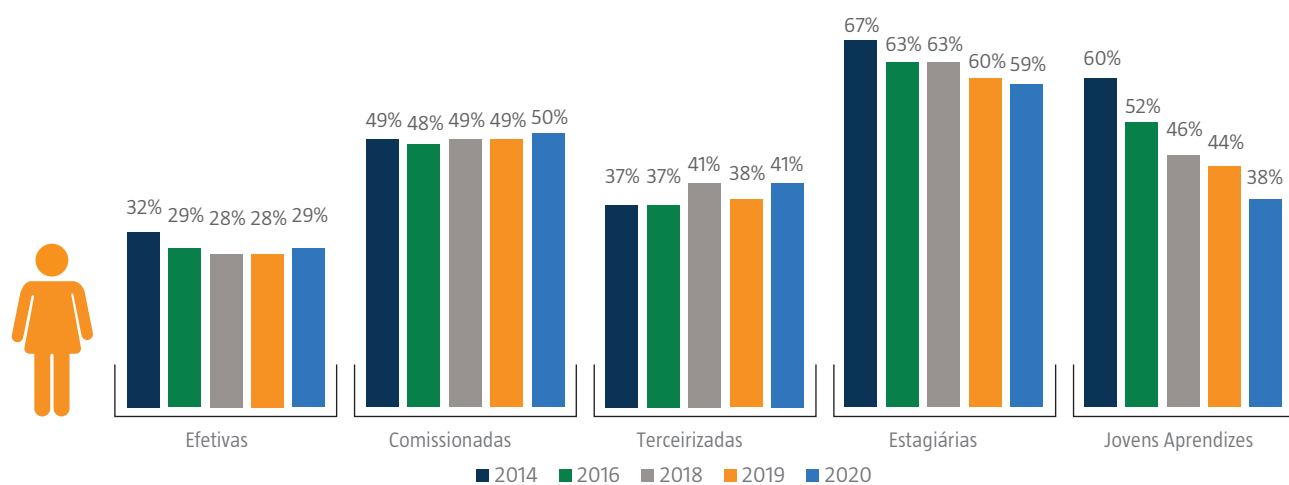


Fonte: Programa Pró-equidade

FORÇA DE TRABALHO FEMININA POR VÍNCULO/ANO

Observa-se que a força de trabalho feminina no vínculo efetivo se mantém estabilizada em torno de um terço; entre os comissionados/as há paridade de gênero e maioria

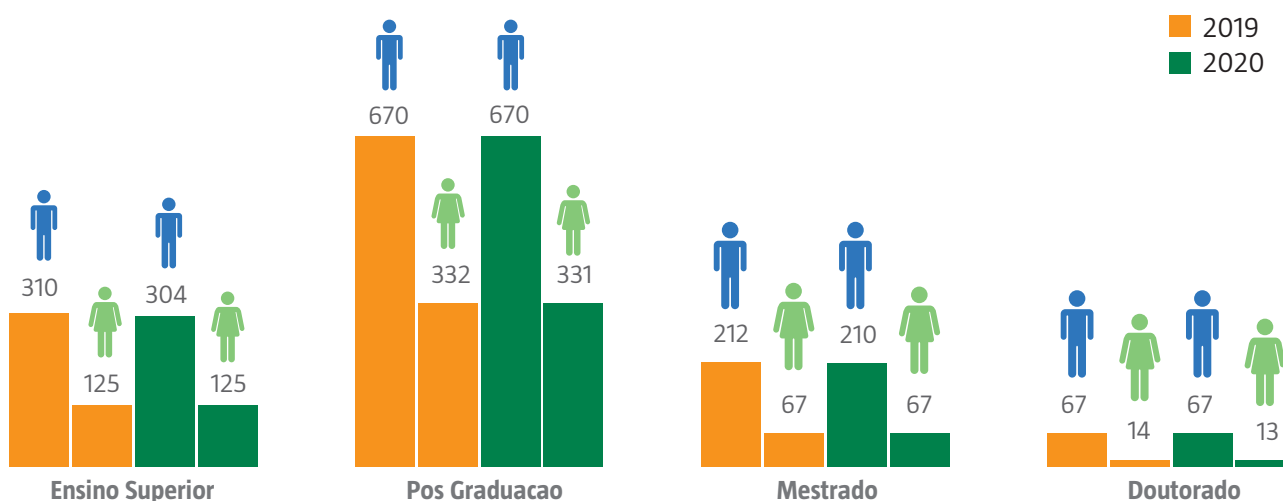
entre estagiários/as. Entre os jovens aprendizes, nota-se um decréscimo constante, hoje representando pouco mais de um terço do total desse grupo.



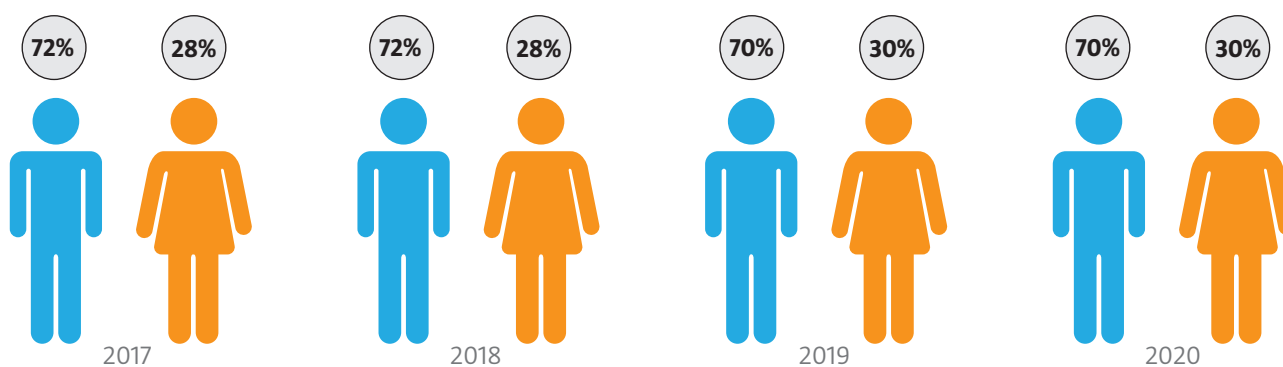
Fonte: Programa Pró-equidade

SERVIDORES EFETIVOS – ESCOLARIDADE POR GÊNERO

Ressalta o nível de pós-graduação (especialização lato sensu) na formação dos servidores/as efetivos/as (51%), ensino superior (22%), mestrado (14%) e doutorado (4%).



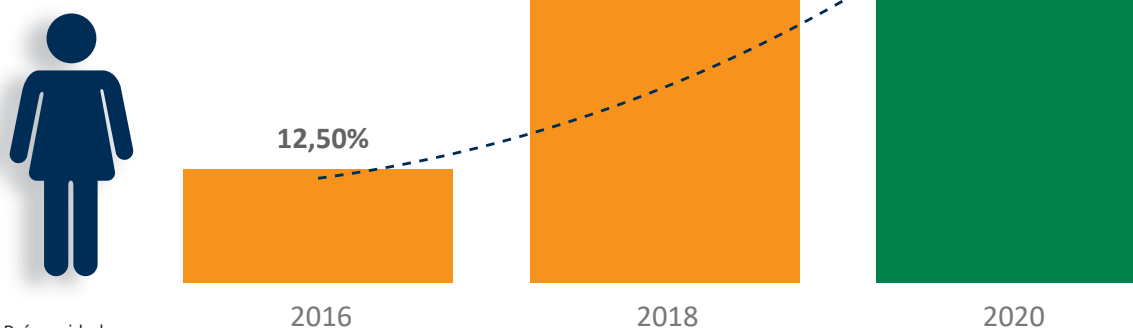
SERVIDORES/AS EFETIVOS/AS COM FUNÇÃO COMISSIONADA



Fonte: Programa Pró-equidade

MULHERES EM CARGOS DE DIREÇÃO (FC-4 E SF-3) ANO

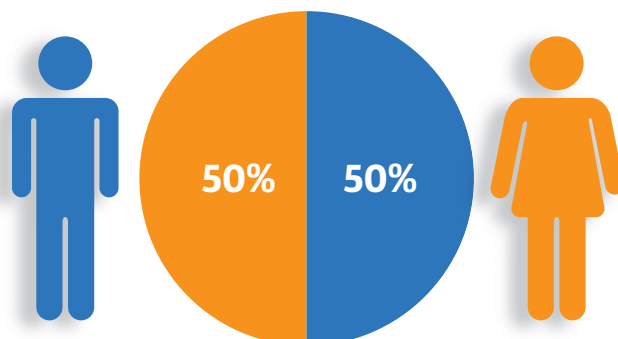
Não obstante uma leve queda em 2019, observa-se um movimento ascendente no percentual de mulheres nos cargos de direção (FC-04 e SF03).



Fonte: Programa Pró-equidade

SERVIDORES/AS EFETIVOS/AS OCUPANDO A MAIS ALTA FUNÇÃO DE CONFIANÇA (FC-5)

Os dados mostram equilíbrio na ocupação dos dois mais altos cargos da administração, na questão de gênero.

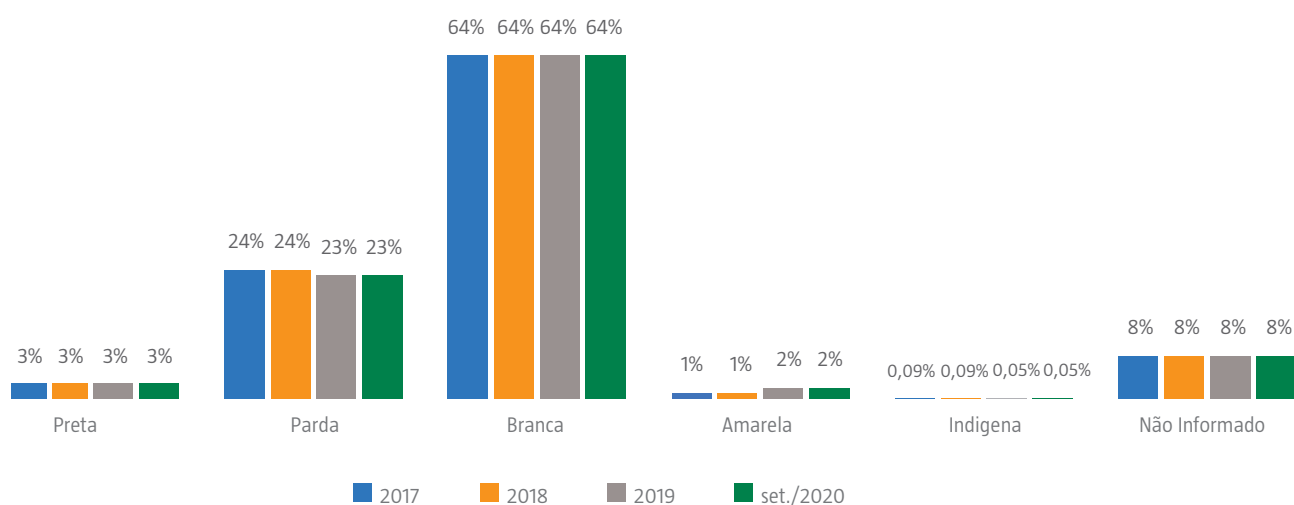


Fonte: Programa Pró-equidade

SERVIDORES/AS EFETIVOS/AS POR COR/RAÇA E ETNIA

No Quadro Efetivo, considerando o gênero e a cor/raça, prevalece maioria de servidores homens e de cor branca. Em relação à cor/raça e etnia apenas, o quadro efetivo é majoritariamente branco, seguido pelo grupo de pessoas que se declaram pretas e pardas, aproximadamente 30%.

Ressalta a baixa participação de pessoas pretas, em torno de 3%. No próximo concurso público, a reserva de vagas para pessoas negras será aplicada e, com isso, esperamos passe a refletir a população brasileira, majoritariamente composta por pessoas negras.

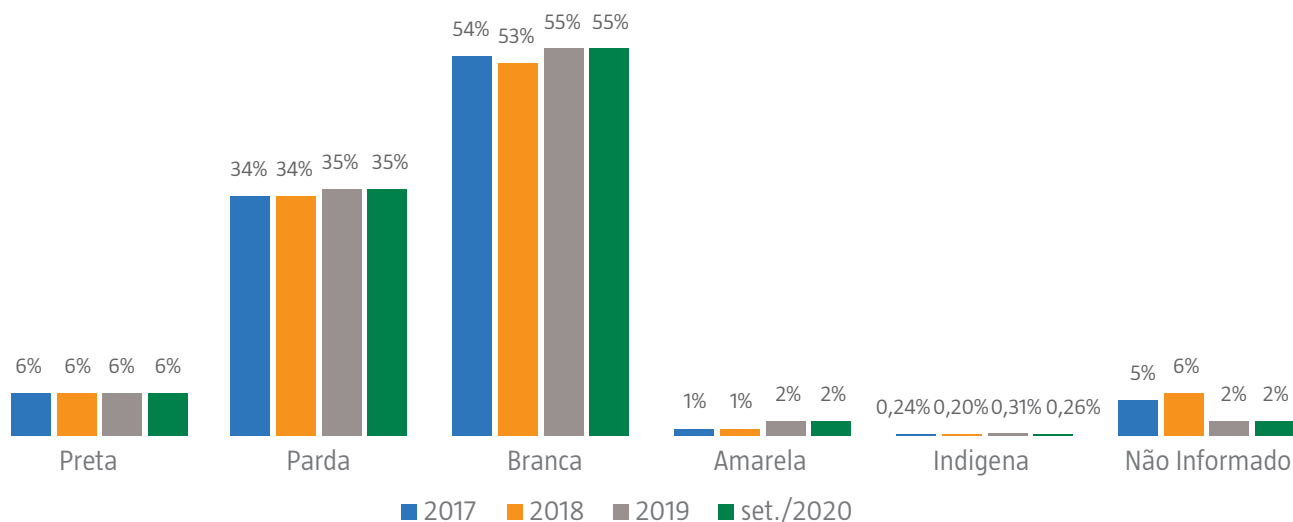


Fonte: Programa Pró-equidade

SERVIDORES/AS COMISSIONADOS/AS POR COR/RAÇA E ETNIA

Em se tratando de gênero, a força de trabalho comissionada apresenta-se equânime, no entanto, esse quadro muda em relação à cor/raça e etnia, cuja composição é de

maioria branca. Ainda assim, há uma representatividade maior da população negra (pretas e pardas) nesse vínculo, em torno de 40%.

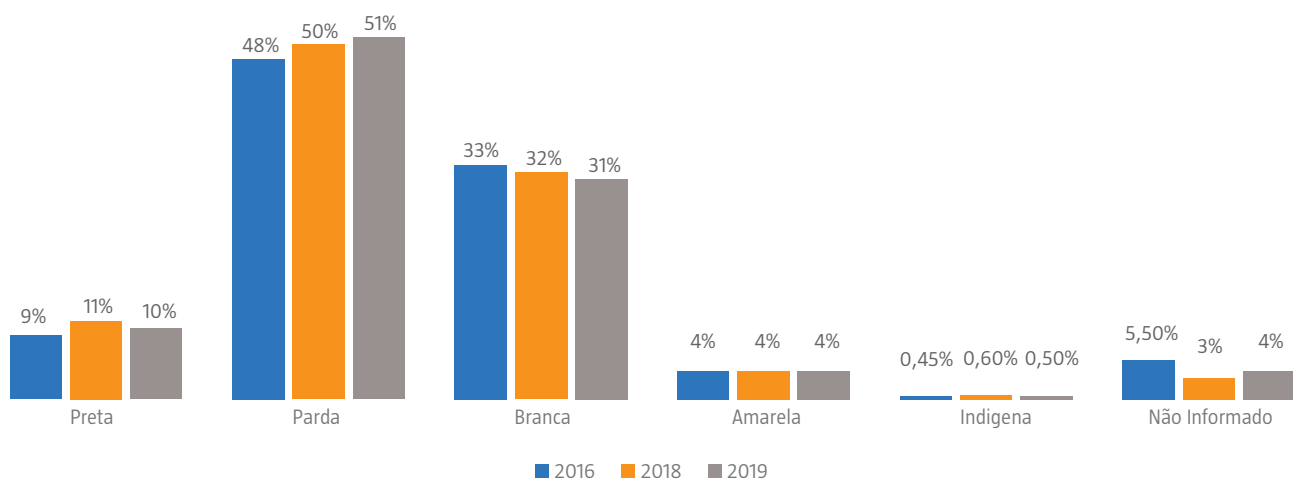


Fonte: Programa Pró-equidade

TERCEIRIZADOS/AS POR COR/RAÇA E ETNIA

A força de trabalho referente à terceirização de mão de obra é composta por maioria de pessoas que se auto-

declaram pardas; na sequência encontram-se os grupos de pessoas brancas, pretas, amarelas e indígenas.

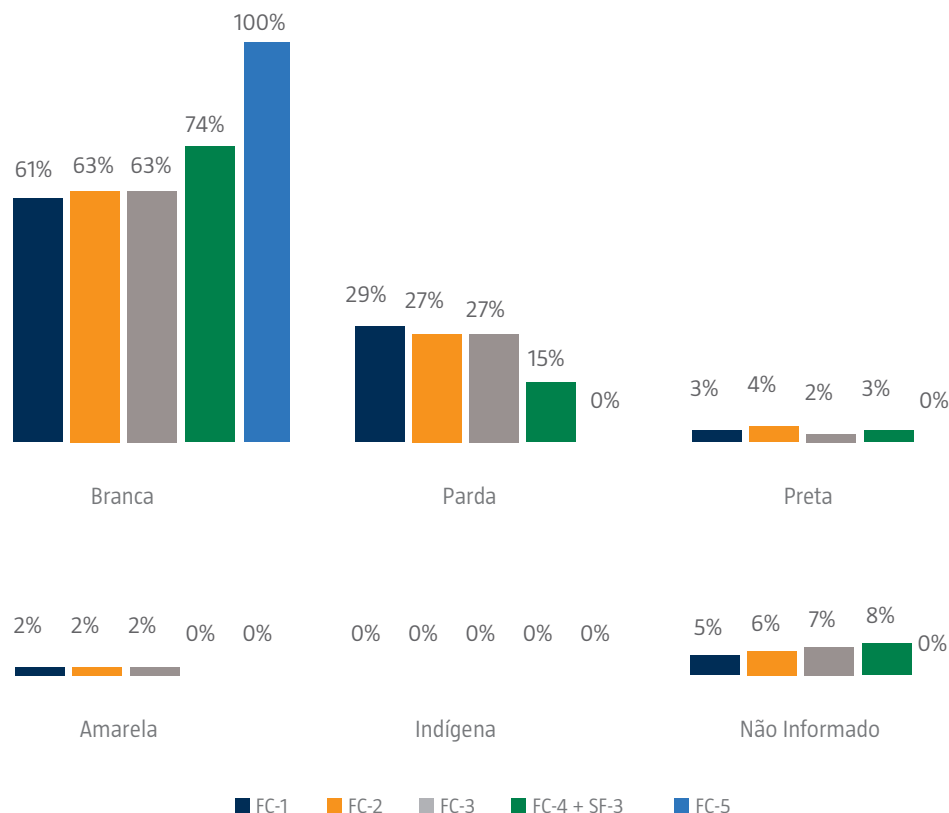


Fonte: Programa Pró-equidade

SERVIDORES/AS EFETIVOS/AS COM FUNÇÃO COMISSONADA POR COR/RAÇA

Conforme mostram os dados de gênero e cor/raça, o quadro de ocupantes de função comissionada é majori-

tariamente composto por homens que se autodeclararam de cor branca.



CAPACITAÇÃO

A capacitação nos temas de Equidade de Gênero e Raça, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro

(ILB), possibilitou maior alcance do público externo, como mostram os dados de 2020 até o mês de outubro.

Capacitação em temas de Equidade (Data-base: 01/10/2020)	
Curso	Pessoas capacitadas
Dialogando sobre a Lei Maria da Penha	16.433
Assédio Moral e Sexual no Trabalho	10.783
Cine Reflexão com estagiárias/os - Estagiários	407
Cine Reflexão com estagiárias/os - Supervisores	172

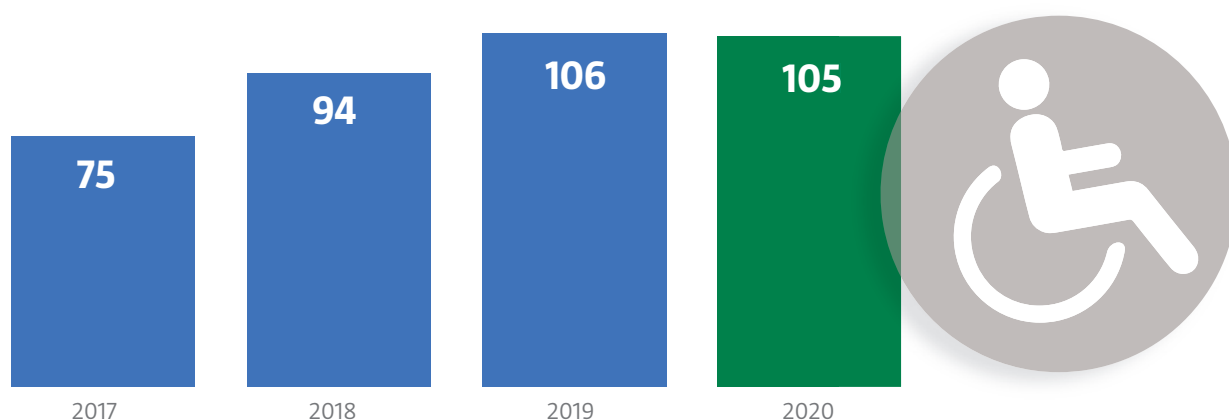
Fonte: Programa Pró-equidade

Acessibilidade

A acessibilidade garante às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida o direito de viver de forma independente e exercer sua cidadania. É um atributo essencial que deve estar presente no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações no ambiente de trabalho e também abertos ao público. No Senado Federal, compete ao Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais – NCAS – implantar as ações de acessibilidade, apoio ao deficiente e de responsabilidade social.

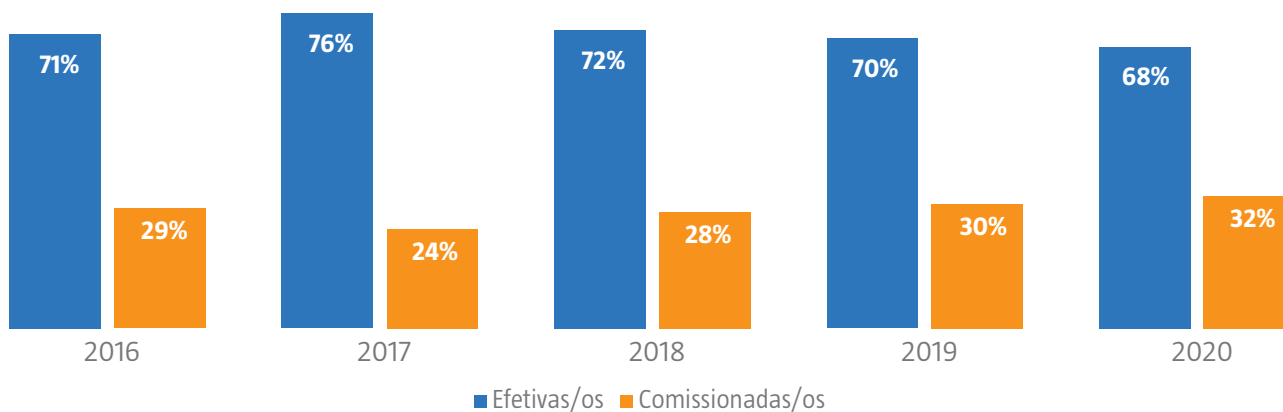
FORÇA DE TRABALHO COM DEFICIÊNCIA

SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA

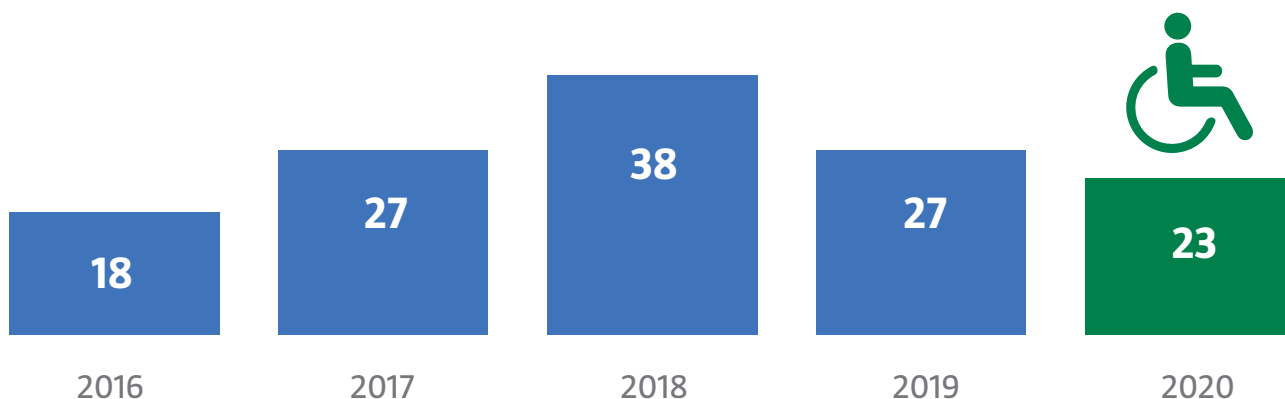


Fonte: programa pró-equidade

SERVIDORES/AS COM DEFICIÊNCIA POR TIPO DE VÍNCULO



ESTAGIÁRIOS COM DEFICIÊNCIA



Fonte: programa pró-equidade

JOVENS-APRENDIZES COM DEFICIÊNCIA



Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

Qualidade de Vida

TAXAS DE ABSENTEÍSMO

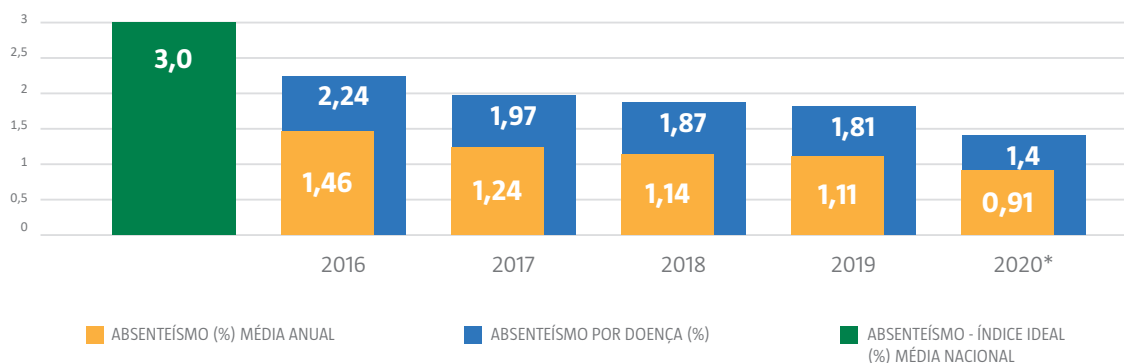
A taxa de absenteísmo é um indicador de faltas dos colaboradores no trabalho. Normalmente essa ausência está relacionada a doenças, problemas pessoais, dificuldade de transporte ou falta de motivação. Este índice ajuda a Administração a investigar e mitigar problemas organizacionais, como insalubridade, ergonomia, satisfação da equipe, saúde, estresse, entre outros. A Diretoria-Geral implementou diver-

sas ações que contribuíram para a redução deste indicador: exames periódicos, pesquisas de climas, adaptações físicas, jornadas flexíveis, entre outros. As reduções consistentes desses índices estão demonstradas nos gráficos abaixo.

O índice de absenteísmo é um valor relativo, dependendo do setor e da natureza da atividade principal da empresa. De acordo com a FIA, diversas referências citam

como ideal um índice entre 1,5 e 2%, ou mesmo um pouco abaixo dos 3%.

ABSENTEÍSMO (%) MÉDIA ANUAL - TOTAL



*Até setembro de 2020
Fonte: SEGP

Visão Orçamentária do Senado

DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2019

Os valores registrados na tabela “Detalhamento da execução orçamentária em 2019” correspondem aos montantes empenhados à conta dos créditos orçamentários alocados

em favor do Senado Federal na Lei Orçamentária Anual de 2019 e abrangem o comprometimento de valores descentralizados por esta Casa ao longo daquele exercício.

Detalhamento da execução orçamentária em 2019				
Grupo	Tipo de despesa	Empenhado (R\$)	Representatividade	
			% grupo	% total
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	Servidores inativos (aposentados e pensionistas, incluindo IPC)	2.117.184.200,25	56,71%	48,30%
	Servidores ativos (efetivos, comissionados e senadores)	1.469.496.676,79	39,36%	33,52%
	Contribuição patronal ao RPPS	146.708.102,77	3,93%	3,35%
	Subtotal	3.733.388.979,81	100,00%	85,16%

Detalhamento da execução orçamentária em 2019				
Grupo	Tipo de despesa	Empenhado (R\$)	Representatividade	
			% grupo	% total
CUSTEIO OBRIGATÓRIO (auxílios/benefícios)	Assistência médica e odontológica	183.217.523,43	69,69%	4,18%
	Auxílio alimentação	65.679.494,76	24,98%	1,50%
	Auxílio creche	10.480.158,86	3,99%	0,24%
	Auxílio funeral e natalidade	2.888.550,13	1,10%	0,07%
	Auxílio transporte	649.628,03	0,25%	0,01%
	Subtotal	262.915.355,21	100,00%	6,00%
CUSTEIO DISCRICIONÁRIO	Terceirização de mão-de-obra	212.027.552,60	58,30%	4,84%
	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	27.647.742,98	7,60%	0,63%
	Demais despesas de manutenção e funcionamento	124.033.101,54	34,10%	2,83%
	Subtotal	363.708.397,12	100,00%	8,30%
INVESTIMENTOS	Equipamentos e material permanente	18.454.697,30	77,74%	0,42%
	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	2.756.147,79	11,61%	0,06%
	Obras e instalações	2.307.555,50	9,72%	0,05%
	Demais despesas de investimento	219.971,45	0,93%	0,01%
	Subtotal	23.738.372,04	100,00%	0,54%
TOTAL EMPENHADO 2019		4.383.751.104,18	-	100,00%
TOTAL DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS		3.849.596.232,25	-	87,82%
TOTAL DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS (custeio e investimento)		387.446.769,16	-	8,84%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS		146.708.102,77	-	3,35%

Fonte: SAFIN

DETALHAMENTO DOS VALORES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

Os valores registrados na tabela “Detalhamento dos valores constantes da Lei Orçamentária Anual para 2020” correspondem aos montantes autorizados, por Ação, na Lei Orçamentária Anual para 2020. Esses dados podem sofrer alterações até o final do exercício de 2020, caso sejam abertos créditos adicionais visando suplementar ou remanejar valores entre as programações. Cumpre registrar que o Grupo de Despesa “Reserva de Contingência” contempla o corte ocor-

rido na proposta orçamentária no Senado Federal quando da tramitação do PLOA/2020 no Congresso Nacional (o qual retirou valores destinados às Ações 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores e 216H - Ajuda de Custo para Moradia a Agentes Públicos). Outras informações relevantes sobre a composição da proposta orçamentária do Senado Federal podem ser consultadas na Nota Técnica 0003/2019 - COPAC/SAFIN (00100.120683/2019-19).

Detalhamento dos valores constantes da Lei Orçamentária Anual para 2020					
Grupo	Código Ação	Ação	Autorizado 2020	Representatividade	
			(em R\$)	% sobre grupo	% sobre total
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	181	Aposentadorias e Pensões Civil	2.135.796.768,00	55,43%	46,50%
	20TP	Pessoal Ativo da União	1.536.494.349,00	39,88%	33,45%
	09HB	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência	148.580.079,00	3,86%	3,23%
	397	Aposentadorias e Pensões do Extinto IPC	22.676.851,00	0,59%	0,49%
	0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	8.995.177,00	0,23%	0,20%
	0Z00	Reserva de Contingência Fiscal - Financeira	389.686,00	0,01%	0,01%
	Subtotal		3.852.932.910,00	100,00%	83,89%
CUSTEIO OBRIGATÓRIO (auxílios/benefícios)	2004	Assistência médica e odontológica	189.069.188,00	69,65%	4,12%
	212B	Benefícios obrigatórios aos servidores	82.375.525,00	30,35%	1,79%
	Subtotal		271.444.713,00	100,00%	5,91%
CUSTEIO E INVESTIMENTO DISCRICIONÁRIOS	4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	393.341.786,00	84,76%	8,56%
	2549	Comunicação e Divulgação Institucional	68.655.526,00	14,80%	1,49%
	216H	Ajuda de custo para moradia	648.885,00	0,14%	0,01%
	000Q	Contribuições a Organismos Internacionais	1.299.678,00	0,28%	0,03%
	00PW	Contribuições a Entidades Nacionais	97.024,00	0,02%	0,00%
	Subtotal		464.042.899,00	100,00%	10,10%
RESERVA DE CONTIGNÊNCIA	0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	4.660.625,00	100,00%	0,10%
	Subtotal		4.660.625,00	100,00%	0,10%
Total			4.593.081.147,00		100,00%
TOTAL DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS			3.975.407.858,00	-	86,55%
TOTAL DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS (CUSTEIO E INVESTIMENTO)			464.042.899,00	-	10,10%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS			148.969.765,00	-	3,24%
TOTAL - GND 9 (RESERVA DE CONTINGÊNCIA)			4.660.625,00	-	0,10%

Fonte: SAFIN

CUMPRIMENTO DO LIMITE DE GASTOS DA EC Nº 95/2016

A limitação estabelecida pela regra de teto dos gastos públicos abrange somente as despesas primárias. Conforme estabelecido no § 1º do art. 107 da Emenda Constitucional nº 95/2016, as seguintes regras devem ser obedecidas para cálculo dos limites: para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2%, e, para os exercícios posteriores, ao valor do limite

referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Além disso, o § 7º prevê que, nos três primeiros exercícios financeiros da vigência do Novo Regime Fiscal (2017 a 2019), o Poder Executivo poderia compensar, com redução equivalente na sua despesa primária, o excesso de despesas primárias em relação aos limites do Senado Federal.

Limite de gastos da EC nº 95/2016				
Exercício	Percentual de correção	Limite do Senado Federal	Compensação pelo Poder Executivo	Limite anual após compensação
2017	7,20%	3.998.474.185,00	24.230.729,00	4.022.704.914,00
2018	3,00%	4.118.428.411,00	28.111.139,00	4.146.539.550,00
2019	4,39%	4.299.227.418,00	29.345.218,00	4.328.572.636,00
2020	3.37%	4.444.111.382,00	-	4.444.111.382,00

Fonte: SAFIN

VARIAÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS DE CUSTEIO

Os valores registrados na tabela “Variação das despesas empenhadas de custeio discricionário” representam o

valor total empenhado no GND 3 - Outras Despesas Correntes e Resultado Primário 2, 3, 6 e 7 - Despesas Discricionárias a partir dos montantes alocados nas respectivas leis orçamentárias anuais.

Variação das despesas empenhadas de custeio discricionário			
Despesas Empenhadas			
Ano	2017	2019	Variação(%)
Câmara dos Deputados	596.154.776,56	610.546.318,10	2,41%
Senado Federal	342.952.120,60	363.708.397,12	6,05%
TCU	139.068.382,53	161.065.445,04	15,82%
MPU/CNMP	876.962.509,27	682.931.287,92	-22,13%
Poder Executivo	79.916.421.520,89	119.892.795.162,58	50,02%
Poder Judiciário	4.913.113.261,06	4.067.646.189,58	-17,21%

Fonte: SAFIN

COMPARATIVO DA VARIAÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS DE PESSOAL

Os valores registrados na tabela “Variação das despesas empenhadas de pessoal” representam o valor total empenhado no GND 1 - Pessoal e Encargos Sociais a partir dos montantes alocados nas respectivas leis orçamentárias anuais.

Variação das despesas empenhadas de pessoal			
Ano	2017	2019	Variação(%)
Câmara dos Deputados	4.473.275.744,54	4.873.092.242,00	8,94%
Senado Federal	3.523.653.040,23	3.733.388.979,81	5,95%
TCU	1.722.878.790,04	1.897.695.286,33	10,15%
MPU/CNMP	5.077.405.451,27	5.932.470.021,82	16,84%
Poder Executivo	262.340.673.425,53	284.820.562.050,45	8,57%
Poder Judiciário	34.235.098.855,37	39.145.151.914,06	14,34%

Fonte: SAFIN

COMPARATIVO DA VARIAÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS DE PESSOAL, CUSTEIO E INVESTIMENTO (GNDS 1, 3 E 4)

Os valores registrados na tabela “Variação das despesas empenhadas de pessoal, custeio e investimento” representam o valor total empenhado nos GND 1 - Pessoal

e Encargos Sociais, 3 - Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos a partir dos montantes alocados nas respectivas leis orçamentárias anuais.

Variação das despesas empenhadas de pessoal, custeio e investimento (GNDS 1, 3 e 4)			
Ano	2017	2019	Variação(%)
Câmara dos Deputados	5.416.521.307,49	5.881.266.696,14	8,58%
Senado Federal	4.120.870.690,17	4.383.751.104,18	6,38%
TCU	1.950.943.938,82	2.147.047.361,03	10,05%
MPU/CNMP	6.486.242.390,78	7.099.550.135,90	9,46%
Poder Executivo	1.474.475.476.415,50	1.674.704.773.761,76	13,58%
Poder Judiciário	43.105.974.166,81	47.579.776.195,51	10,38%

Fonte: SAFIN

DESPESAS EMPENHADAS DE INVESTIMENTO

Os valores registrados na tabela “Despesas empenhadas de investimento” representam o valor total empenhado

no GND 4 - Investimentos a partir dos montantes alocados nas respectivas leis orçamentárias anuais. Para 2020, o valor corresponde à execução orçamentária apurada no período de janeiro a setembro.

Despesas empenhadas de investimento	
Ano	Total empenhado
2012	19.046.674,30
2013	22.115.622,04
2014	64.353.557,09
2015	68.273.237,91
2016	27.257.949,76
2017	38.506.034,78
2018	16.409.920,68
2019	23.778.942,04
2020 (janeiro a setembro)	20.826.536,16

Fonte: SAFIN

DESPESAS PAGAS DE INVESTIMENTO (INCLUINDO RESTOS A PAGAR)

Os valores registrados na tabela “Despesas pagas de investimento” representam o valor total pago no GND

4 - Investimentos, a partir dos montantes alocados nas respectivas leis orçamentárias anuais e de valores inscritos em restos a pagar e executados em exercícios subsequentes. Para 2020, o valor corresponde aos pagamentos realizados no período de janeiro a setembro.

Despesas pagas de investimento (incluindo restos a pagar)	
Ano	Total pago (incluindo RP)
2012	15.319.427,46
2013	22.758.605,16
2014	28.277.807,06
2015	37.344.690,12
2016	59.349.994,55
2017	39.466.946,34
2018	16.929.988,96
2019	17.216.810,98
2020	18.165.259,78

Fonte: SAFIN

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO

Os valores registrados na tabela “Despesas pagas de investimento” representam o valor total autorizado e

empenhado nos GNDs 3 - Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos, apenas no Resultado Primário 2 - Despesas Discricionárias, no âmbito das respectivas leis orçamentárias anuais. Para 2020, o valor empenhado corresponde aos lançamentos realizados no período de janeiro a setembro.

Despesas discricionárias de custeio e investimento		
Ano	Total Autorizado	Total Empenhado
2012	431.028.194,00	329.622.575,80
2013	496.839.905,00	316.283.476,20
2014	450.353.962,00	341.374.900,23
2015	446.368.250,00	379.634.818,48
2016	376.520.230,00	359.943.933,67
2017	432.910.400,00	381.457.265,38
2018	426.922.975,00	366.669.300,54
2019	440.845.969,00	387.446.769,16
2020	464.042.899,00	395.670.717,56

Fonte: SAFIN

DESPESAS EMPENHADAS DE PESSOAL, CUSTEIO E INVESTIMENTO

Os valores registrados na tabela “Despesas empenhadas de pessoal, custeio e investimento” representam o valor total empenhado nos GND 1 - Pessoal e Encargos Sociais, 3 - Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos a

partir dos montantes alocados nas respectivas leis orçamentárias anuais. A correção monetária foi feita considerando a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) observado anualmente no período de 2012 a 2019. Para 2020, o valor empenhado corresponde aos lançamentos realizados no período de janeiro a setembro.

Despesas empenhadas de pessoal, custeio e investimento			
Ano	Valores Nominais	Valores Corrigidos	IPCA
2012	3.383.179.268,42	5.357.727.742,95	5,84%
2013	3.385.783.998,72	5.065.998.384,48	5,91%
2014	3.547.607.347,48	5.011.922.841,86	6,41%
2015	3.816.014.645,93	5.066.364.365,75	10,67%
2016	3.885.921.359,56	4.661.766.160,54	7,20%
2017	4.120.870.690,17	4.611.589.897,95	2,95%
2018	4.148.752.402,67	4.509.754.060,10	4,21%
2019	4.383.751.104,18	4.572.690.776,77	4,31%
2020	4.415.912.261,89	4.415.912.261,89	0,00%

Fonte: SAFIN

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores registrados na tabela “Evolução da execução orçamentária” representam os valores totais autorizados ao Senado Federal e empenhados no âmbito nas respectivas leis orçamentárias anuais (nos GNDs 1 - Pessoal e Encargos

Sociais, 2 - Juros e Encargos da Dívida, 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos, 6 - Amortização/Refinanciamento da Dívida e 9 - Reserva de Contingência). Para 2020, o valor empenhado corresponde aos lançamentos realizados no período de janeiro a setembro.

Evolução da execução orçamentária	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	Percentual Empenhado
2012	3.496.601.411,00	3.383.567.222,20	97%
2013	3.671.367.050,00	3.386.268.446,82	92%
2014	3.781.674.232,00	3.548.394.544,93	94%
2015	3.916.658.698,00	3.816.510.495,92	97%
2016	3.945.235.049,00	3.885.921.359,56	98%
2017	4.247.926.057,00	4.120.870.690,17	97%
2018	4.371.375.672,00	4.148.752.402,67	95%
2019	4.501.795.516,00	4.383.751.104,18	97%
2020	4.593.081.147,00	4.415.912.261,89	96%

Fonte: SAFIN

Expediente:

Redação/edição de textos/revisão: Nilo Bairros e Patrícia Fernandes

Produção: Jaqueline Ribeiro, Thomas Côrtes e Lucas Dias

Diagramação/arte/impressão: Secretaria de Editoração e Publicações

Fotos/ilustrações: Secretaria de Comunicação Social

Coordenação: Diretoria-Geral

